

REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

EDIÇÃO 8 – JUL/2017



**REVISTA
VIAS REFLEXIVAS**



FICHA CATALOGRÁFICA

CAPA

**Alexandre Lisboa da Silva
Stella Sabrina Leonel**

DIAGRAMAÇÃO

Stella Sabrina Leonel

ORGANIZAÇÃO

**Alissane Lia Tasca da Silveira
Ana Bárbara Silveira Mendonça Santos Dias**

PERIÓDICO DIGITAL

www.fmpsc.edu.br

ISSN 2176-641X

FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

Rua José Pereira dos Santos, 305

Bairro: Ponte do Imaruim - Palhoça - SC CEP: 88130-475

VIAS REFLEXIVAS

Nº8 – julho/2017

PRESIDENTE

MARIAH Terezinha Nascimento Pereira

VICE-PRESIDENTE

Jane Coser

DIRETORA ACADÊMICA

Vera Regina Lúcio

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Denis Liberato Delfino

EDITORA CHEFE

Alissane Lia Tasca da Silveira

CONSELHO EDITORIAL

Jaime Bezerra do Monte

Juliane Di Paula Queiroz Odinino

Rosana Rosa Silveira

Caros Leitores,

É com imensa satisfação que estamos oportunizando o acesso às publicações realizadas no primeiro semestre de 2017, pelos Docentes e Discentes da Faculdade Municipal de Palhoça. As publicações estão inseridas nas áreas de Pedagogia e Administração. Desse modo, convidamos vocês para apreciarem essas pesquisas, desejando que as mesmas auxiliem, de algum modo, ao desenvolvimento científico.

Sugerimos que acompanhem pelo site da Faculdade Municipal de Palhoça as próximas chamadas de trabalhos, bem como as futuras publicações.

Cordialmente,

Revista Vias Reflexivas

Editora Chefe: Alissane Lia Tasca da Silveira

SUMÁRIO

ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS OFERECIDOS PELA EMPRESA EQS ENGENHARIA	6
A ARTE DE VIVER A INFÂNCIA.....	21
O ACESSO E A PERMANÊNCIA DO ALUNO TRABALHADOR NA EJA	32
O ENSINO PARTICULAR DE QUALIDADE E A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: DESAFIOS PARA INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS	42
NEUROCIÊNCIA E APRENDIZAGEM:	49
UMA BREVE EXPLANAÇÃO REFLEXIVA TEÓRICA ACERCA DOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO INICIAL DOS EDUCADORES E A AFETIVIDADE NOS DIVERSOS ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	49
“PARA UMA MENINA FICAR SOZINHA A PARTIR DO 4º ANO É O FIM!”: NOVELA CARROSSEL E A EROTIZAÇÃO DA INFÂNCIA NA MÍDIA TELEVISIVA	60
PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL:	74
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA	74
PSICOMOTRICIDADE E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA.....	89
REVISÃO TEÓRICA ACERCA DO CONCEITO DE	105
DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM.....	105
A JUVENTUDE E O TRABALHO: UMA RELAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO	116
RELAÇÕES ENTRE GESTORES E COLABORADORES: GESTÃO DE CONFLITOS NA SECRETARIA DA SAÚDE DE PALHOÇA/SC.....	124
O USO DE RECURSOS DIGITAIS EM SALA DE AULA E SEUS RESULTADOS NA GESTÃO PEDAGÓGICA.....	139

ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS OFERECIDOS PELA EMPRESA EQS ENGENHARIA

Joici Lilian Rodrigues (FMP)

Joici.lilian@fmpsc.edu.br

Karini Regina Homem (FATENP)

kareho@hotmail.com

Mariah Terezinha do Nascimento Pereira (FMP)

Mariah.pereira@fmpsc.edu.br

Luane de Oliveira da Silva (FATENP)

luane30@gmail.com

RESUMO: O presente artigo buscou investigar a estratégia organizacional dentro da gestão de pessoas, utilizada pela empresa EQS Engenharia LTDA. por meio dos benefícios ofertados, se trazem a satisfação e motivação que a organização deseja aos seus colaboradores. Dessa maneira tentou-se identificar qual a influência dos benefícios oferecidos na motivação dos colaboradores da empresa. Sendo assim, com base nesses pressupostos identifica-se a importância de estudar, investigar e empreender nas pesquisas sobre gestão de pessoas com foco em benefícios, satisfação e motivação.

PALAVRAS-CHAVE: Motivação, Satisfação, Benefícios.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa relacionar a motivação dos funcionários com os benefícios oferecidos pela empresa, entender o que realmente motiva os funcionários, saber se o que está sendo ofertado está de acordo com as necessidades de cada colaborador. O mundo do trabalho é configurado por micro relações de habilidades individuais, que são transformadas em produtos e serviços, que influenciam a sociedade como um todo, tornando o trabalho uma faculdade humana.

No cenário de crise, que se apresenta o mercado atual, cada vez mais tecnológico e altamente competitivo, busca-se, por meio da motivação dos colaboradores, utilizar o mecanismo de disponibilização de benefícios e dentro da gestão de pessoas atraírem e reterem talentos. As organizações buscam oferecer, além do salário base, utilizar, também, do mecanismo de incentivo que proporcione uma melhor qualidade de vida por meio de benefícios diferenciados aos seus colaboradores, a fim de buscar melhores resultados para empresa.

É necessário que a empresa saiba equilibrar as necessidades da organização, com as necessidades do mercado e as necessidades de seus funcionários. As organizações estão sempre em busca de qualidade, e os colaboradores em busca de crescimento profissional. Os benefícios respondem por parte considerável da remuneração total, constituem pagamentos financeiros indiretos, ao oferecerem estes recursos, as empresas adquirem uma posição competitiva favorável na atração e retenção de talentos.

O presente trabalho torna-se relevante, para empresa estudada, uma vez que permitirá que a organização possa verificar o grau de percepção acerca da satisfação dos seus colaboradores em relação aos benefícios ofertados. Por conseguinte, para o meio acadêmico, o tema traz benefícios e é de grande significância, uma vez que aborda e discute temas da gestão de pessoas que estão relacionados diretamente com a motivação dos funcionários.

Com base nesses pressupostos, identifica-se a importância de estudar, investigar e empreender mais pesquisas sobre gestão de pessoas com foco em benefícios, satisfação e motivação. Faz-se necessário trazer para o escopo do artigo a percepção da investidura e o aprimoramento de técnicas de gestão de pessoas que buscam atrair os melhores profissionais e motivá-los contribuindo assim para que a empresa sustente uma posição competitiva favorável na atração e retenção de talentos.

Para tal, foi utilizado como objetivo geral analisar como os benefícios são percebidos pelos colaboradores da EQS Engenharia LTDA, tendo como objetivos específicos: i) Identificar a importância dos benefícios para os colaboradores; ii) Caracterizar quais benefícios oferecidos pela organização EQS Engenharia LTDA e iii) Analisar se a partir dos benefícios ofertados a empresa EQS Engenharia LTDA está motivando seus funcionários utilizando esses como potencial para melhoria dos seus resultados organizacionais.

No entanto, não se sabe ao certo se os benefícios ofertados trazem a satisfação e motivação que a organização deseja aos seus colaboradores, assim busca-se analisar qual a influência dos benefícios oferecidos na motivação dos colaboradores da empresa.

1 GESTÃO DE PESSOAS

Todas as empresas sofrem mudanças constantes, e não seria diferente com a área de Recursos Humanos, isto ocorre devido à crescente globalização. Gestão de Pessoas é um processo da administração de recursos humanos, que possui um papel fundamental nas empresas onde o foco está naquilo que as pessoas podem vir a ser, se bem desenvolvidas e motivadas.

Contudo, a área de recursos humanos nem sempre foi tão fundamental nas empresas, abaixo temos um quadro com um resumo do autor França (2010), dos períodos clássicos da administração de Recursos Humanos no Brasil:

Tabela 1 – Descrição sobre períodos clássicos da ARH, elaborada a partir do livro Práticas de recursos humanos PRH.

1930: Pré-jurídico-trabalhista	Inexistência de legislação trabalhista, do departamento pessoal ou área correlatada que se responsabilize formalmente pela gestão de pessoas.
1930-1950: Burocrático	Começo da legislação trabalhista (que duram até hoje). Primeiros departamentos de pessoal, atividades como registro de ponto e pagamento de salários.

1950-1960: Tecnicista	Implantação dos Recursos Humanos, composto por: recrutamento e seleção, treinamento, avaliação de desempenho, cargos e salários, higiene industrial e serviço social.
1960-1980: Abordagem sistêmica	Primeiros cargos de gerencia; Incentivo fiscal, programa de alimentação, segurança no trabalho, comissões internas de prevenções de acidentes e necessidades ergonômicas no trabalho.
1980-1990: Relações Industriais Integradas	Conhecida como a década perdida, marcada por dificuldades de eliminar conflitos e a demanda sindicais e alinhamento estrutural e comportamental. Nesse período foram criadas as células de produção, realização de treinamentos para formar líderes, aprendizado em trabalho em equipes e patologia do trabalho.
1990: Reformas estruturais profundas	Fim dos tempos turbulentos, busca de qualidade e produtividade, qualificação continua, emprego com vínculos de fidelidade transitória, entre outros.

Fonte: Adaptado França (2010).

Consegue-se perceber a partir do quadro acima, que a evolução da administração de recursos humanos sempre foi constante e hoje a área de Recursos Humanos é essencial para o crescimento da empresa.

Como lembra Chiavenato (2010), atualmente em uma era de informações, onde os desafios de uma empresa estão ligados a grandes mudanças, disputas e incertezas, o antigo sistema de centralizar está se desfazendo. Um universo novo está se criando para o RH, e jamais essa área foi tão essencial como é agora neste momento de transformação. O papel do RH está se tornando inovador e, contudo, estratégico.

Em outras palavras também tem-se a definição da importância da área de Recursos Humanos nas organizações:

A área de Recursos Humanos (RH) possui papel fundamental dentro de uma empresa, sendo responsável pela inserção da mesma no mercado competitivo, onde se destacará aquela que tiver melhor desempenho. Para isso, a empresa precisa contar com pessoas motivadas e satisfeitas com o seu trabalho e com o que o mesmo proporciona. Empresas que oferecem qualidade de vida, pacote de benefícios, remuneração justa e oportunidades de crescimento para os seus funcionários geralmente contam com uma equipe mais comprometida e motivada (GHENO; BERLITZ, 2011, p. 269).

A partir da citação, se percebe que ter uma área de Recursos Humanos capacitada e com interesse em desempenhar o seu melhor é um grande diferencial dentro de uma organização, o RH é o elo entre empresa e colaboradores, pois está sempre em busca da motivação dos funcionários e uma remuneração justa, e em troca, a empresa ganha uma equipe mais focada e disposta a alcançar os objetivos traçados.

Devido a grande evolução de Gestão de Pessoas nas organizações, essa área agregou e muito nas organizações, sendo responsável por vários processos dentro da organização. Para Chiavenato (2010) “Administração de Recursos Humanos é a função na organização que está relacionada com a provisão, treinamento, desenvolvimento, motivação e manutenção dos empregados”.

Contrapondo as ideias de Chiavenato (2010) os autores Mabey, Salaman e Storey (1998) apontam que os mecanismos políticos de gestão de recursos humanos devem se apoiar nas seguintes axiomas: a) reconhecimento dos talentos e capacidades humanas; b) atração e retenção de pessoas com alto grau de qualificação; c) formação de mecanismos que deem condições favoráveis à motivação individual e à mobilização dos grupos em torno das metas organizacionais; d) o estabelecimento de oportunidades de crescimento funcional e desenvolvimento profissional dentro da organização; e) oferta de incentivos ligados aos resultados organizacionais, e f) criação ou adequação de políticas integradas de gestão de recursos humanos à realidade da organização e sobretudo a conjuntura interna/externa econômico-social e político atual.

2 BENEFÍCIOS

Dentro dos processos de Gestão de Pessoas, têm-se os processos de recompensar pessoas, que é responsável por oferecer remuneração, benefícios e incentivos aos colaboradores, em troca de um serviço prestado a organização.

A valorização ao funcionário pode ocorrer de várias formas, porém é imprescindível que a empresa reconheça e valorize seu funcionário. Cada empresa oferece um tipo de plano de benefícios, que é planejado conforme padrão e normas de cada uma. Na maior parte os benefícios são oferecidos atendendo somente uma parte dos funcionários (CHIAVENATO, 2010).

Já não há mais dúvidas de que o empregado é o principal agente no desempenho organizacional, de que é ele quem faz o diferencial. Assim, é justa e obrigatória essa valorização por parte das empresas, a qual se concretiza por meio das recompensas. E dos componentes do sistema de recompensas, entre os quais estão os elogios, as promoções, as participações em congressos e eventos, os acessos a programas de capacitação, certamente o mais importante é a remuneração. A remuneração pode ser entendida como a contrapartida econômica e/ou financeira de um trabalho realizado pela pessoa (FRANÇA, 2010, p.65).

Os funcionários são um elo importante dentro da empresa e é por meio deles que as organizações conseguem atingir os seus objetivos e metas, onde uma boa forma de medir o desempenho e valorizar um funcionário é por meio de remunerações. Na opinião de Chiavenato (2010, p. 274) “A recompensa é elemento fundamental na condução das pessoas em termos de retribuição, retroação ou reconhecimento do seu desempenho na organização”.

A remuneração pode vir de várias maneiras, variando de empresa para empresa. Segundo França (2010) os tipos de remunerações são fixos e variáveis, onde a remuneração fixa é composta por salário e benefícios e a remuneração variável está relacionada com remunerações de curto e longo prazo.

Em contrapartida, Hanashiro, Teixeira e Zaccarelli (2008), os benefícios são conhecidos como remuneração indireta, pois são relações de emprego e não de desempenho. Remuneração total é a junção de remuneração direta (salário fixo e variável) mais indireta (benefícios).

Sendo assim, os benefícios compõem uma importante parte das remunerações dos funcionários, oferecer um bom salário nem sempre é a forma mais atrativa, em muitos casos uma empresa que oferece um salário razoável mais junto com ele um bom plano de benefícios se destaca na hora de atrair e manter um funcionário.

Conforme Chiavenato (2010, p. 340) “Uma das maneiras de facilitar a vida dos colaboradores é oferecer-lhes benefícios e serviços que, se a organização não o fizesse, teriam de ser comprados no mercado com o salário recebido”. Por conseguinte, enxerga-se que a origem dos benefícios a princípio foi por conta de exigências legais, mas também pela disputa de atrair e manter os colaboradores na organização, o que não diferencia muito dos objetivos de hoje.

Devido à evolução das empresas, o funcionário tende a exigir mais de si e consequentemente da empresa, as organizações que demonstram querer motivar e recompensar seus funcionários opta por oferecer além do salário os benefícios, sejam eles legais ou não. De acordo com Chiavenato (2010, p. 344) “Os benefícios procuram atender as necessidades individuais das pessoas, proporcionando uma vida pessoal, familiar e de trabalho mais tranquila e produtiva”.

Dentro dessas concepções, oferecer benefícios aos colaboradores é algo extremamente complicado já que visa satisfazer vários tipos de necessidade pessoais dos colaboradores, consequentemente nem sempre o que a empresa oferece quer dizer que está satisfazendo seu funcionário, cada pessoa possui uma necessidade diferente da outra, o que dificulta ainda mais o oferecimento de benefícios de agradem todo o quadro de funcionários.

No quadro abaixo é possível visualizar de maneira mais sucinta os tipos de benefícios e o que oferecem.

Tabela 2 – Tipos de benefícios, elaborado com base nas informações do livro Gestão de pessoas, Chiavenato (2010).

Benefícios Legais: São os benefícios exigidos pela legislação trabalhista, previdenciária ou sindicato.	Benefícios Espontâneos: São concedidos por mera liberdade das empresas, já que não são exigidos por lei, nem por negociação coletiva.	Benefícios Assistenciais/Recreativo-Supletivos: são benefícios que visam prover segurança, lazer e facilidades para melhorar sua qualidade de vida.
Férias	Gratificações	Assistência Média e odontológica
13º salário	Refeições subsidiadas	Creche para filhos de funcionários
Aposentadoria	Transporte subsidiado	Áreas de lazer nos intervalos de trabalho
Seguro de acidentes do trabalho	Seguro de vida em grupo	Música ambiente
Vale transporte	Empréstimo aos funcionários	Academias
Salário família	Assistência médico-hospitalar	Restaurante no local
Salário maternidade	Complementação de aposentadoria	Horário móvel de trabalho
Repouso semanal remunerado	Cestas básicas	Bolsa de estudos
Entre outros	Entre outros	Entre outros

Fonte: Adaptado Chiavenato (2010).

Por outro lado, é importante que a empresa tenha interesse em conhecer seus funcionários e entender as suas necessidades no momento. Os autores Hanashiro, Teixeira e Zaccarelli (2008, p.198), afirmam que “[...] os valores percebidos dos benefícios variam largamente de empregado a empregado, segundo as características demográficas, como idade, estado civil, número de filhos etc”. Portanto, não é interessante para empresa firmar convênios com determinados tipos de benefícios se ele irá satisfazer apenas 10% do seu quadro de funcionários, sem receber um bom retorno sobre o que está sendo investido.

Para isso, hoje, a tendência de benefícios no Brasil é oferecer um pacote de benefícios flexíveis, onde cada colaborador escolhe dentro das opções oferecidas pela empresa os seus benefícios conforme suas necessidades (HANASHIRO; TEIXEIRA; ZACARELLI, 2008).

Em resumo o assunto é complexo, e precisa de uma administração eficiente, que consiga atingir as vontades dos colaboradores de uma forma que seja viável para a empresa.

3 MOTIVAÇÃO E SATISFAÇÃO

É fundamental para o bom funcionamento de uma empresa que o funcionário se sinta motivado dentro do seu ambiente de trabalho, porém compreender o que pode levar a motivação humana tem sido um desafio muito grande para as organizações.

É essencial que a empresa demonstre esse interesse em manter o funcionário motivado e satisfeito com sua posição dentro da empresa, assim conseguindo alcançar as metas estabelecidas pela organização com maior qualidade.

O setor de RH, coordenadores, líderes e ou gerentes que tem a função de manter os colaboradores motivados, normalmente um desses têm a missão de manter o elo de funcionário com a cultura organizacional e objetivos da empresa, resultando em satisfação para ambos os lados.

Para Gil (2010, p. 202) “Motivação é a força que estimula as pessoas a agir”. Sendo assim, para conseguir motivar alguém é preciso identificar quais as suas necessidades e conseguir fazer com que os funcionários sintam vontade de realizar suas tarefas e alcançar seus objetivos. Nem todos os funcionários podem ser motivados da mesma forma, pois cada pessoa tem necessidades e desejos diferentes.

É impossível ver melhor essas necessidades conforme a Teoria de Maslow, como lembra Banov (2009), Maslow criou uma pirâmide que representa as necessidades seguindo uma sequencia, onde temos: Primeiro patamar da pirâmide as necessidades fisiológicas que são as necessidades básicas que estão relacionadas à sobrevivência, água, ar, comida, vestuário, resumindo são necessidades que já nascem com o ser humano. No segundo patamar da pirâmide temos

necessidades de segurança que é segurança física (leis para proteção), segurança psíquica que faz as pessoas temer o que não é familiar como mudanças, instabilidade e a segurança profissional que está ligada a estabilidade, segurança no cargo e atividades que exercem. Terceiro patamar da pirâmide tem necessidades sociais está vinculada aos tipos de relações amor, afeição, amizade. Quarto patamar da pirâmide tem estima que é ligada ao reconhecimento, valorização, é conhecida como necessidade do Ego. E no topo da pirâmide temos a auto-realização que envolve a realização de todo o potencial de uma pessoa é o autopreenchimento, crescimento e aprendizado, está mais ligada ao crescimento do homem como tal.

Assim, se consegue ver que a teoria de Maslow está relacionada com várias fases e necessidade do ser humano, mostrando que para cada dia ou mês a pessoa pode apresentar uma necessidade diferente e o que motiva hoje um funcionário pode não motiva-lo amanhã, as pessoas sempre estão em busca da evolução, e consequentemente da sua satisfação, por tudo isso, motivar pessoas no trabalho ou na vida pode-se considerar uma das tarefas mais difíceis para organização.

A motivação está relacionada com a força que motiva as pessoas a agir e a satisfação é sentir que o que está recebendo em troca é justo ou que no mínimo é razoável ao que se esperava, pode ser uma sensação de dever cumprido ou reconhecimentos financeiros, um funcionário motivado terá como consequência satisfação no que faz.

Conforme afirma Robbins (2009, p. 24):

O termo satisfação no trabalho refere-se a um conjunto de sentimentos que um indivíduo nutre em relação ao seu trabalho. Uma pessoa que tem um alto nível de satisfação com seu trabalho apresenta atitudes positivas em relação a ele, enquanto aquela insatisfeita apresenta atitudes negativas.

Por conseguinte, é possível dizer que existe relação entre motivação e satisfação, mas que são coisas diferentes, servem para se complementar. Existem vários fatores que iram levar alguém a agir de forma motivada e quando o ser humano alcança as suas necessidades vai se sentindo satisfeito.

Nos dias de hoje, com várias pesquisas existentes, é possível ver as evidências e concluir que produtividade conduz o ser humano a satisfação pessoal e não ao contrário. Ao realizar um bom serviço o funcionário sente-se bem e isso é natural. Além do que, quando a empresa reconhece essa boa produtividade trará como consequência reconhecimento de várias formas, como verbal, promoções e até um aumento de salário. Deixando assim aumentar a satisfação do colaborador (ROBBINS, 2009).

Em resumo, nos dias de hoje, a motivação e satisfação são primordiais em qualquer empresa, pois trazem fatores positivos para dentro da organização como aumentar a produtividade,

contribuir na evolução da empresa e buscar soluções quando necessário. Os colaboradores são indispensáveis, pois sem eles tudo se torna ineficaz (PEREZ; MARQUES).

Portanto, é difícil medir o grau de motivação e satisfação dos funcionários, pois tudo depende do que ele almeja dos seus objetivos e necessidades para motivar e satisfazer tem que relacionar ambiente social, profissional e familiar. É necessário que a empresa esteja realmente focada em cada funcionário e busque conhecê-los bem para buscar motivar e satisfazer o seu funcionário, e perceber que a empresa também ganha quando tem seus funcionários motivados e satisfeitos.

4 METODOLOGIA

O presente artigo buscou investigar se a estratégia organizacional dentro da gestão de pessoas, utilizadas pela empresa EQS Engenharia LTDA por meio dos benefícios ofertados trazem a satisfação e motivação que a organização deseja aos seus colaboradores. Dessa maneira tentou-se identificar qual a influência dos benefícios oferecidos na motivação dos colaboradores da empresa. A presente pesquisa foi realizada na empresa EQS Engenharia LTDA., atua na área de prestação de serviços nos segmentos de telecomunicações, energia, climatização, CFTV e Predial, possuí em torno de 1.800 funcionários em todo o Brasil, em Santa Catarina na cidade de São José área Industrial, onde está dividida em dois galpões cerca de 80 funcionários.

Quanto à natureza da pesquisa, está se caracteriza como descritiva e explicativa. Adotou-se o estudo de caso como estratégia de pesquisa por se tratar de um estudo em uma determinada unidade social de enfoque que seja eminentemente qualitativo, baseado em narrativas ou descrições de fenômenos segundo Yin (2005, p. 23), “[...] é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas”.

A pesquisa é qualitativo/quantitativa, qualitativa porque concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos atores sociais que interagem e atuam na realidade a fim de transformá-la e de serem transformados. E quantitativa este método caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas Richardson (1989). No caso do estudo em questão, a pesquisa explicativa e descritiva, de acordo com Malhotra (2001), a pesquisa descritiva descreve as propriedades dos artigos que compõem o mapeamento da literatura e explicativa, pois decorre do instrumento de pesquisa de observação, aprofundando assim o conhecimento da realidade.

Quanto à utilização dos instrumentos de coleta de dados, foram utilizadas a pesquisa documental, questionário e observação não participante. Como ferramenta de interpretação de dados, optou-se pelo quantitativo descritivo, utilizado para análise de dados, estruturadas por meio dos questionários, para posterior descrição e discussão dos resultados.

5 PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados está subdividida em: i) Identificar a importância dos benefícios para os colaboradores; ii) Caracterizar quais benefícios oferecidos pela organização EQS Engenharia LTDA e iii) Analisar se a partir dos benefícios ofertados a empresa EQS Engenharia LTDA está motivando seus funcionários utilizando esses como potencial para melhoria dos seus resultados organizacionais.

A coleta de dados e a categorização das informações obtidas faz-se necessária para que possam ser analisadas e tratadas a fim de fornecerem respostas às questões de investigação previamente colocadas. Os resultados obtidos são frutos da informação estatística decorrente dos inquéritos aplicados e analisados.

Os dados foram levantados a partir de questionários com colaboradores. Neste tópico serão apresentados os resultados obtidos na pesquisa realizada na empresa EQS Engenharia LTDA, respondida por 31 funcionários das áreas de gestão de pessoas, departamento pessoal, SMS (Segurança, Meio ambiente e saúde), administrativo, financeiro, faturamento e T.I.

Dos 31 funcionários que responderam 24 pessoas são do sexo feminino e 7 masculinos. Sobre a idade 15 pessoas entre 15 e 25 anos e 13 pessoas entre 26 e 36 anos, 2 pessoas entre 37 e 47 anos e somente 1 mais de 48 anos. Em relação à estado civil 12 pessoas são casadas, 11 solteiros, 6 estão em união estável e 1 divorciado.

Na abordagem do primeiro gráfico que levanta as informações sobre a renda familiar dos entrevistados, dos quais 22 respondentes ou 71% tem uma renda de 3 a 4 salários mínimos, 5 ou 16,1% ganham de 1 a 2 salários mínimos, 3 ou 9,7% tem de 5 a 6 salários e 1 colaborador ou 3,2% ganha acima de 6 salários.

Assim sendo, no quadro geral se pode dizer que os funcionários possuem remuneração dentro da média e segundo Chiavenato (2010, p. 274) “A recompensa é elemento fundamental na condução das pessoas em termos de retribuição, retroação ou reconhecimento do seu desempenho na organização”.

O segundo gráfico aborda todas as opções que leva em consideração o tema categorias ao se fazer parte da empresa, onde a opção 1 era valorização da empresa com o funcionário que por sinal foi uma das mais votadas sendo escolhida por 15 respondentes, depois temos a opção de benefícios

oferecidos que foi escolhido por 12 respondentes, já na terceira opção apenas 7 respondentes optaram pela imagem da empresa no mercado, a quarta opção era salário que foi escolhida por 12 funcionários, a quinta opção era sobre estabilidade no emprego onde apenas 4 respondentes consideram importante, e a sexta opção que foi escolhida por 15 funcionários era sobre o ambiente da empresa.

Nesta questão, observa-se que os funcionários levam em consideração ao fazer parte da empresa primeiramente o local de trabalho com quem eles irão dividir o seu tempo e espaço, também demonstram grande interesse em sua valorização pessoal e progressão de carreira. Em seguida temos as duas opções mais votadas que são salário e benefícios, essas opções também estão ligadas à valorização do funcionário. Fazendo relação com a pirâmide de Maslow pode-se dizer que os funcionários estão ligados ao terceiro patamar da pirâmide que é necessidades sociais e no quarto patamar que é estima que está relacionada com reconhecimento e valorização.

No terceiro gráfico questiona-se a satisfação do funcionário com as oportunidades de crescimento na empresa. Onde 13 respondentes ou 41,9% não está nem satisfeito nem insatisfeito, 11 ou 35,5% estão satisfeitos, 4 ou 12,9% insatisfeitos e 3 ou 9,7% muito insatisfeitos. Acredita-se que pelo motivo da empresa ter uma hierarquia enxuta, talvez demore mais para os atuais funcionários alcançarem um cargo maior, o que talvez acontecesse com mais rapidez no caso da empresa apresentar um crescimento maior. Para Gil (2010, p. 202) “Motivação é a força que estimula as pessoas a agir”. Sendo assim, para conseguir motivar alguém é preciso identificar quais as suas necessidades e conseguir fazer com que os funcionários sintam vontade de realizar suas tarefas e alcançar seus objetivos. Nem todos os funcionários podem ser motivados da mesma forma, pois cada pessoa tem necessidade e desejos diferentes.

O quarto gráfico aborda categoria sobre a satisfação do funcionário com sua carga horária. De acordo com a pesquisa 13 respondentes ou 45,2% responderam que estão satisfeitos, 10 ou 32,3% que estão nem satisfeitos nem insatisfeitos, 3 ou 9,7% muito insatisfeitos, 3 ou 9,7% muito satisfeitos e apenas 1 respondente ou 3,2% está muito insatisfeito. Banov (2009), ao analisar Maslow e sua pirâmide identificou que no topo da pirâmide temos a auto-realização que envolve a realização de todo o potencial de uma pessoa é o autopreenchimento, crescimento e aprendizado, está mais ligada ao crescimento do homem como tal.

A partir do quinto gráfico está o resultado referente à questão sobre se o funcionário se sente motivado pelo seu líder imediato. Dos quais 13 respondentes ou 41,9% se sentem motivados, 7 ou 22,6% não se sentem motivados, 5 ou 16,1% são razoavelmente motivados, 4 ou 12,9% estão sendo pouco motivados e 2 colaboradores ou 6,5% responderam que poderia ser melhor.

Na questão que aborda o gráfico seis foi investigado a quantidade de dependentes que o colaborador possui, 17 respondentes ou 54,8% não possuem dependentes, 11 ou 35,5% possuem

apenas 1 dependente, e 3 respondentes ou 9,7% possuem de 2 a 4 dependentes. Nota-se que a maioria não possui dependentes, o que também pode ser relacionado com o fato de que a maioria dos entrevistados possuem entre 15 a 25 anos.

O sétimo gráfico está relacionado à saúde ou o emprego desse benefício na empresa junto aos colaboradores, nessa questão os funcionários podiam escolher três opções sobre saúde que consideram mais importantes, a primeira opção era assistência médica onde 31 respondentes ou 100% escolheram como sendo importante, já a segunda opção era assistência odontológica 16 respondentes optaram, na terceira opção temos auxílio farmácia com 14 respondentes e por último tem auxílio ótica com 4 votos, apenas uma pessoa queria outra opção porém não citou qual seria.

As repostas levantadas na questão 10 vão de encontro aos argumentos dos teóricos Hanashiro, Teixeira e Zaccarelli (2008), os benefícios compõem uma importante parte das remunerações dos funcionários, oferecer um bom salário nem sempre é a forma mais atrativa, em muitos casos uma empresa que oferece um salário razoável mais junto com ele um bom plano de benefícios se destaca tanto na hora de atrair ou manter um funcionário. Conforme Chiavenato (2010, p. 340) “Uma das maneiras de facilitar a vida dos colaboradores é oferecer-lhes benefícios e serviços que, se a organização não o fizesse, teriam de ser comprados no mercado com o salário recebido”.

O levantamento feito por meio do gráfico oito está relacionado com a questão do gráfico 8, onde pergunta identificava qual a porcentagem que o colaborador está disposto a pagar de coparticipação referente a saúde, 14 respondentes ou 45,2% escolheram de 1 a 15%, 9 ou 29% preferiam não pagar coparticipação, 4 ou 12,9% pagariam de 16 a 30%, e apenas 4 respondentes 12,9% pagariam de 31 a 50% de coparticipação. As respostas corroboram com autores Hanashiro, Teixeira e Zaccarelli (2008, p.198), afirmam que “[...] os valores percebidos dos benefícios variam largamente de empregado a empregado, segundo as características demográficas, como idade, estado civil, número de filhos etc.”.

Já o gráfico nove está relacionado diretamente com o quesito educação, onde o colaborador poderia escolher duas opções das que ele considera mais importante. E os resultados foram, primeira opção auxílio educação para colaboradores onde 21 respondentes escolheram, a segunda alternativa identificada por meio da creche própria na empresa somente 5 respondentes votaram, terceira opção temos auxílio creche que foi escolhida por 13 respondentes e a última questão era cursos de idioma para funcionários que foi escolhida por 9 colaboradores. Por meio das explanações de Robbins (2009), o termo satisfação no trabalho refere-se a um conjunto de sentimentos que um indivíduo nutre em relação ao seu trabalho. Uma pessoa que tem um alto nível de satisfação com seu trabalho apresenta atitudes positivas em relação a ele, enquanto aquela insatisfeita apresenta atitudes negativas.

No gráfico dez está a relação referente à coparticipação que os funcionários estariam dispostos a pagar, 15 respondentes ou 51,7% optaram por 1 a 15%, 7 ou 24,1% estariam dispostos a contribuir com 16 a 30%, 4 respondentes pagariam de 31 a 50% e apenas 3 pessoas 10,3% preferiam não ter coparticipação. A motivação está relacionada com a força que motiva as pessoas a agir e a satisfação é sentir que o que está recebendo em troca é justo ou que no mínimo é razoável ao que se esperava, pode ser uma sensação de dever cumprido ou reconhecimentos financeiros, um funcionário motivado terá como consequência satisfação no que faz.

O decimo primeiro gráfico está ligado à satisfação com os benefícios que a empresa disponibiliza. Onde 16 respondentes ou 51,6% estão satisfeitos, 11 ou 35,5% não estão satisfeitos nem insatisfeitos, 2 ou 6,5% estão muito satisfeitos e 2 respondentes ou 6,5% estão insatisfeitos. A grande maioria está satisfeita o que é bom para empresa, porém uma parte considerável não está nem satisfeita nem insatisfeita, o que deve ser investigado e tratado para que isso não venha se tornar insatisfação dos colaboradores, sendo necessário rever o que está sendo ofertado visto que os benefícios estão relacionados com a motivação dos colaboradores.

Assim sendo, de acordo com a pesquisa e em análise do referencial teórico, é possível ver as evidências e concluir que produtividade conduz o ser humano a satisfação pessoal e não ao contrário. Ao realizar um bom serviço o funcionário sente-se bem e isso é natural. Além do que, quando a empresa reconhece essa boa produtividade trará como consequência reconhecimento de várias formas, como verbal, promoções e até um aumento de salário. Deixando assim aumentar a satisfação do colaborador (ROBBINS, 2009).

No gráfico doze são abordados quais são os benefícios oferecidos pela empresa que traz maior satisfação aos colaboradores. Foram apresentadas, aos colaboradores, as opções para os colaboradores de escolherem três fatores em relação à motivação que eles mais acham importante. Na primeira opção tem receber *feedback* do seu superior que foi escolhido por 21 funcionários, na segunda opção é sobre liberdade para tomar decisões no ambiente de trabalho ficando com 14 votos, o terceiro era sobre flexibilidade de horários que recebeu 21 respostas dos colaboradores, na quinta opção temos trabalho em equipe que recebeu 8 respostas, a sexta alternativa é benefícios que recebeu 8 respostas e a última opção era salário que recebeu 20 respostas dos colaboradores.

Observa-se que o que mais motiva os funcionários que responderam à pesquisa é receber feedback, flexibilidade de horário e salário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem como objetivo geral identificar se os funcionários estão se sentindo motivados com os benefícios que são ofertados pela empresa, sendo assim aplicou-se um

questionário aos colaboradores da empresa EQS Engenharia Ltda., em algumas áreas administrativas. Com base na revisão literária que serviu como um embasamento teórico, agregando conhecimento prático da observação não participante e da realização do questionário foi possível obter resposta para a problemática do trabalho.

A partir da revisão bibliográfica e com base na pesquisa feita em campo, foi possível inferir que os servidores da organização estudada consideram de um modo geral com relação aos benefícios ofertados metade está satisfeita e outra metade não está nem satisfeita nem insatisfeita ou estão insatisfeitos. Assim sendo ao questionar os entrevistados por meio do questionário dentro de algumas opções levantadas pelo estudo e dentro desses o que eles escolheriam prioritário obter como componente de um benefício a ser ofertado pela empresa. Dentre essas opções em primeiro lugar os colaboradores optaram pelo plano de saúde, em segundo plano odontológico, em terceiro auxílio creche e cursos para os funcionários. Essas opções são reflexos das questões levantadas sendo que entre esses a maioria optou por não pagar coparticipação ou pagar até no máximo de 1 a 15%. Quando questionado aos colaboradores sobre o que levam em consideração ao fazer parte da empresa as respostas foram valorização do funcionário, ambiente do local de trabalho, salário e benefícios.

Com relação à motivação e ao crescimento dentro da empresa, as respostas foram bem heterogêneas. Ao questionar sobre o que mais os motivam dentro da empresa as respostas por ordem decrescentes foram *feedback*, flexibilidade nos horários, salário, liberdade para tomar suas decisões e por último benefícios.

Sendo assim, observa-se que a empresa deve melhorar seus benefícios ofertados, visto que a metade dos colaboradores se encontra insatisfeita, mas que esse fator normalmente é mais atrativo na hora de escolher um emprego, e não o mais atrativo para manter o colaborador na empresa, pois se averiguou que a maioria dos funcionários necessitam mais de valorização, ambiente adequado e receber retorno do seu trabalho. Acredita-se que todos esses elementos são um conjunto para motivar seus funcionários, e que devido à necessidade do momento do colaborador ele sente uma necessidade de motivação diferente.

Espera-se que o resultado desta pesquisa traga o incremento necessário para um maior conhecimento na área, auxiliando na execução e no aprimoramento dos trabalhos já existentes. A pesquisa pretende trazer uma contribuição relevante para que gestores de unidades organizacionais privadas ou públicas adotem estratégias mais assertivas, ao proporcionar aos colaboradores melhores condições de trabalho, bem como uma maior eficiência à clientela final no que concerne a um maior respaldo e melhores resultados organizacionais.

Isso posto, a pesquisa almeja a possibilidade de que este trabalho contribua para a compreensão acerca do assunto abordado e que sirva de apoio à preocupação ao utilizar o mecanismo

de disponibilização de benefícios e dentro da gestão de pessoas atrair e reter talentos. A pesquisa aponta ainda para importância de pesquisas futuras sobre a ação ou instituição do aprimoramento de técnicas de gestão de pessoas que buscam atrair os melhores profissionais e motivá-los contribuindo assim para que a empresa sustente uma posição competitiva favorável, contribuindo assim para a produção de conhecimentos sobre o tema.

ANALYSIS OF THE BENEFITS OFFERED BY THE COMPANY EQS ENGENHARIA LTDA

ABSTRACT: The present article sought to investigate if the organizational strategy within the management of people, used by the company EQS Engenharia LTDA. Through the benefits offered bring the satisfaction and motivation that the organization wishes its employees. In this way we tried to identify the influence of the benefits offered in the motivation of the company's employees. Thus, based on these assumptions, the importance of studying, investigating and undertaking more research on people management focused on benefits, satisfaction and motivation is identified.

KEYWORDS: People Management, Motivation, Satisfaction, Benefits.

REFERÊNCIAS

- BANOV, Marcia Regina. **Psicologia no gerenciamento de Pessoas.** São Paulo: Atlas, 2009.
- BOAS, Ana Alice Vilas; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Gestão estratégica de pessoas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas:** o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Práticas de recursos humanos PRH.** São Paulo: Atlas, 2010.
- GIL, Antonio Carlos. **Gestão de Pessoas.** São Paulo: Atlas, 2010.
- GHENO, Renata; BERLITZ, Jaqueline Berlitz. Remuneração Estratégica e Pacote de Benefícios: um estudo de caso aplicado ao nível operacional de uma multinacional. Revista de Administração da UFSM, Brazilian Journal of Management, Santa Maria, v. 4, n.1, p. 268-287 mai./ago. 2011.
- HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori; TEIXEIRA, Maria Luisa Mendes; ZACCARELLI, Laura Menegon. **GESTÃO DO FATOR HUMANO.** São Paulo: Saraiva, 2008.
- MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing:** uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- _____. **Pesquisa de marketing:** uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- MABEY, C. , SALAMAN , G. , e STOREY , J. (1998). **Gestão estratégica de recursos humanos:** a teoria da prática e da prática da teoria. Em C. Mabey , G.

PEREZ, Olívia C; MARQUES, Jéssica M : Fatores que influenciam a satisfação dos colaboradores em diferentes setores de uma empresa: Convibra. Disponível em:

<http://www.convibra.com.br/dwp.asp?id=10042&ev=71>

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social**. Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

ROBBINS, Stephen P. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

SOUZA, Maria Zélia de Almeida et al. **Cargos, carreiras e remuneração**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

A ARTE DE VIVER A INFÂNCIA

CIPRIANO, Nayara Vieira (FMP)
nayara.cipriano@posgrad.fmpsc.edu.br
MACIEL, Ivanir (FMP)
ivanir.maciel@fmpsc.edu.br

RESUMO: Este artigo diz respeito a reflexões da vivência da infância nas instituições de Educação Infantil. Pensou-se assim, na estética como meio de provocar questionamentos sobre o direito das crianças vivenciarem a infância de maneira totalizadora. Certificando-se que a escolarização não considere a criança de forma parcial, supervalorizando sua cognição em relação ao seu corpo. O artigo não se atém a estética da beleza, do belo, da estética padronizada, mas sim, a estética das emoções, dos sentidos, das várias linguagens da criança. Uma estética que sugere que as crianças criem e recriem o espaço da Educação Infantil. Para subsidiar as reflexões a respeito do tema buscaram-se informações em diversas fontes bibliográficas, tais quais, Kishimoto (1998), Malaguzzi (1999), Zanella (2007), Ostteto (2011), Barbieri (2012), e documentos oficiais como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010). Por meio deste estudo pode-se perceber que as crianças “pulsam” experiências estéticas a todo o momento, mesmo quando os professores não manifestam essa intencionalidade. Contudo, escutar as crianças no cotidiano das instituições nos faz refletir a respeito do potencial que possuem, seus entendimentos e sentimentos.

PALAVRAS CHAVES: Estética; Infância; Experiências.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, constitui-se hoje, um segmento importante da educação do nosso país. Essa tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 6 anos, em seus princípios éticos, estéticos e políticos, complementando a ação da família e da comunidade. Sendo assim, a mesma contempla a fase da primeira infância destes sujeitos. Atualmente, nossa concepção perpassa um olhar em relação à criança enquanto um ser social, histórico e de direitos, indivíduo único e singular, criativo e produtor de culturas (BRASIL, 2009).

A infância passa a ser respeitada e reconhecida socialmente, o Estado passa a assumir responsabilidades por esta categoria geracional (BRASIL, 1988; 1996). Sendo de competência da instituição promover coletivamente, através de suas ações pedagógicas, a expressividade das diferentes linguagens, as realidades culturais e sociais, as relações com o outro e com a natureza, além da apropriação de seu modo de ser íntegro. Sobretudo, a escola também tem a responsabilidade de garantir a infância, um espaço mais adequado onde as crianças possam aproveitar essa fase de um modo mais integral, brincar sem pressa, inventar o mundo, ter maior contato com a natureza, se sentirem acolhidas diariamente. Lugar em que as crianças possam ter autonomia para produzirem conhecimento, serem pesquisadoras e motivadoras do seu próprio processo de aprendizagem, para que possam construir relações, inventando jeitos de conviver e estar neste espaço, um lugar que resguarda os direitos das crianças.

Este artigo visa refletir o direito que as crianças têm de viver intensamente a infância nas instituições de Educação Infantil. (Re)conhecendo suas especificidades de criança, analisando suas produções, e valorizando, sobretudo, a fase em que ela se encontra. Por meio de tais relações e experiências estéticas podemos contemplar a arte e seus desdobramentos, a brincadeira, a natureza, as relações que as crianças constroem dentro das instituições de Educação Infantil. As experiências estéticas nos asseguram os sentimentos, os sentidos, as expressões, a imaginação a fantasia e a criatividade. E uma criança que vivencia essas experiências, vivencia a própria infância.

1 EXPERIÊNCIAS ESTÉTICAS NA ARTE DA INFÂNCIA

Nos dias atuais a Educação Infantil vem se tornando um segmento importante na Educação do nosso país. Ela consolidou-se como primeira etapa da Educação Básica e vem fomentando inúmeras discussões, dúvidas e anseios entre pais, pesquisadores e professores desde que, recentemente, a LDB definiu a obrigatoriedade do ingresso das crianças de 4 anos na pré-escola. As preocupações se ampliam na questão do que ensinar as crianças, e acima de tudo, como garantir que elas vivam a infância de maneira integral sem os anseios pela escolarização. Malaguzzi (1999) em sua poesia “As cem Linguagens da Criança”, nos leva a uma reflexão referente ao modo como as crianças vêem e interagem com o mundo. As crianças têm cem linguagens, cem jeitos diferentes de inventar o mundo, mexem, remexem, cavam buracos, correm descalços, fantasiam e criam, não sentem medo de explorar, são curiosas, colocam os sentidos acima da razão, as emoções acima da lógica. O autor ainda alerta:

[...] A criança tem cem linguagens (e depois cem cem cem) mas roubaram-lhe noventa e nove. A escola e a cultura lhe separam a cabeça do corpo. Dizem-lhe: de pensar sem as mãos de fazer sem a cabeça de escutar e de não falar de compreender sem alegrias[...]

As instituições de Educação Infantil estão preparadas para receber essas crianças? Crianças que chegam com conhecimentos do seu cotidiano, com um conhecimento de mundo, com gostos e desgostos, com individualidades, crianças inseridas em um contexto histórico com culturas diversas. Essas crianças são seres plurais, tudo é conhecimento, tudo se apresenta como novas aprendizagens, elas não estão preocupadas em seguir uma lógica de informações, não se preocupam com os limites e extremidades entre as linguagens. Assim, voltamos a refletir sobre “As Cem Linguagens das Crianças”:

[...] Dizem-lhe: que o jogo e o trabalho a realidade e a fantasia a ciência e a imaginação o céu e a terra a razão e o sonho são coisas que não estão juntas. Dizem-lhe: que as cem não existem. A criança diz: ao contrário, as cem existem.”(MALAGUZZI, 1999).

Pensou-se, assim, na Educação Estética como meio norteador para o trabalho pedagógico com as crianças inseridas nas instituições de Educação Infantil com o objetivo de tecer relações

com os sentimentos e emoções. Refletindo um modo de não lhes “roubar” as suas linguagens, suas expressões, suas curiosidades, o prazer com que fazem novas descobertas, o modo como se desafiam sem medo. Cultivando, essa vitalidade espontânea das crianças e ampliando as suas formas de expressão e criatividade. Oportunizando lhe tempo para sentir, olhar, fazer uma escuta atenta do mundo em que estão inseridas, ter contato com a natureza. Permitindo lhe o direito de sonhar, fantasiar, criar, se sujar, inventar e reinventar.

Deste modo, o Projeto de Cooperação Técnica MEC e UFRGS para as Construções Curriculares para Educação Infantil, justifica a escolha da estética como um dos princípios para a Educação Infantil:

Diante das questões que os bebês e as crianças pequenas impõem à educação, a proposta de considerar a experiência estética como princípio educativo encontra, na irreverência e no potencial subversivo da sensibilidade e da imaginação, a força ética e política para enfrentar uma tradição educacional sustentada em concepções de infância, criança, conhecimento, ensino e aprendizagem que não dão conta das exigências requeridas pelas necessidades das crianças pequenas e pela formação de seus professores. É preciso outro modelo, outro espaço e outro tempo, enfim outro modo que releve a complexidade de estar com as crianças pequenas, protegendo e desafiando, isto é, acompanhando seus processos iniciais de aprender a conviver e participar de sua cultura (BRASIL, 2009, p. 75).

Acredita-se que as aprendizagens estéticas podem ocorrer desde muito cedo na vida dos seres humanos, desde que nascem ou talvez antes disso, na barriga da sua mãe durante a gestação. Para que essas experiências se ampliem e se desenvolvam as crianças devem ser percebidas, observadas e acima de tudo, ouvidas como sujeitos ativos. Nas instituições de Educação infantil essa vivência estética na maioria das situações, irá depender das concepções que o professor carrega consigo, da formação inicial e continuada oferecida a este profissional. Portanto, a maneira como os adultos se relacionam com as crianças e suas famílias, a organização do ambiente, as mediações entre as relações culturais existentes nas instituições, também proporcionam às crianças, experiências estéticas. Mediante ao exposto, Ostteto (2011, p. 04) colabora:

De modo geral, no campo educacional, tomamos rumo diverso: caminhamos amparados por certezas pedagógicas, um porto seguro das regras e modos de fazer, e então temos medo do desconhecido, do que não podemos controlar, do campo do afeto, da fantasia e da sensibilidade, por exemplo. É evidente a dificuldade da escola (creches e pré-escolas também!) em lidar com a arte, com a poética da vida – que pressupõe espaço para a imaginação a experimentação, a criação e, com parte do processo, espaço para a dúvida e para o erro.

Durante a formação do professor não se prioriza a sensibilidade. A escola e a cultura tendem a separar a nossa cabeça do corpo (MALAGUZZI, 1999), a enfatizar a razão frente à emoção, nos tornando em seres racionais. Sendo assim, como vamos provocar essas vivências estéticas? Nos cursos de formação para professores (seja formação inicial ou continuada) dificilmente vivemos experiências estéticas, dificilmente experimentamos sem medo de errar, sem se preocupar com o produto final. Arduamente em meio à correria do ambiente acadêmico ou profissional temos tempo para escutar o mundo, para construirmos um olhar atento ou desenvolvermos uma escuta aguçada

nas minúcias da infância. Rubem Alves (2004 apud BARBIERI, 2012, p. 130) faz uma comparação entre a forma como as crianças e adultos utilizam seus olhos:

A diferença se encontra no lugar onde os olhos são guardados. Se os olhos estão na caixa de ferramentas, eles são apenas ferramentas que usamos por função prática. Com eles vemos objetos, sinais luminosos, nomes de rua e ajustamos a nossa ação. O ver se subordina ao fazer. Isso é necessário. Mas é muito pobre. Os olhos não gozam... Mas, quando os olhos estão na caixa dos brinquedos, eles se transformam em órgãos do prazer: brincam com que veem, olham pelo prazer de olhar, querem fazer amor com o mundo. (...) Os olhos 3 que moram na caixa de ferramentas são os olhos dos adultos. Os olhos que moram na caixa dos brinquedos, das crianças. Para ter olhos brincalhões, é preciso ter as crianças por nossas mestras.

Aprender com as crianças é repensar a nossa prática diária, é refletir o sentido, o significado das nossas propostas. O professor carece voltar a ser criança, viver experiências estéticas, aventurarse sem medo. O docente que não se sensibiliza corre o risco de tornar-se conteudista, de propor sempre os mesmos “trabalhinhos”, utilizando-se de modelos prontos, atividades xerocadas, cores pré-definidas. Com o tempo este educador acumula a sua caixinha de moldes e suas coleções pedagógicas, pois percorrer por caminhos conhecidos é mais seguro, nos deixa mais confortáveis. Precisamos sair desta zona de conforto, nos desafiar, até mesmo errar, retomar e repensar. Faz-se necessária uma reflexão: Que ações cotidianas fazem parte do pedagógico? Qual valor dado aos atos relacionados aos cuidados e higiene, as brincadeiras livres, a fantasia, a imaginação a criação? De acordo com Referencial Curricular para a Educação Infantil:

Nessa perspectiva, as práticas cotidianas na educação infantil incluem momentos de conversa, de histórias, de diferentes modos de brincar e realizar experiências com as linguagens, de higiene das crianças e de organização dos espaços, da elaboração, organização e manutenção dos materiais e dos equipamentos, de alimentação, de horário de descanso, de segurança e de prevenção de acidentes, de prestação de primeiros socorros, de identificação dos malestares das crianças. Todas estas ações, e seus detalhes, são práticas pedagógicas no sentido em que as crianças, nesses momentos, estão ludicamente aprendendo e desenvolvendo hábitos, participando de sua cultura e dos modos de viver em comunidade (BRASIL, 2009, p. 77).

Compreende-se que o Educar e o Cuidar são indissociáveis, ou seja, devem ser planejados e ocorrerem de maneira intencional durante todo período de permanência da criança nas Instituições. Quando educamos estamos cuidando e quando cuidamos estamos educando. Se partirmos do ponto de vista que a educação infantil deve ocorrer de maneira integral, não podemos fragmentar as ações que ocorrem na rotina das instituições. Todavia, a criança aprende muito nos momentos de rotinas e nas brincadeiras. Por meio destas ações ela vai construir sua identidade, gostos e desgostos, aprende a interagir com as diferenças, criando equilíbrios emocionais e valorizando a sua autonomia. O educador deve estar atento para respeitar o tempo, as particularidades de cada criança e o seu ritmo.

A educação estética, neste sentido, apresenta-se como uma das possibilidades de construir estes novos olhares correspondendo à imperiosa necessidade de acompanhar as mudanças que assistimos e provocamos. Estética porque mobiliza criação. Estética porque pode sensibilizar apropriações da realidade polifacetada, interpretando-a em suas diferentes formas

de apreensão sínica. Estética porque supera o estético alcançando pensares e fazeres a patamares onde se bricolam inovações (ZANELLA et al., 2007, p. 13).

Concordando com Zanella e as possibilidades que a estética proporciona a educação, precisasse ter intencionalidade ao planejar para propormos essas experiências, as situações didáticas precisam estar claras. Isso não significa que devemos nos engessar, pois a rotina na educação infantil é sempre uma surpresa, nosso planejamento deve ser flexível às necessidades das crianças. “O lugar do professor contemporâneo também é um lugar transitório, cheio de incertezas e em constante movimento.” (BARBIEIRI, 2012, p. 34) O trabalho respeitoso se faz na relação entre as crianças e o mundo que as cerca. Para motivá-los é necessário ampliar o repertório de conhecimentos, ninguém viaja sem bagagem. Tal qual, Barbieri (2012, p. 150) contribui afirmando:

Trabalhar de uma maneira comprometida com o protagonismo da criança, para que ela seja o fio condutor, exige um deslocamento nosso, sair do nosso umbigo de professor, olhar para o outro de fato e perceber nossas lacunas. O que está faltando em mim como professor, do que preciso? O que preciso arrumar nesse espaço, como ele pode melhorar? Essas são perguntas que devemos nos fazer sempre. O professor precisa ter autocritica, se avaliar e se rever constantemente. Verificar se estamos trazendo apenas assuntos da televisão de baixíssima qualidade, ou se estamos trazendo heranças culturais significativas de nosso povo, que podem levar a criança à vontade de estar viva, de permanecer, de fazer parte.

O ambiente educacional é um lugar onde as crianças podem, e acima de tudo, devem ter contato com outras referências culturais, diferentes daquelas oferecidas pelas mídias. Entretanto, não devemos desconsiderar toda a bagagem que as crianças trazem de casa, especialmente as adquiridas por meio da televisão e internet, que fazem parte da rotina diária das crianças e que muitas vezes dialogam mais com os “pequenos” do que a própria família. Devemos ouvir atentamente as suas colocações e abrir um horizonte de possibilidades, usando as mídias a favor da criatividade, como acervo para o nosso repertório cultural. Revelando que a criança faz parte desse universo cultural, que ela não é apenas um telespectador, mas sim um produtor da cultura infantil.

No âmbito na Educação Infantil falamos na responsabilidade da herança cultural, da ampliação das vivências culturais e, sobretudo, no respeito às diferentes linguagens das crianças. A presença da arte nesta fase tem a perspectiva de ampliar o olhar das crianças sobre o mundo, a natureza, a cultura, diversificando e ampliando as suas experiências sensíveis. As crianças precisam ter acesso às produções humanas, a diferentes materiais – sucatas, folhas, gravetos, areia, lama, pedras, sementes, além das tintas, pincéis e materiais convencionais – e diferentes suportes. É comum que ao primeiro contato com esses materiais elas não os escolham para as suas produções, dificilmente optamos pelo desconhecido. Em suma, esses materiais devem estar disponíveis às crianças, para que elas manuseiem e agucem a sua curiosidade. “A publicação das escolas de Educação Infantil de Reggio Emilia, na Itália, referência no ensino da arte, afirma que é imperativo possibilitar a exploração dos materiais pelas crianças” (BARBIERI, 2012, p. 79).

A Arte é considerada obrigatória para toda a educação básica, isso inclui as creches e pré-escolas. De acordo com a LDB 9394/96, “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural [...].” (BRASIL, 1996). Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Arte (1997) afirmam que por meio da educação em arte as crianças podem dar sentido as suas vivências e, sobretudo, a experiência humana, ampliando a percepção, a sensibilidade, a reflexão e a imaginação. Além disso, o presente documento enfatiza quatro linguagens da arte: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro (BRASIL, 1997). Restringindo-se aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, muito embora suas contribuições sejam válidas para qualquer nível e modalidade da Arte Educação no Brasil.

Para Barbieri (2012, p. 19), “Ao favorecer o desenvolvimento da sensibilidade e da percepção estética, o ensino da arte na educação infantil proporciona às crianças que leiam e interpretem do seu jeito o mundo que as rodeia e, assim, se transformem e o transformem”. Quando ouvimos a expressão “Se as crianças estão quietas, é porque estão fazendo arte”, neste sentido a arte está relacionada à estripulia, travessura, peripécia, a algo que as desperte prazer, a descobrir, a transformar. Deste aspecto da arte é que o presente artigo vai buscar subsídios para a compreensão do papel da experiência estética na vivência da infância. Mesmo sem embasamento teórico o senso comum está correto na afirmação acima. Quando a criança se propõe a “fazer arte”, ela se submete a um nível cada vez mais elevado de concentração, pois exigirá o uso de sua atividade mental, ou seja, se faz necessário pensar como organizará os elementos que irão compor o seu processo de criação. Sendo assim, Barbieri (2012, p. 26) contribui acrescentando:

“As crianças são como a Arte: pura expressão. Acho que é por isso que os adultos as chamam de arteiras. Há afinidade entre criança e a arte – espontaneidade, capacidade de comunicar, de dialogar com o mundo, com a vida. Então podemos dizer que ambas se alimentam da mesma fonte.”

Entretanto, a criança se propõe a novos desafios e, assim, aprende a imaginar, a fazer e a criar. “Momentos em que as crianças se concentram e se dedicam integralmente a uma ação que contribui muito para a formação delas. Tais experiências se impregnam nelas, e é por isso que o ensino da arte na educação infantil precisa contemplá-las” (BARBIERI, 2012, p. 21).

De fato, as crianças são engenhosas, pois se propõem a experimentar, sem o medo que os adultos contraíram em relação ao erro. Fazem arte expressando seus sentimentos de maneira inteira, sem se importar com a opinião dos demais. Entretanto, esses aspectos vão desaparecendo ao longo do processo escolar e um dos grandes vilões são os estereótipos sociais. Sendo assim, os processos artísticos, as brincadeiras e a própria infância é vista como algo pronto e acabado, como um modelo a ser seguido. Logo, a experiência estética é limitada e substituída por preconceito e discriminação.

Contudo, não podemos deixar de considerar que as crianças, principalmente na mais tenra idade são artistas, arteiras, e viver a infância é uma arte.

Pois arte é infância. Arte significa não saber que o mundo já é, e fazer um. Não destruir nada que se encontra, mas simplesmente não achar nada pronto. Nada mais que possibilidades. Nada mais que desejos. E, de repente, ser realização, ser verão, ter sol. Sem que se fale disso, involuntariamente. Nunca ter terminado. Nunca ter o sétimo dia. Nunca ver que tudo é bom. Insatisfação é juventude (RILKE 2007 apud BARBIERI 2012, p. 17).

Assim como a arte auxilia a estética na sua forma mais ampla, as suas linguagens vão ao encontro das linguagens das crianças. Contudo, a estética é muito mais vasta do que a própria arte, sendo a arte um dos meios de se consolidar as experiências estéticas. Mas, não é o único caminho para os docentes da Educação Infantil trabalharem a educação da sensibilidade. Por meio da brincadeira, atividade primordial da infância, podemos observar inúmeras vivências estéticas. A criança se diverte e se sente livre ao brincar, é uma atividade interativa na qual contempla todas as linguagens e sentimentos. Sobretudo, acreditamos que é por meio da brincadeira que a criança aprende e se desenvolve.

Brincando com tintas, cores, sons, palavras, pincéis, imagens, rolos, água, exploram não apenas o mundo material e cultural à sua volta, mas também expressam e compartilham imaginários, sensações, sentimentos, fantasias, sonhos, idéias, através de imagens e palavras. A compreensão do mundo da criança pequena se faz por meio de relações que estabelece com as pessoas, os objetos, as situações que vivencia, pelo uso de diferentes linguagens expressivas (BRASIL, 2009, p. 7273).

O brincar e o movimento são necessidades vitais para o desenvolvimento das crianças, tanto quanto o sono e a alimentação. Esta ação, não limitase a desenvolver habilidades para aprendizagens posteriores, mas traz subsídios para que as crianças vivam o presente. O desenvolvimento estético da criança está diretamente ligado ao ato simbólico, sendo assim, a brincadeira de faz de conta é essencial neste processo.

Uma das mais importantes funções da Educação Infantil é a reflexão e o respeito ao brincar e a brincadeira como práticas sociais da infância. Por meio desta, a criança pode sentir o mundo, se aventurando a experimentar, a aprender a criar e inventar linguagens através do exercício lúdico da liberdade de expressão. Primeiramente a criança brinca com a mãe, depois brinca sozinho, e por fim, evolui para outras interações sociais. Sendo assim, não se trata apenas de uma propriedade da criança, mas de uma expressão cultural que especifica o humano. Segundo Lima (2007), a brincadeira é historicamente considerada um fenômeno da cultura, pois por meio dela se constrói conceitos sociais. Além disso, a mesma se encarrega de reproduzir os costumes e hábitos de uma sociedade de acordo com o tempo e espaço. A propagação da brincadeira ocorre de geração para geração, dos mais velhos aos mais novos, por meio de imitações e intervenções.

A brincadeira de faz de conta é vista como uma das principais brincadeiras infantis. Ela tem sido alvo de estudo de muitos pesquisadores. Nestas brincadeiras meninos e meninas interagem juntos assumindo diversos papéis sociais, se colocando assim, no lugar de pai, mãe, vivenciando inúmeras profissões; como médico, professor, mecânico, além de encenarem histórias, personagens, representarem animais, enredos; de filmes, desenhos, novelas e ações do seu cotidiano. Essas brincadeiras são fundamentais na infância, além de vivenciar papéis que a criança já conhece dentro do contexto social onde vive ao interagir com outras crianças têm a possibilidade de conhecer papéis distintos a sua realidade cultural e social.

Para Vygotsky (1998), a brincadeira de faz-de-conta cria uma zona de desenvolvimento proximal, pois no momento que a criança representa um objeto por outro, ela passa a se relacionar com significado a ele atribuído, e não mais com ele em si. Assim, a atividade de brincar pode ajudar a passar de ações concretas com objetivos para ações com outros significados, possibilitando avançar em direção ao pensamento abstrato. Tanto Piaget quanto Vygotsky concebem o faz-de-conta como atividade muito importante para o desenvolvimento (QUEIROZ; MACIEL; BRANCO, 2006, p. 175).

Para as crianças o objetivo da brincadeira é o próprio brincar, sem prever uma finalidade com o ato. “O jogo só é jogo quando a criança pensa apenas no brincar” (KISHIMOTO, 1998, p. 06). Sendo assim, a sensibilidade, a expressão, a emoção, a percepção, que esta atividade proporciona, jamais deve ser desprezada em relação aos conhecimentos formais. E essa, é uma das tarefas da educação para a sensibilidade, garantir a emoção frente à razão, recusar modelos prontos e acabados, desconfiar da homogeneização. Ouvir as crianças dando-lhes liberdade e subsídios para a imaginação e a criação. Assegurar que as crianças possam ser crianças, ser “artistas” viver a arte da infância e inventar um mundo que já existe, porém que nunca estará por findar-se.

CONCLUSÃO

Considerar as crianças como sujeitos de direitos, sujeitos protagonistas, sujeitos de sua infância, implica mudança de algumas posturas metodológicas. Significa (re)conhecer as especificidades da infância, seu domínio de imaginação e criação, entender as crianças como sujeitos que não apenas vivem uma cultura, mas a produzem diariamente no emaranhado das suas relações cotidianas. Implica sair de si para ver o outro transformar-se por meio das relações, ver o que não é visto. Esse modo de entender a infância, e acima de tudo a criança, nos aproxima da nossa própria infância, não para “voltarmos a ser criança”, mas para aprender com elas, integrando-as com aquela que fomos. Ver o mundo com a profundezas percebida pelas crianças é ver a cada momento aquilo que nunca tínhamos visto antes.

Escutar as crianças nos ajuda a refletir a respeito do potencial que possuem seus entendimentos e sentimentos. Isso possibilita olhar com inteireza as crianças “arteiras” que com as

suas peripécias desvendam o mundo, vivem novas experiências, deixamse provocar pelo novo, pelas reações estéticas.

Nas minúcias do cotidiano das instituições de Educação Infantil percebemos vivências estéticas, todavia nem sempre as ações rotineiras nos permitem observar com um olhar pesquisador, atento e curioso. Se assim fizermos, constataremos que as crianças “respiram” experiências estéticas a todo o momento. As crianças vivenciam a infância com autenticidade, com originalidade, dando sentido a cada relação, a cada lugar, imprimindo e exprimindo seus sentimentos. Vivenciando contingências além das pensadas pelos adultos, experimentando relações posteriores as disposições do traço arquitetônico.

Malaguzzi (1999), em seu livro “as cem linguagens da criança”, nos revelou o quão desprovidos de recursos pedagógicos eram os professores que iniciaram o programa de Reggio Emilia, relatando que eles tinham muito o que aprender com as próprias crianças. Especialmente, tinham força de vontade, curiosidade de um pesquisador, humildade e a inocência de uma criança.

Contudo, cabe o destaque para a formação dos professores por não contemplar de maneira significativa as experiências estéticas. Assim, arriscome a dizer que os adultos carecem de permitir seus sentimentos para exercitar um olhar atento, para ser dignos de uma calmaria, para uma (des)aceleração. Ao tornarse sensível o professor se acende a aventurarse no mundo de imaginação com as crianças, sua postura enquanto adulto mediador das relações tornase diferente. A formação estética interfere na sua forma de agir com as crianças, pois possibilita um olhar mais sensível às singularidades da infância. Sensibilizar as relações e interações existentes nos Centros de Educação Infantil significa reconhecer as crianças em todas as suas linguagens, em toda a sua expressão.

O professor que se move ao ver a criança pular em uma poça de água, refletindo as inúmeras aprendizagens que ela está contemplando nesta experiência, reconhece a brincadeira como principal motor de aprendizagens e, portanto não omite esses direitos às crianças. Percebe a criança em sua inteireza, afirmindo-as como autoras do presente e não apenas do futuro. Compreende os meninos e meninas em sua imaginação, fantasia, criação, nas suas brincadeiras, no seu corpo, no cognitivo, no afetivo, no emocional, nas suas expressões e linguagens.

A criança brinca com a infância de acordo com as possibilidades que lhe são apresentadas, todavia, ao interagir nesse processo cultural ela se torna criança. Essa infância é um produto cultural do tempo e do espaço em que vive. Ao longo dos estudos sobre a criança e a infância procurase destacar a possibilidade de olharmos os diversos jeitos de viver a infância.

Por meio deste artigo podemos perceber que a estética desempenha função de tornar a criança sensível ao seu próprio corpo, aos seus sentimentos, aos suas provocações. A estética possibilita um encontro consigo mesma, um encontro com a natureza, com os sentidos. Neste espaço destinado ao desenvolvimento infantil propiciar experiências estéticas contribui para que a

criança seja autônoma, criadora, afetiva, tenha altivez, viva a infância de maneira sublime, intensa. Isso, de maneira que as práticas docentes na pré-escola, não desconsiderem a criança como ser plural, não desvinculado do pensar, do sentir.

Expressamos que viver a infância é de fato vivenciar a própria arte. É compor possibilidades para que as crianças possam se expressar de diversas formas, assim como a arte materializa seus sentimentos e emoções, sem medo de rejeição. Fazendo o uso das suas múltiplas linguagens, ousamos em dizer, que as crianças nos dizem cem vezes cem, que necessitam de liberdade para viver a infância de maneira arteira.

ABSTRACT: This article refers to reflections on the experience of childhood in the institutions of Early Childhood Education. It was thus thought, in aesthetics as a means of guaranteeing questions about the right of children to experience childhood in a sublime way. Making sure that schooling does not consider the child partially, overvaluing his mind in relation to his body. The article does not focus on the aesthetics of beauty, the beautiful, the standardized aesthetics. But the aesthetics of the feelings, the senses, the various languages of the child. An aesthetic that suggests that children create and recreate the space of Early Childhood Education. In order to support the reflections on the subject, information was sought from a number of sources, such as Kishimoto (1998), Malaguzzi (1999), Zanella (2007), Ostteto (2011), Barbieri (2012), and official documents such as National Curriculum Framework for Early Childhood Education (1998) and the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education (2010). Through this research it can be seen that children "pulsate" aesthetic experiences at all times, even when teachers do not manifest this intentionality. However, listening to children in the daily life of institutions makes us reflect on their potential, their understandings and feelings.

KEYWORDS: Aesthetics; Childhood; Experiences.

REFERÊNCIAS

- BARBIERI, Stela. *Interações: onde está a arte na Infância?* São Paulo: Blucher, 2012.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.
- _____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC, 2010.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (2009). Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de Dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação. Secretaria de Educação Básica.
- _____. Projeto de Cooperação Técnica MEC e UFRGS para construção Curriculares para Educação Infantil. Práticas cotidianas na Educação Infantil – Bases para a reflexão sobre as Orientações Curriculares. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2009.
- _____. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. v. 1, 2 e 3. Brasília: MEC, 1998.
- _____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte. Brasília: MEC/ SEF, 1997.
- _____. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.
- KISHIMOTO, Tizuko Morschida. *O jogo e a Educação Infantil*. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1998.
- LIMA, Elvira Souza. *Brincar para quê?* São Paulo: Inter Alia, 2007.
- MALAGUZZI, Loris. *História Ideias e filosofia básica*. In.
- EDWARDS, Carolyn.; GANDINI, Leila.; FORMAN, George.(orgs.).*As Cem Linguagens da Criança: a abordagem de Reggio Emilia na Educação da Primeira Infância*. Porto Alegre: Artmed, 1999, p.59104. OSTETTO, Luciana Esmeralda. *Educação Infantil e a arte: Sentido e Práticas Possíveis*.

Acervo Digital da Unesp, 2011. Disponível em:

<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/320>. Acesso em: 5 mar. 2016.

QUEIROZ, N. L. N; MACIEL, D. A; BRANCO, A. U. Brincadeira e Desenvolvimento Infantil: Um olhar sociocultural construtivista. 2006. Dissertação (Programa de Pósgraduação em Psicologia do Desenvolvimento Humano) – Universidade de Brasília, Labmis, 2006. ZANELLA, Andréa Vieira et al. Educação estética e a constituição do sujeito: reflexões em curso. Florianópolis: NUP/ CED/ UFSC, 2007.

O ACESSO E A PERMANÊNCIA DO ALUNO TRABALHADOR NA EJA

Débora Regina Ouriques
debora.ouriques@fmpsc.edu.br

Denis Liberato Delfino
denis.delfino@fmpsc.edu.br

RESUMO: A Educação no Brasil é, por vezes, tão complexa que, apesar da Constituição Federal de 1988, art. 208, preconizar a educação como “direito de todos”, na prática, por meio de registros documentados, confirma-se que um número elevado de sujeitos não permanece nas unidades de ensino. Outros, os motivos pelo abandono escolar, ainda em tenra idade, eram muitos. Dentre eles estavam a luta pela sobrevivência financeira pessoal e familiar, a repetência escolar e o deslocamento limitado até a instituição. Lamentavelmente, os supracitados problemas que conduzem a evasão escolar ainda permanecem; porém, em tempos atuais, o perfil do aluno da EJA inclina-se, sobretudo, para a certificação. Qual seja, um certificado que lhe promova de imediato um emprego. Em razão disto, reconhecem-se dois perfis de alunados: jovens adolescentes que buscam – forçosamente – a formação, já que uma baixa parcela deles volta às classes escolares espontaneamente, e grande parte ainda sob a pressão da família, ou por imposição da justiça; e o adulto, que de fato quer estudar. Mas neste processo há um grande agravio, pois além da limitação escolar, social e as dificuldades de inserção no campo de trabalho, esse sujeito apresenta dificuldades em exercer totalmente sua cidadania, ocasionando danos sociais a si mesmo, e que vem a respingar no desenvolvimento social, econômico e intelectual do país. Diante do exposto, o presente texto tem o intuito de apresentar uma breve reflexão sobre o acesso e a permanência no ambiente educacional dos alunos da Educação de Jovens e Adultos; em específico os trabalhadores. Procurar-se-á identificar as principais causas da evasão escolar; apresentar as políticas educacionais que permeiam essa modalidade de ensino; as questões socioeconômicas desses educandos, e as dificuldades encontradas pelos mesmos no cotidiano escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Educação de Jovens e Adultos. Socialização. Trabalho.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil insere-se na Educação Básica do ensino regular e ainda é, em pleno século XXI, um dos grandes dilemas a serem resolvidos no país.

Conforme citam as Diretrizes Para uma Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos (1994, p.09):

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) reaparece como tema relevante nos compromissos públicos a serem assumidos pelo Governo e toda a sociedade brasileira, tendo em vista a superação de seus maiores desafios que são a erradicação do analfabetismo e o aumento do nível médio de escolarização de jovens e adultos.

Ora, a trajetória da EJA é fortemente marcada pela busca do tempo perdido, em razão de seu público não completar seu ensino da educação básica em idade apropriada.

Entretanto, mesmo amparada por lei¹, a EJA deveras sofre esquecimento, ou mesmo passa despercebida pelo Sistema Educacional Brasileiro. Não há uma política pública clara que a aborde com a qualidade que lhe cabe: faltam vagas, infraestrutura, materiais didáticos, professores qualificados. Fortes fatores que a fragilizam a cada dia.

Corroborando negativamente com o exposto, constata-se, também, que por mais que os avanços tecnológicos das últimas décadas pipocuem no ambiente educacional, eles não servem de atrativo para estes sujeitos nele permanecerem, e tampouco servem para auxiliá-los na autonomia da escrita e da leitura, bem como formá-los como sujeitos autônomos.

Mas, o que falta a EJA? Ajustar as controvérsias. Controvérsias que denunciam, inclusive, a posição que o Brasil ocupa no mundo no Ranking da Educação: 60^a dentre os 76 países avaliados no critério “domínio de leitura, matemática e ciências”². Controvérsias reconhecidas num Sistema de Ensino que prega por uma pedagogia eficiente, com vistas à aprendizagem do aluno, mas que não funciona, pois não o estimula a seguir adiante; a própria falta de infraestrutura adequada nas escolas e exemplos pontuais de professores despreparados ou desmotivados, graças à baixa remuneração salarial.

Recentemente sancionado, o Plano Nacional de Educação – PNE³, discutido sob muitos olhares, traz à tona prioridades que em comum apontam para o grande desafio que é erradicar o analfabetismo.

Referente à EJA, poucos são os olhares que apontam para este “calcanhar de Aquiles”. Abarcada sob a luz da “oportunidade da educação” e como direito de todos desde meados de 1930, século passado, a Educação de Adultos, hoje Educação de Jovens e Adultos, carrega estígmas de uma modalidade vista como problemática: são jovens e adultos com pouca escolaridade. Sujeitos históricos e ativos, inseridos numa sociedade letrada, cientes quanto às necessidades e às transformações do país, que os obrigam a buscar melhores condições de vida e/ou trabalho que só lhes é possível por meio da educação.

1 A EJA AO LONGO DOS ANOS

Repensar em uma educação que incluísse jovens e adultos analfabetos ou com pouca escolaridade, de modo a garantir-lhes o acesso e a permanência igualitária na sociedade, igual aos demais sujeitos, foi uma das prioridades a ser alcançada pelo Educador Paulo Freire.

¹ Lei nº 9.394/96 -Complementa o Parecer que Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA

² Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/05/brasil-ocupa-60-posicao-em-ranking-de-educacao-em-lista-com-76-paises.html> Acesso em: 30 de maio 2017.

³ BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

Freire contribui pedagogicamente com a Educação de Jovens e Adultos ao apostar em uma metodologia que prioriza uma prática que conduz o educando a pensar na leitura e na escrita - a partir da distinção dos sentidos dos enunciados – de modo reflexivo, a partir das vivências pessoais dos alunos.

Em outros termos, um método que preza pela importância do respeito aos saberes do educando, partindo das suas próprias vivências. Que aponta para uma reflexão que instiga um olhar curioso. Algo que conduz o indivíduo a conscientização da sua realidade, em busca de novos saberes.

E é pensando nas propostas de Freire, que comumente vem em mente a Educação de Jovens e Adultos.

A Educação de Jovens e Adultos - EJA é uma modalidade de educação que está fundamentada a partir das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), na Lei 3 nº 9394/96, sendo destinada aos alunos jovens e adultos “que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria”, fazendo parte do Ensino Básico.

Apresentando um histórico educacional comprometido ou nulo, o perfil de alunos que frequentam hoje a modalidade EJA são jovens que não conseguiram se adaptar⁴ ao ensino regular e trabalhadores.

Em comum, marcas de preconceito, fracasso escolar e baixa estima são latentes nos alunos da EJA. Elementos trazidos do ambiente familiar ou por vezes educacional de onde são oriundos.

Para Gadotti (2011, p. 50) “cabe destacar que os sujeitos aos quais se destinam o fazer pedagógico da EJA têm outras especificidades que ultrapassam a condição de não criança, baixa escolaridade e integrante das camadas populares”.

Pelo exposto, observa-se que o público da educação de jovens e adultos vivencia uma trajetória de vida que se constitui numa questão múltipla e complexa. E por tal razão, seu tratamento educacional não pode ser igual ao de um aluno de série regular.

Porém, como bem observa Vasconcellos (2012, p. 14),

[...] quando adentramos no campo educacional. Deparamo-nos com séculos de denúncia de uma escola desvinculada da vida, abstrata, formalista, autoritária, passiva, etc. e, no entanto, numa observação mais atenta, nos damos conta que a prática, e no seu conjunto, pouco tem mudado.

O fato é que todo o sistema que envolve a EJA precisa ser revisto. Isto vai desde o método do ensino, cujos conteúdos e despreparos dos professores servem de convite à evasão escolar,

⁴ O aumento do número de jovens na EJA, além de decorrer da evasão e da repetência escolar, é fruto direto da defasagem escolar idade e/ou série.

perpassando a problemática dos horários – que já são reduzidos, inclusive pelo fato de várias unidades escolares estarem situadas em áreas de riscos próximas ao tráfico de drogas – que somadas a fatores externos, como condições financeiras, distância no percurso, cansaço físico e psicológico, muitas vezes afastam esses educandos das salas de aula, dando-lhes novamente a sensação de fracasso escolar, negando aos mesmos o direito à educação.

Diante do exposto, é inegável a existência de um prejuízo que recai diretamente sobre o aluno que tem perspectivas de “melhorar de vida”, “terminar os estudos”, “deixar de ser ignorante” e o mais triste: “não precisar sujar o dedo para assinar”.

Ora, esquecemos que para muitos alunos o fato de não saber ler e escrever se constitui em algo vergonhoso.

Para mudar este quadro, precisamos compreender que traços marcantes do alunado da EJA, em particular os adultos, são suas vivências e experiências autônomas, que os fazem “se virar” em sociedade. Ora, muitos não são alfabetizados, tampouco letrados⁵, quando se integram as salas de aula. Assim, todo um trabalho de gestão deveria ser feito em seu favor.

Devemos lembrar que a EJA é uma modalidade de ensino que, a priori, possui três funções básicas: reparadora, já que prega a inserção do aluno no meio escolar; a função equalizadora, que prevê oportunidades iguais para todos; e a função qualificadora que está ligada à “educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano” que oportuniza, inclusive, o acesso ao mercado de trabalho.

Contudo, a educação oferecida aos Jovens e Adultos raramente promove a articulação com a educação profissional, fator indispensável para que a maioria dos alunos possa encarar a EJA como via de mobilidade social.

E mais, a EJA dificilmente forma profissionais para um mercado de trabalho em que o nível de emprego seja alto. Comumente, a formação deles é precária, o que os conduzem a exercer funções de baixa remuneração. E mesmo que isso seja melhor do que o desemprego, ainda é insuficiente, pois compromete a autonomia pela busca da qualidade de vida.

Assim, concernente à Pedagogia, o professor que decide atuar com a modalidade da EJA precisa compreender que o processo deste tipo de ensino é diferente. Não se trata apenas de debruçar-se em um livro didático, muitas vezes descontextualizado das vivências destes alunos. O aluno da EJA, como já citado, não é um ignorante. Ele traz consigo experiências que não foram

⁵ Para Magda Soares: “Embora sejam conceitos diferentes, **letramento** e **alfabetização** são dois processos que devem ser trabalhados simultaneamente na escola. Letramento aparece sempre ligado à compreensão de leitura e escrita como **práticas sociais**, que privilegia a visão de língua que usamos a todo instante quando nos comunicamos. Alfabetização está ligada à concepção de escrita como **sistema ordenado pelas regras gramaticais**, ou mesmo de escrita como código, que é preciso decifrar”. SOARES, Magda Becker. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 14.

teorizadas, mas que os define e relatam marcas de aprendizado. O que lhe falta é relacionar tais experiências às teorias.

O educador incumbido por mediar o conhecimento ao aluno da EJA precisa ater-se ao conteúdo aproximando-o da sua realidade. Dinâmicas e atividade construídas a partir de seus cotidianos são fundamentais para que este compreenda que tais conhecimentos estão atrelados diretamente ao seu crescimento humano, profissional e em particular o pessoal.

Qual seja, o uso de uma concepção pedagógica que oportunize aos jovens e adultos em questão uma nova chance. Uma metodologia centrada em práticas de ensino de modo reflexivo; como já frisado por Freire, aproximando-se da prática, e não o inverso. Práticas de ensino que oportunizem perguntas com amplas respostas, com vistas a sanar seus problemas individuais e coletivos.

Retomando Freire (1997, p.30)

[...] discutir com os alunos a razão de ser, de saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os ricos que oferecem a saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? (Freire, 1997, p.30).

Muitos desses educandos vêm de contextos sociais desfavoráveis, desacreditados pelo sistema e por eles mesmos. E por tal razão, educá-los é um desafio. Um desafio que o ambiente escolar deve promover, sobretudo, o educador.

Para isso, é necessário que o educador valorize as experiências e os conhecimentos dos educandos, como já citado, contextualizando as disciplinas com o cotidiano vivenciado pelos mesmos. Planejando suas aulas de modo a promover a permanência desses educandos nas instituições de ensino.

Para Vasconcellos (2002, p. 89),

[...] o professor parte do que o aluno tem de quadro de significação e vai introduzindo, pela problematização, novos elementos para análise. O conhecimento anterior do aluno, como foi apontado, não pode ser desprezado, pois o novo vai ser construído a partir do existente, a não ser que entendamos que o conhecimento vai ser transmitido e depositado na cabeça do aluno de acordo com aquilo que falamos. É necessário conhecer a representação dos alunos para poder “lutar” contra elas; caso contrário, ficam conhecimentos justapostos, e o científico, dado pela escola, tende ao esquecimento, já que não foi assimilado.

Instigar, valorizar, oferecer subsídios para enriquecer o conhecimento dos educandos, contribuir para que eles se reconheçam como pessoas capazes de produzir cultura, de criarem e se envolverem nas atividades propostas. Em suma, possibilitar aos mesmos a inserção na sociedade letrada, de modo a se tornarem capazes de administrar suas vidas de forma autônoma.

2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS À EJA

A primeira Constituição do Regime Imperial centralizava a educação aos interesses da elite. Assim, as várias discussões de como incluir o contingente de homens e mulheres pobres e livres, e negros e negras escravos ficaram apenas no papel. Em 1834, a partir do Ato Constitucional, a educação primária e secundária ficou sobre a responsabilidade das províncias. Porém, esse tipo de educação era amparado por um princípio missionário e caridoso. Pessoas letradas que por meio da alfabetização exerciam um caráter de solidariedade.

A partir de 1850 diversas propostas de ensino foram apresentadas, mas a que obteve maior reflexo na sociedade brasileira foi a Reforma de Leônio de Carvalho, sendo a primeira reforma eleitoral no Brasil, baseada na Lei Saraiva, de 1881, com o Decreto n. 3.029. Essa Lei impedia que analfabetos votassem. Assim, nesse interim, percebeu-se a necessidade de cursos elementares noturnos buscando alcançar todos os analfabetos na contribuição do desenvolvimento econômico do país.

Porém, somente quando a alfabetização foi vinculada ao voto na Constituição de 1891, no art. 70, parágrafo 2º, restringindo o voto aos alfabetizados e excluindo os analfabetos, que houve um movimento de incentivo ao cidadão de buscar uma educação escolar. As classes de alfabetização nesse período operavam em locais improvisados, resultando em uma crescente evasão.

Anos se passaram e somente no início do séc. XX, de maneira tímida, que se inicia uma mobilização para exterminar o analfabetismo, que de certa forma contribuía para o subdesenvolvimento do Brasil. Em 1915 foi criada a Liga Brasileira contra o Analfabetismo, que considerava o analfabetismo uma praga que precisava ser exterminada.

Outras iniciativas surgiram nos anos de 1930, devido ao processo de industrialização, propondo a alfabetização de adultos com o ensino supletivo, organizado por Pascoal Lemme. A partir deste quadro foi criado, em 1934, o Plano Nacional de Educação, que previa o ensino primário integral obrigatório e gratuito às pessoas adultas. Esse plano direcionado a valorização na educação de jovens e adultos marcou historicamente a educação no país.

No referido período, o governo Vargas, reafirma que a educação é direito de todos e dever do Estado, inclusive para os adultos. Fator este que exerceu influência nas Constituições de 1935 e 1937, mas não com a necessária relevância.

Já em 1940 foi adotada uma política Nacional que se chamava “Campanha de Educação de Adultos”. Tal intento previa uma alfabetização em massa em três meses e a solidificação do ensino primário que abrangia dois períodos de sete meses. Essa atitude emergencial buscava atingir a maioria da população adulta, tanto rural como urbana, a concluir o ensino base do primário. Acreditava-se que a causa da pobreza e a marginalização estava atrelada diretamente ao analfabetismo.

Assim, foi somente após o fim do Estado Novo e com o surgimento do processo de redemocratização que se pensou na alfabetização de adultos, com o intuito de aumentar a quantidade de eleitores.

Nessa época foi realizado um levantamento, que retratava claramente que metade dos brasileiros com dezoito anos eram analfabetos. Fator esse que associados às campanhas posteriormente propostas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), deram impulso para implementar uma rede de ensino primário na modalidade supletivo para a alfabetização de adultos.

Sequencialmente, em 1958, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo incumbiu-se de oferecer escolarização em cinco anos a toda população analfabeta entre as idades de sete e quinze anos, juntamente a serviços assistenciais. Relatos mostram que poucas foram às conquistas realizadas, já que na época não existia nenhuma diretriz curricular para esse público e os métodos de alfabetização eram falidos.

Neste interim, surge o método Paulo Freire, que prezava por uma ação pedagógica construída a partir do meio do qual o aluno ocupa. Contudo, em razão do golpe militar de 1964, seu trabalho foi interrompido, visto que tudo o que fazia o era reconhecido como uma ameaça ao governo.

Em 1967 o governo criou o Movimento Brasileiro pela Alfabetização (MOBRAL), atingindo números impressionantes e demonstrando claramente a necessidade de continuidade desse projeto. Assim, em 1971, por meio da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) é incluído o ensino supletivo.

Mas é com a promulgação da Constituição, em 1988, que o Estado amplia o seu dever com a educação de jovens de adultos, tornando o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive aos que não tiveram acesso na idade correta.

A década de 90, século XX, é marcada pela transformação na educação. Em razão das fortes mudanças globais, sociais e econômicas, urge à carência de formação educacional do trabalhador – fator este que aumenta a procura por educação por parte de jovens e adultos – forçando o governo a ampliar a educação básica para que um maior percentual da população em idade escolar não alfabetizada pudesse regularizar sua situação.

Nos anos de 2000, em particular na gestão do governo Lula, as ações governamentais são identificadas como políticas de diversidade, com o intuito de promover a inclusão social e em outro momento focalizar a diversidade existente na sociedade brasileira.

Assim, referente à EJA, reforçou-se o discurso aos Jovens e Adultos a uma política educacional atrelada à proposta de empregabilidade. Parte significativa das medidas adotadas teve o

intuito de favorecer o atendimento do jovem em programas de educação à distância, formação profissional e empreendedorismo, sendo, portanto, dirigidos ao jovem trabalhador.

Enfim, o que se pode conceber, a partir de um breve relato histórico da EJA, é que o ideário da educação de qualidade atribuído ao sujeito da EJA só será possível a partir de um comprometimento com práticas de ensino que o valorizem como um ser ativo e produtivo. Para tanto, é preciso - além de resgatar a trajetória da EJA e seus critérios - traçar o perfil social dos alunos que fazem uso desta modalidade, adaptando o ensino às suas realidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já que, felizmente, o direito à educação é de todos, torna-se importante compreender que ensinar a ler é, uma tarefa técnica e um ato de compromisso político voltado para a construção de uma sociedade letrada, menos desigual, menos discriminatória e mais equilibrada.

Assim, é preciso compreender que a dimensão política e pedagógica não podem ser tratadas separadamente. O que se busca na EJA hoje é uma perspectiva de melhoria dos índices de alfabetização no país, e a constituição de um espaço privilegiado de socialização do conhecimento e de saberes para jovens e adultos que não tiveram oportunidade de aprender. E mesmo que a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil seja marcada pela exclusão social, não podemos esquecer o quanto necessário é a construção de um pensamento político e pedagógico consistente.

Posto isto, os gestores e professores envoltos com este tipo de modalidade de ensino devem ater-se a ações democráticas e amplas que promovam um avanço significativo na estruturação da educação de jovens e adultos, partindo desde as orientações e diretrizes curriculares que as leis que regem tal ensino propõem até aos espaços físicos pelos alunos ocupados.

Nesse sentido, é preciso estudar as tendências educacionais e a necessidade deste perfil de alunado, com vistas a melhorar continuamente os documentos escolares, versando para o pleno desenvolvimento do trabalho pedagógico, que vai além da não menos importante seleção e avaliação do conteúdo.

ABSTRACT: Education in Brazil is sometimes so complex that, despite the Federal Constitution of 1988, art. 208, to advocate education as the "right of all", in practice, through documented records, it is confirmed that a large number of subjects do not remain in the teaching units. Sometimes, there are so many reasons for the abandoned, even at a young age. Among them were the struggle for personal and family financial survival, school repetition and limited possibilities to go to the institution. Regrettably, the above mentioned problems that lead the abandon of school still remain; However, in current times, the profile of the student of the EJA is inclined, above all, to the certification. That is, a certificate that immediately promotes to a job. As a result, two profiles of students are recognized: young people who are forced to seek education, since a small proportion

of them return to their school classes spontaneously, much of it still under family pressure, or by imposition of justice; And the adult, who really wants to study. But in this process there is a great grievance, because in addition to the school, social limitation and the difficulties of insertion in the field of work, this subject presents difficulties in fully exercising his citizenship, causing social damages to himself, and for other important points in the social development like, economic and intellectual of the country. In view of the above, this text intends to present a brief reflection on the access and permanence in the educational environment of the students of Youth and Adult Education; In particular the workers. An attempt will be made to identify the main causes of school abandon; Present the educational policies that permeate this modality of teaching; The socioeconomic issues of these students, and the difficulties encountered by them in school everyday.

KEY WORDS: Education, Youth and Adult Education. Socialization. Job.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf > Acesso em: 29 maio 2017.

_____. **Ministério da Justiça.** Ementa Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Artigo 208. Disponível em: < http://200.181.15.9/ccivil03/Constituição/Emendas/Emc/emc_59.htm > Acesso em: 29 maio 2017

_____. **Educação de Adultos como Direito Humano** - - São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. 2009. (Instituto Paulo Freire. Série Cadernos de Formação; 4)

_____. **Diretrizes para uma Política Nacional de Educação de jovens e adultos** – Brasília: MEC/SEF, 1994. 23p. (Série Institucional; 8)

_____. **Ministério da Educação e Cultura.** Educação para Jovens e Adultos. Proposta Curricular do ensino fundamental – 1º segmento. 2001. Disponível em: < <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br.go/files/propostacurricular1segmento.pdf> > Acesso em: 29 maio 2017.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. Santa Catarina. , Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Temas Multidisciplinares. –Florianópolis: COGEN,1998.

_____. Secretaria de Estado da Educação e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** Estudos Temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005

CUNHA, Conceição Maria. **Introdução – discutindo conceitos básicos.** In: SEDD-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura)

GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José E. **Educação de jovens e adultos:** teoria, prática e proposta / Moacir Gadotti, José E. Romão (orgs). – 12. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

GUSTSACK, Felipe; VIEGAS, Moacir F.; BARCELOS, Valdo. **Educação de jovens e adultos:** saberes e fazeres / organizadores, Felipe Gutsack, Moacir Fernando Viegas e Valdo Barcelos. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

HISTEDBR, Revista. On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010 – ISSN: 1676 -2584

LEAL, Telma Ferraz; ALBUQUERQUE, Eliane B. C.; MORAIS, Artur Gomes de. **Alfabetizar Letrando na EJA:** fundamentos teóricos e propostas didáticas / organização Telma Ferraz Leal, Eliana Borges Correia de Albuquerque, Artur Gomes de Morais. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. – (Coleção Estudos em EJA)

NIENCHOTER, Rosane. **A EJA em minha vida:** trajetórias sociais de egressos/as da educação de jovens e adultos no município de Palhoça (SC) / Rosane 90f.:il.; 30cm

PRUDÊNCIO, Leandro. **Educação de Jovens e Adultos:** Traçando o Perfil dos Educadores da EJA no Município de Palhoça / Leandro Prudêncio. 57f. – Palhoça, 20011.

SARTORI, Anderson. Legislação, Políticas Públicas e Concepções de Educação de Jovens e Adultos. In: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos e Educação na Diversidade.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização e Letramento.** São Paulo: Contexto, 2015.

SCHWARTZ, Suzana. **Alfabetização de jovens e adultos:** teoria e prática / Suzana Schwartz. – 2. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

O ENSINO PARTICULAR DE QUALIDADE E A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: DESAFIOS PARA INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS

DIAS, Ana Bárbara Silveira Mendonça Santos (FMP)

anabarbara.mendonca@fmpsc.edu.br

AHLFELDT, Rene (FMP)

rene.a@fmpsc.edu.br

RESUMO

O texto propõe a análise teórico e prática da diferenciação da mercantilização da educação e do ensino superior privado de qualidade. Tendo como subsolo da discussão, a construção de uma sociedade de consumo, o presente artigo tem como objetivo problematizar a relação entre o pedagógico e o capitalismo acadêmico, trazendo à tona uma discussão que permeia cotidianamente a Educação Superior no Brasil, onde de um lado, estudiosos sustentam que as instituições privadas contribuem não só para o crescimento econômico, como também para o desenvolvimento igualitário da sociedade. De outro, teóricos questionam este modelo, alertando para a transformação da educação em mercadoria e para o perigo de que a busca por lucro interfira na qualidade do ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Mercantilização; Ensino Superior; Qualidade.

INTRODUÇÃO

As instituições de ensino superior passaram, desde o início de sua história, há quase mil anos, por profundas transformações. Nas últimas décadas, estas mudanças se intensificaram. Uma delas foi a passagem de um modelo de elite para um modelo de massas. As Instituições de Ensino Superior - IES se multiplicaram, com uma grande diversificação e formas de organização – tanto acadêmicas quanto administrativas. Mas certamente a maior destas mudanças veio com o fenômeno da mercantilização.

Para Carvalho (2013), este fenômeno recente não pode ser ignorado. Ela o chama de movimento multifacetado de financeirização, oligopolização e internacionalização da educação superior brasileira. E destaca que, ainda que o processo de mercantilização restrinja-se a poucas instituições de educação superior mercantis, esses estabelecimentos representam um número expressivo de matrículas e cursos.

A existência de instituições privadas e a cobrança de taxas de alunos da educação superior, lembra Bertolin (2007), não são recentes, o que fica claro ao verificar que as primeiras universidades da Europa eram associações de direção privada. Nos últimos anos, entretanto, ocorreram mudanças muito profundas e os debates se ampliaram com relação à natureza privada dos meios e dos fins da educação superior.

De um lado, estudiosos sustentam que as instituições privadas contribuem não só para o crescimento econômico, como também para o desenvolvimento igualitário da sociedade. De outro, teóricos questionam este modelo, alertando para a transformação da educação em mercadoria e para o perigo de que a busca por lucro interfira na qualidade do ensino.

AS RELAÇÕES PARADOXAIS

A relação entre a missão do ensino superior e o lucro parece ser o cerne dos questionamentos. Altbach (2015) defende que a educação não é mais vista como um conjunto de habilidades, atitudes, valores necessários para a cidadania e para a participação na sociedade. Para ele, as instituições acadêmicas transformaram-se em empresas e a educação é cada vez mais vista como uma mercadoria a ser consumida, com o objetivo de construir um conjunto de habilidades para o mercado.

Sandel (2013) explica que vivemos em uma época em que quase tudo pode ser comprado ou vendido. Ele aponta que, nas três últimas décadas, os mercados e os valores de mercado passaram a governar a nossa vida de uma forma como nunca havia ocorrido.

Quando a guerra fria acabou, os mercados e o pensamento pautado pelo mercado passaram a desfrutar de um prestígio sem igual, e muito comprehensivelmente. Nenhum outro mecanismo de organização da produção e distribuição de bens tinha se revelado tão bem-sucedido na geração de afluência e prosperidade. Mas, enquanto um número cada vez maior de países em todo o mundo adotava mecanismos de mercado na gestão da economia, algo mais também acontecia. Os valores de mercado passavam a desempenhar um papel cada vez maior na vida social. A economia tornava-se um domínio imperial. Hoje, a lógica da compra e da venda não se aplica mais apenas a bens materiais: governa crescentemente a vida como um todo” (SANDEL, 2013. P. 11).

Sandel (2013) chama a atenção também para o fato de que os mercados e o raciocínio mercadológico têm se disseminado por esferas da vida tradicionalmente governadas por outras normas – caso da saúde, da educação, da proteção ambiental. E questiona: “O que devemos fazer quando a promessa de crescimento econômico ou de eficiência econômica significa estabelecer um preço para bens que consideramos sem preço? (SANDEL, 2013, p. 80)”. Bauman (2008) diz que em todos os mercados valem as mesmas regras:

Primeira: o destino final de toda mercadoria colocada à venda é ser consumida por compradores. Segunda: Os compradores desejarão obter mercadorias para consumo se, e apenas se, consumi-las fora algo que

prometa satisfazer seus desejos. Terceira: o preço que o potencial consumidor em busca de satisfação está preparado para pagar pelas mercadorias em oferta dependerá da credibilidade dessa promessa e da intensidade desses desejos (BAUMAN, 2008, p. 18).

Ainda de acordo com Bauman (2008), os membros da sociedade de consumidores são eles próprios mercadorias de consumo. E, se a educação é vista pelo raciocínio mercadológico, a formação superior passa a ser um atributo importante como mercadoria de consumo, para que seja possível “tornar-se ou continuar vendável”:

Tornar-se e continuar sendo uma mercadoria vendável é o mais poderoso motivo de preocupação do consumidor, mesmo que em geral latente e quase nunca consciente. É por seu poder de aumentar o preço de mercado do consumidor que se costuma avaliar a atratividade dos bens de consumo – os atuais ou potenciais objetos de desejo dos consumidores que desencadeiam as ações de consumo. (BAUMAN, 2008, p. 76).

Como bem aponta Bauman (2008), a cultura consumista é marcada por uma pressão constante para que sejamos alguém mais. E a formação superior, que antes era privilégio de famílias muito ricas e de difícil acesso à maior parte da população, passa a ser mais acessível com a mercantilização. E passa a estar alinhada a esta cultura consumista: “Mudar de identidade, descartar o passado e procurar novos começos, lutando para renascer – tudo isso é estimulado por esta cultura como um dever disfarçado de privilégio” (BAUMAN, 2008, p. 76).

PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO

E toda esta transformação leva, segundo Bauman e Donskis (2014), à maior crise já enfrentada pela educação. Eles defendem que, se a missão da educação é a preparação de recém-chegados à sociedade para a vida social, a educação (incluindo o ensino superior) enfrenta agora a crise mais profunda e radical de uma história rica em crises, que afeta sua própria razão de ser.

A declaração mundial sobre a educação superior no século XXI, elaborada na Conferência Mundial de Educação Superior da Unesco em outubro de 1998, em Paris, traz contribuições importantes a este debate, uma vez que estabelece as missões e as funções do ensino superior. As missões, ligadas à promoção de valores fundamentais, estariam ligadas a educar, formar, realizar pesquisa, integração cultural, consolidação e proteção dos valores da sociedade e contribuição para o aperfeiçoamento profissional. Seriam, ainda de acordo com o documento da Unesco, funções da

educação superior: ética, autonomia, responsabilidade e prospectiva. Mas Julio César Godoy Bertolin explica que:

Além do desenvolvimento de pesquisas para a superação de problemas prementes e do avanço científico-tecnológico demandados pelos setores públicos e pela sociedade civil, as universidades também desempenharam papel vital na transmissão do conhecimento com vistas à formação cultural, científica e profissional requeridas pelas sociedades e governos nas últimas décadas. Dessa forma, a missão e a função da universidade e das demais instituições de ensino superior estão, como sempre estiveram, suscetíveis aos contextos e às demandas do Estado, da comunidade e do mercado, ou seja, os horizontes que se deslumbram para a missão e funções da universidade e das instituições de ensino superior dependem fundamentalmente do contexto social contemporâneo, em especial, neste início de século, dos aspectos relacionados aos desígnios do Estado e do mercado (BERTOLIN, 2007, p. 47).

E é neste cenário, onde de uma lado temos a função social da Educação como uma ferramenta para a construção de homens livres e, de outro, as regras de mercado, que está um grande desafio das instituições privadas de ensino: como diferenciar a mercantilização da educação do ensino superior privado de qualidade?

OS DESAFIOS

Este desafio fica ainda mais latente ao depararmos com as relações pedagógicas sob a ótica de uma sociedade hedonista, que busca prazer em cada ato. Será possível conquistar o prazer do aluno a cada aula? Será saudável exigir que professores deem show ao invés de aulas tradicionais? Será que pensar a academia como mercado não elimina dela o que a difere do próprio mercado? Será que que a relação professor/aluno, enquanto sujeitos construtores de conhecimentos e dotados de subjetividade não está naturalmente acima das regras impostas pelo mercado?

Bauman e Donskis (2014) defendem que, mesmo sob a pressão do que chamam de capitalismo acadêmico, a imagem de que o ensino superior privado está fadado à mercantilização é rasa:

Um exemplo disto é a governança das universidades privadas nos Estados Unidos, que funciona bem não apenas porque a tradição de patrocínio e apoio privados é incomparavelmente mais profunda nesse país que na Europa; mas também porque há um forte e arraigado compromisso de parceiros sociais e doadores (incluindo ex-alunos) com suas universidades, em vez de uma exploração vertical desses parceiros e doadores para o engrandecimento dos políticos e da burocracia de Estado. (Bauman e Donskis; 2014, p.166)

O modelo brasileiro, com a abertura de mercado da década de 1990, especialmente atraente para os investidores do Ensino Superior, tem favorecido as práticas de mercado na Educação. Porém, é importante destacar que há uma intenção regulatória do próprio Ministério da Educação – MEC no sentido de garantir a periódica avaliação dos cursos, seja por meio de vistorias *in loco*, seja por meio do Exame Nacional de Desempenho do Estudante – Enade, que mede o índice de conhecimento agregado pelo acadêmico iniciante e concluinte.

Há, entre a comunidade acadêmica, uma grande discussão acerca da efetividade destas avaliações. O próprio conceito de qualidade, aplicado à educação, é tema de estudos e divergências. Este artigo não tem por finalidade esmiuçar estas questões, mas sim promover a reflexão da manutenção da diferença entre IES que cobram valores financeiros pelo estudo (comunitárias, confessionais, privadas) e IES que atuam simplesmente, segundo Bauman e Donskis (2014), com a visão da educação como uma mercadoria a ser consumida, a fim de construir no cliente um "conjunto de habilidades" para o mercado.

Um indicativo desta diferenciação, pode ser encontrado na publicação do Ranking das Universidade da América Latina 2016, feito pela revista *Times Higher Education*. Para a composição do documento, as universidades são julgadas em todas as suas missões fundamentais - ensino, pesquisa, transferência de conhecimento e perspectiva internacional - para fornecer comparações abrangentes e equilibradas. Como resultado, temos o Brasil como o país mais representado na tabela, elegendo 23 dos 50 melhores lugares, incluindo metade do top 10 das universidades latino americanas. O levantamento mostra ainda o bom resultado de algumas IES privadas. A PUC- RJ está em sexto lugar geral. Entre as 50 melhores instituições, figuram ainda PUC Paraná e Uninove, de São Paulo.

Muitos autores acabam por se usar de expressões fechadas, contra as quais parece difícil argumentar. Como, por exemplo, “privatização do ensino”, “excelência do ensino público” ou “busca do lucro das IES privadas”. O levantamento da revista *Times Higher Education* dá indícios que o debate focado apenas nestas argumentações é raso. Cada IES apresenta as duas características, funções e objetivos. E esta diferenciação pode ser mesmo verificada entre duas IES públicas ou duas privadas. Este é um assunto complexo, que não pode ser tratado dentro de um quadro maniqueísta do bem contra o mal. E levanta questionamentos: não é possível ter uma IES que busca o lucro com qualidade de ensino? A qualidade não poderia ser exatamente um diferencial de mercado?

Bertolin (2007, p.77) diz que os argumentos e as justificativas para a mercantilização do ensino superior estão exatamente relacionados “(...) com os pressupostos liberais de que a

competição gerada pelo mercado levaria a uma maior produtividade e eficiência dos sistemas, com consequente melhoria na qualidade e equidade no provimento dos ‘serviços’ educacionais pelas instituições”.

CONCLUSÃO

Nesta perspectiva, pode-se entender a competitividade como sendo um mal que desencadeia as mais diversas práticas de mercado no âmbito da academia. Ou, sob outro ângulo, entende-la como uma mola de melhoria contínua no sistema de educacional, obrigando as IES a atualizarem e aprimorarem suas práticas pedagógicas, a ampliarem o relacionamento com os alunos e buscarem cada vez mais qualidade na prática do Ensino Superior.

Diante deste paradigma atual e cotidiano, que deve ser enfrentado pela comunidade acadêmica, Bauman e Donskis (2014) reforçam que:

Uma educação realmente boa, com projetos fundamentais e ciências humanas e sociais que mudam o mundo das ideias não pode, ao contrário de aplicações da tecnologia ou da teoria popular, se desenvolver rapidamente e se dedicar ao consumo fácil só porque sua preocupação básica é com escolas de pensamento e com processos de autocorreção que não podem ser consumados em um ou dois dias.

Conlcui-se então a complexidade de se analisar teórico e pratica o processo de mercantilizarão em relação a um ensino superior particular de qualidade. Ao apontar a visão dos autores supracitados à análise torna-se mais relativa, pois cada um aponta os aspectos teóricos e práticos que acreditam ser mais relevantes dentro uma IES privada.

ABSTRACT

The text proposes the theoretical and practical analysis of the differentiation of the commodification of education and quality private higher education. Having as a subset of the discussion, the construction of a consumer society, the present article aims to problematize the relationship between pedagogical and academic capitalism, bringing to the fore a discussion that pervades daily Higher Education in Brazil, where on the one hand, Scholars argue that private institutions contribute not only to economic growth but also to the egalitarian development of society. On the other, theorists question this model, alerting to the transformation of education into merchandise and to the danger that the search for profit will interfere with the quality of education.

KEYWORDS: Mercantilization; Higher education; Quality.

REFERÊNCIAS

- ALTBACH, Philip. Knowledge and education as international commodities. *International higher education*, n. 28, 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. Vida de consumo. Tradução de Carlos Alberto Medeiros – Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- BAUMAN, Zygmunt; DONSKIS, Leonidas. Cegueira Moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- BERTOLIN, Julio César Godoy. Avaliação da qualidade do sistema de educação superior brasileiro em tempos de mercantilização: período 1994-2003. 2007.
- CARVALHO, CHA de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. *Revista Brasileira de educação*, v. 18, n. 54, p. 761-776, 2013.
- SANDEL, Michael. O que o dinheiro não compra. Tradução de Clóvis Marques. 5^a Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2013. <www.timeshighereducation.com> – acesso em 05/11/2016

**NEUROCIÊNCIA E APRENDIZAGEM:
UMA BREVE EXPLANAÇÃO REFLEXIVA TEÓRICA ACERCA DOS
PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, A IMPORTÂNCIA DA
FORMAÇÃO INICIAL DOS EDUCADORES E A AFETIVIDADE NOS
DIVERSOS ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

RODRIGUES, Josiane Gonçalves Martins. (FMP)
J14.gmr@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem por finalidade contribuir para uma reflexão teórica sobre a importância dos cuidados ao desenvolvimento do indivíduo desde o seu período de desenvolvimento embrionário até a sua fase de aprendizagem escolar. Além de fazer uma breve abordagem teórica acerca da importância da formação do professor e de todos os envolvidos na aprendizagem e desenvolvimento da criança, em uma formação, visando o conhecimento nesta especificidade do ser humano que é o funcionamento do sistema cerebral. Passando também pela questão da afetividade, e os riscos que ocorre se houver um desequilíbrio neste período das emoções infantis. A metodologia utilizada foi por meio de pesquisas bibliográficas com base nos autores, como: Cosenza e Guerra (2011), Brites, Chudo (2008), Sampaio (2011), Velasques e Viana (2014), Vianin (2013), Kostelnik et al (2012), França e Diniz (2014), entre outras fontes de pesquisas teóricas que fundamentaram este artigo. Assim percebeu-se da importância dos cuidados desde a concepção do embrião e em todas as etapas de desenvolvimento deste ser, além de verificar que o sujeito se desenvolve nos diversos aspectos do desenvolvimento: cognitivo, afetivo, social e a importância da neurociência para o ambiente escolar como fonte de conhecimento numa perspectiva educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Neurociência; Neurociência e Educação; Desenvolvimento Afetivo.

1 INTRODUÇÃO

A Neurociência, ciência que estuda o sistema nervoso, visando descobrir seu funcionamento, estrutura e desenvolvimento, vem ao encontro da educação descortinar o que conhecíamos sobre a forma do processo da aprendizagem humana. E muitos questionamentos eram realizados pelos pensadores da educação: Como esse cérebro aprende? Como se desenvolve? Como se estabelece as redes neurais de aprendizagem? Estas são algumas das indagações realizadas no ambiente educacional. E com a ajuda da neurociência, poderemos entender as etapas de formação e desenvolvimento deste ser.

Deste modo, conhecer as especificidades deste sujeito, muitas das ideias errôneas sobre o processo de aprendizagem serão compreendidas e conceitos estereotipados sobre os estudantes também será sanado.

Assim, este artigo tem o objetivo de fazer uma reflexão acerca desta ciência que trouxe novos conhecimentos a área educacional. Conhecimento esse que são fundamentais para os educadores utilizarem em sala de aula, e além de possibilitar o conhecimento do processo de formação destes indivíduos. O artigo também aborda a questão da emoção para o processo de aprendizagem e para o desenvolvimento social desta criança. Afetividade esta que é processada pelo sistema nervoso central, e em especial a amígdala que pesquisas recentes mostram sua importância para a aprendizagem, pois se ela for ativada negativamente afetará o processo de ensino-aprendizagem do estudante.

A abordagem metodológica utilizada foi a pesquisa de diversas fontes bibliográficas, e a reflexão cuidadosa deste tema para a educação. Não adentrando profundamente nas questões mais específicas e complexas do desenvolvimento embrionário, do feto, a organização e funções do sistema nervoso, mas sim trazendo uma breve reflexão acerca da importância do tema para a área educacional. Os autores pesquisados foram: Cosenza e Guerra (2011), Brites, Chudo (2008), Sampaio (2011), Velasques e Viana (2014), Vianin (2013), Kostelnik et al (2012), França e Diniz (2014), entre outras fontes de pesquisas teóricas que fundamentaram este artigo.

O artigo está organizado em: 1 Introdução; 2 Neurociência: Um Breve Apontamento da Importância da Gestação Saldável para o Início da Formação Humana; 2.1 O Cérebro que Aprende: Prática Educativa x Formação Inicial; 2.2 O Desenvolvimento Afetivo nos Processos de Aprendizagens; 3 Conclusão e as Referências Bibliográficas.

2 NEUROCIÊNCIA: UM BREVE APONTAMENTO DA IMPORTÂNCIA DE UMA GESTAÇÃO SALDÁVEL PARA O INICIO DA FORMAÇÃO HUMANA

A formação cerebral é a etapa mais importante para o desenvolvimento pré-natal na espécie humana. Especialistas afirmam que na espécie humana nossos cérebros são semelhantes e que o processo de formação das vias motoras e sensoriais não mudam, “Na espécie humana, todos temos cérebros semelhantes, mas não existem dois cérebros iguais, pois os detalhes das conexões entre os neurônios são fruto da história pessoal de cada indivíduo” (COSENZA, GUERRA, 2014, p.39).

Desde o desenvolvimento do sistema cerebral uma rede de conexões vai se formando, construindo características próprias, e assim podendo ocorrer mudanças em seu desenvolvimento, modificando-as sejam elas positivas ou negativas, “A gestação é o período em que a formação

cerebral é a mais delicada e a mais imbricada e onde o crescimento global e a individualização das áreas e redes funcionais vão se estabelecendo fisiologicamente.” (BRITES, p.09)

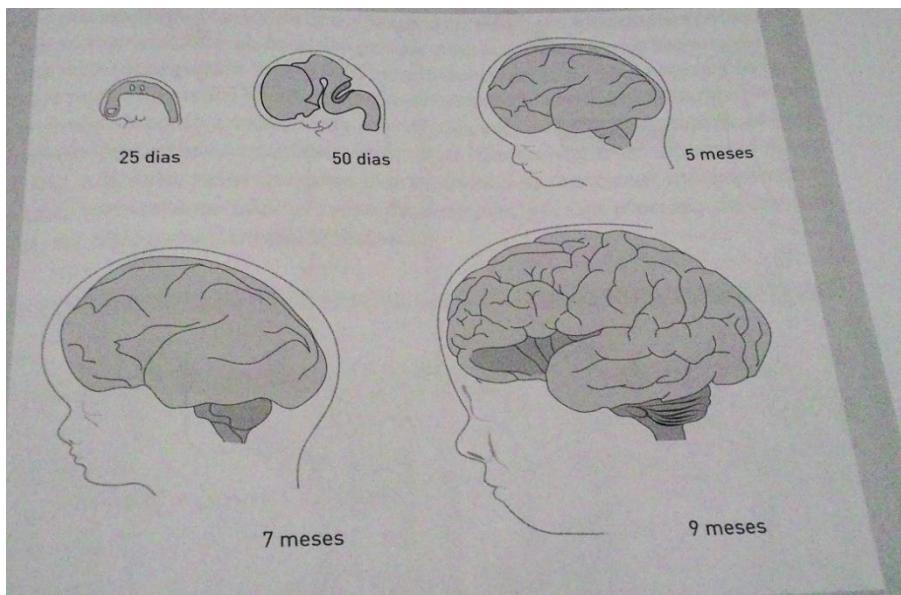
O sistema nervoso começa a se desenvolver nas primeiras semanas de vida embrionária. O seu perfeito desenvolvimento dependerá de fatores genéticos, e do ambiente externo que lhe é proporcionado e oferecido. E é através desse ambiente externo e genético que influenciará o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e neurológico. Conforme descreve Cosenza e Guerra (2011, p.32):

É importante notar que essas primeiras fases de desenvolvimento do sistema nervoso são fundamentais para que se estabeleçam posteriormente as funções que as diversas estruturas vão desempenhar. Erros ocorridos nessa fase, por problemas genéticos ou ambientais, poderão ter como consequência distúrbios ou incapacidades por toda a vida. Daí a necessidade de cuidados especiais, quanto a nutrição da gestante e para que o embrião, ou o feto, não sejam prejudicados pela exposição de drogas, medicamentos ou micro-organismos que possam alterar a marcha normal do desenvolvimento.

Assim, é fundamental possibilitar a esse embrião em formação um desenvolvimento saudável, para assim diminuir\evitar os problemas que poderão ocorrer no processo de formação e desenvolvimento deste sujeito. Para que ocorra um desenvolvimento positivo é necessário que desde a gestação a mãe tenha uma gravidez tranquila, saudável, e assim favorável ao desenvolvimento do ser que está por vir. Conforme corrobora CHUDO (2008, p. 13 -14):

Durante a vida intrauterina, o feto necessita retirar de sua mãe (pelo cordão umbilical) todos os nutrientes (água, carboidratos, oxigênio etc.) para seu completo desenvolvimento, interagindo com o meio em que vive: o útero materno (o feto recebe os estímulos da mãe e manifesta reações para esses estímulos, o chute por exemplo). Portanto, o desenvolvimento humano saudável requer que a relação mãe e filho, durante a gravidez, e nos primeiros meses de vida, seja prazerosa (efetiva e emocional) e responsável, o que será determinante para o bem-estar de ambos, sobretudo para o crescimento da criança: físico, emocional e social...Uma gravidez indesejada, doenças adquiridas, má alimentação, violência, estresse podem ser fatores determinantes para patologias encontradas posteriormente na criança.

Na imagem abaixo podemos observar o desenvolvimento do cérebro em formação. Conforme descreve os autores “[...] em poucas semanas ocorrerá uma imensa transformação para possibilitar que a criança nasça com um sistema nervoso já bem parecido com o que terá na vida adulta.” (COSENZA E GUERRA, 2011, p.29)



Fonte: Livro Neurociência e Educação: como o cérebro aprende. p.29, 2011.

Portanto, não podemos negar que os fatores neurológicos, cognitivos e emocionais estão interligados no desenvolvimento das crianças. Mas cada um desempenha uma função na construção do sujeito. Segundo Sampaio (2011 apud WEIS 2003, p.39):

Os aspectos orgânicos estariam ligados biofisiológica do sujeito, cujas alterações sensoriais impedirão ou dificultarão o conhecimento.... Os aspectos cognoscitivos estariam relacionados ao desenvolvimento das estruturas que incluem também a memória, atenção, antecipação etc. Os aspectos emocionais estariam vinculados ao desenvolvimento afetivo e a sua relação com a construção do conhecimento. Os aspectos sociais estariam ligados às perspectivas que estão inseridas as famílias e a escola. E os aspectos pedagógicos seriam fatores que podem interferir na aprendizagem, como tipo de avaliação, metodologia de ensino, estruturas de turmas, organização geral etc.

A gestante que possibilita ao feto em formação um ambiente aconchegante, tranquilo, saudável e prazeroso está contribuindo para o seu pleno desenvolvimento biológico, neurológico e social.

Neste artigo não tenho a pretensão de colocar a gestante como única responsável pelos problemas de formação do feto (até porque sabemos que existem vários outros fatores que podem ocasionar distúrbios, dificuldades ou síndromes, dentre outros), mas que infelizmente hábitos não saudáveis das gestantes acabam ocasionando o mau desenvolvimento deste feto, e o que levará a problemas de aprendizagens na fase de alfabetização.

Assim, pretendo no decorrer deste artigo discorrer sobre a importância da neurociência para a educação e para os educadores, pois com uma base teórica acerca do tema poderá muitas vezes entender o quê, o porquê e como poderá ajudar a seus estudantes em suas etapas de aprendizagens,

além de compreender melhor o funcionamento no processo de aprendizagem, assim possibilitando a criação estratégias de ensino.

2.1 O CÉREBRO QUE APRENDE: PRÁTICA EDUCATIVA X FORMAÇÃO INICIAL

Com base na leitura acima podemos refletir que o nosso cérebro é fundamental para a nossa formação, é através dele e de suas conexões que o nosso corpo responderá a estímulos externos e internos.

Pensando na área da educacional, infelizmente na formação inicial do pedagogo e de outras áreas, ainda não está sendo contemplada a inclusão do tema relacionados à neurociência. Imaginem, para um educador que já têm anos de experiência em sala de aula o desafio de compreender esses alunos com suas especificidades já é difícil, agora pensem nos que acabaram de ingressar no magistério. Muitas vezes por falta de conhecimento e formação inicial rotulam seus educandos de “malandros, que só brincam em sala de aula”, ou até mesmo pode até ser a sua prática pedagógica que não consegue contemplar a determinado estudante, mas como lhe falta conhecimento começa rotulando como “disléxico, que têm TDAH”, ou seja, como podemos verificar o quanto é importante os educadores terem em sua base de formação a neurociência como disciplina obrigatória.

No Brasil, a maior parte dos educadores que trabalham na administração pública e também na “frente de batalha”, ou seja, nas escolas, tem uma formação fundamentalmente humanística, essencial para a compreensão da educação, mas insuficiente para o atendimento das demandas da aprendizagem para a vida em sociedade neste milênio. Ao conhecer o funcionamento do sistema nervos, os profissionais da educação podem desenvolver melhor seu trabalho, fundamentar e melhorar sua prática diária, com reflexos no desempenho e na evolução dos alunos. Podem interferir de maneira mais efetiva nos processos de ensinar e aprender, sabendo que esse conhecimento precisa ser criticamente avaliado antes de ser aplicado de forma eficiente no cotidiano escolar. Os conhecimentos agregados pelas neurociências podem contribuir para um avanço na educação, em busca de melhor qualidade e resultados mais eficientes para a qualidade de vida do indivíduo e da sociedade. (CONSENZA E GUERRA, 2013, p. 145)

Como podemos refletir é de fundamental importância o educador ter uma base de conhecimento sobre esse órgão tão importante para o desenvolvimento da aprendizagem, assim sendo, conhecer o processo de formação deste sujeito desde o seu período embrionário, indo até como se dá o processo de aprendizagens, e as causas que podem ocorrer as dificuldades de aprendizagens. Pois, são muitas as especificidades encontradas em sala de aula: estudantes desatentos, dificuldades em aprender, desmotivação são alguns dos desafios enfrentados pelos educadores no ambiente escolar. Cosenza e Guerra (2011, p. 143) refletem que:

O trabalho do educador pode ser mais significativo e eficiente quando ele conhece o funcionamento cerebral. Conhecer a organização e as funções do cérebro, os períodos receptivos, os mecanismos da linguagem, da atenção e da memória, as relações entre cognição, emoção, motivação e desempenho, as dificuldades de aprendizagem e as intervenções a elas relacionadas contribui para o cotidiano do educador na escola, junto ao aprendiz e à sua família.

Nesta perspectiva, a neurociência vem ao encontro da educação pois possibilita entender o funcionamento do cérebro para assim melhora e diversificar a prática pedagógica, lidando com as potencialidades e dificuldades dos estudantes, ajudando na compreensão de como funciona e como se dá essas estruturas de formação, e como esses problemas de desenvolvimento, sejam biológicos, ambientais e emocionais, podem refletir diretamente em sala de aula. “Pesquisadores da área educacional têm visto com otimismo as descobertas em neurociências, no sentido de contribuírem tanto para a teoria quanto para as práticas educacionais” (VELASQUES, VIANNA, 2014, p.11).

Nesse enfoque, o educador que possui um certo conhecimento acerca desta temática, conhecerá melhor como se dá os processos de desenvolvimento e como poderá auxiliar a desenvolver certas habilidades em seus alunos, e assim olhá-los em suas especificidades, ou seja, um olhar mais reflexivo nas dificuldades apresentadas por eles. Não pensamos a neurociência como a grande salvação para resolver os problemas de aprendizagens, mas sim uma ajuda para compreender os processos da formação cerebral, e como se dá essas conexões para assim possibilitar a aprendizagem. Conforme descreve VIANIN (2013, p.22):

Na realidade, os procedimentos cognitivos e metacognitivos deveriam estar no cerne do trabalho do professor. Este deveria ser um especialista em aprendizagens – é um truismo dizer isso – e dominar assim os procedimentos cognitivos e metacognitivos necessários ao êxito escolar de seus alunos.

Desse modo, é desejável e necessário que a educação e a neurociência conversem entre si para possibilitar o conhecimento destas áreas que são tão importantes para a apropriação da aprendizagem. Sendo a educação parte responsável para a criação de condições para que ocorra o processo de ensino-aprendizagem e a neurociência responsável para o estudo dos princípios que descrevem a estrutura e o funcionamento dos neurônios, além de outras funções.

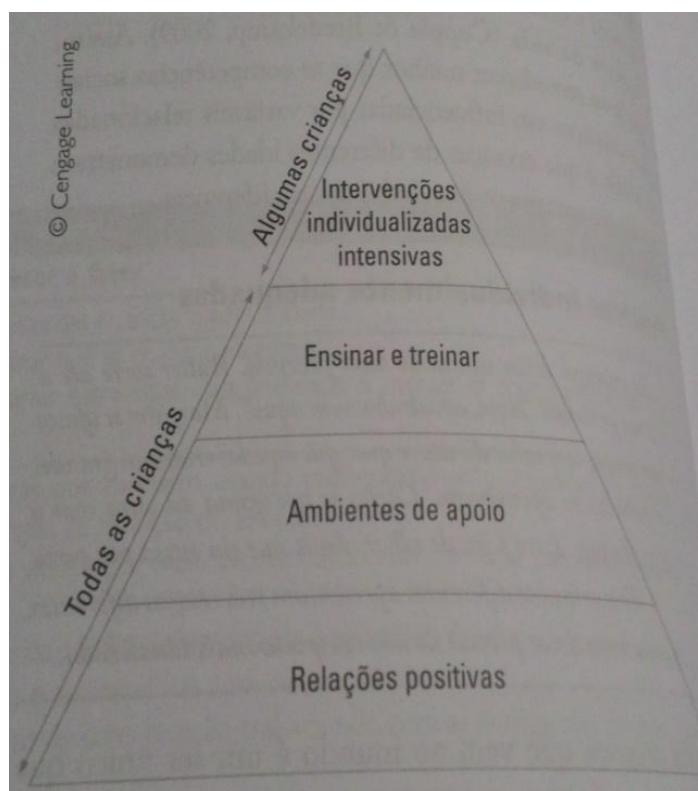
Sendo assim, através destes conhecimentos não podemos mais aceitar que estudantes sejam rotulados de forma ambígua por profissionais que mal entendem o processo de formação neural. Infelizmente como foi colocado acima, ainda a área da neurociência não está contemplada na base da formação inicial das graduações, mas precisamos então procurar cursos de extensão para poder aprofundar em uma área tão importante para uma formação mais eficiente, melhor qualidade resultados positivos a nossos estudantes e para a nossa prática pedagógica.

2.2 O DESENVOLVIMENTO AFETIVO NOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

Neste tópico falarei sobre a importância da afetividade no auxílio do desenvolvimento cognitivo e sua relação com a aprendizagem, pois como veremos a seguir a emoção interfere no processo de informação, e assim é necessária motivação para aprender.

Para iniciar a discussão sobre as emoções no desenvolvimento social e cognitivo, primeiramente gostaria de apresentar a pirâmide de apoio social para desenvolver a competência emocional da criança. Nela podemos observar que as relações positivas estão no alicerce do desenvolvimento emocional, seguido pelo ambiente de apoio, e logo a seguir as outras competências.

Figura 1. Pirâmide de apoio social.



Fonte: Livro Guia de Aprendizagem e Desenvolvimento Social da Criança. Kostelnik et al. p. 22, 2013

Desse modo, podemos observar que as competências emocionais estão intimamente ligadas ao desenvolvimento da criança, e tentar separá-las na hora de desenvolver as capacidades de aprendizagens não será uma abordagem que surtirá um efeito positivo. Por isso bato na tecla da importância dos educadores conhecerem as fases de desenvolvimento das crianças e todas as estratégias de ensino - aprendizagem que podemos utilizar para termos êxito na prática pedagógica.

Conforme descrito anteriormente, para que ocorra a aprendizagem não é somente que o sujeito possua boa saúde, mas sim, que todos os aspectos necessários para a aprendizagem estejam em sintonia. Assim, os aspectos fisiológicos, cognitivos, afetivos e sociais são necessários para que assim ocorra a aprendizagem. Conforme descreve Kostelnik (et al):

Todos os aspectos do desenvolvimento (social, emocional, cognitivo, de linguagem e físico) estão entrelaçados e existem simultaneamente. Nenhum aspecto do desenvolvimento é mais importante que outro e nenhum deles existe independente dos demais. (KOSTELNIK ET AL, 2012, p.6):

Desse modo, devemos pensar no sujeito como um todo e não somente como um ser fragmentado, portanto, compreender que os conhecimentos sociais, emocionais e cognitivos estão intrinsecamente ligados, para que as crianças possam ter interações afetivas com todos em seu meio social.

Por tudo isso, as emoções precisam ser consideradas nos processos educacionais. Logo, é importante que o ambiente escolar seja planejado de forma a mobilizar as emoções positivas (entusiasmo, curiosidade, envolvimento, desafio), para que não perturbem a aprendizagem. (CONSENZA, GUERRA, 2014, p. 84)

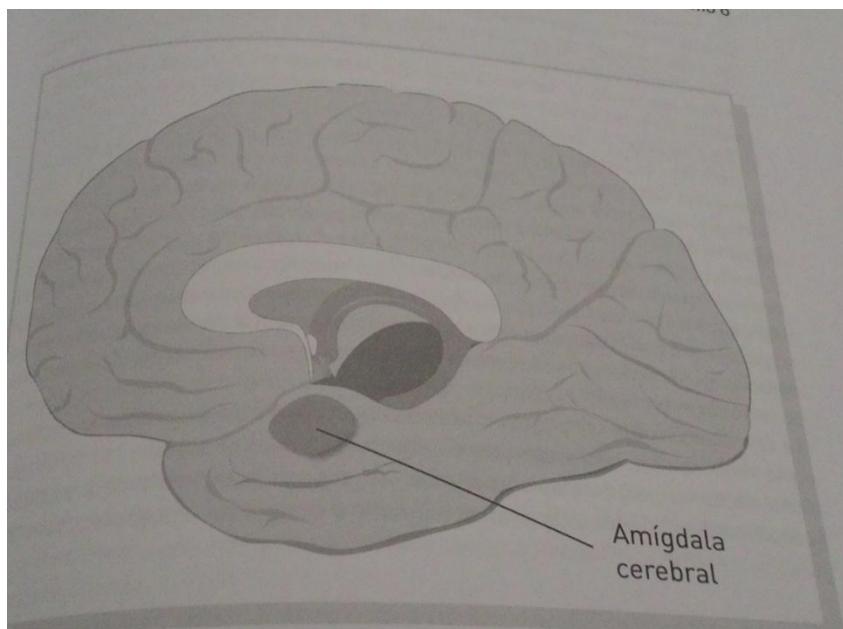
Pensar em afetividade como uma forma de influência nos aspectos de desenvolvimentos cognitivos é de suma importância no ambiente escolar, pois a afetividade proporciona ao sujeito motivação, alegria, entusiasmo, curiosidade, enfim “A afetividade desempenha papel determinante no processo da aprendizagem porque serve de energia que impulsiona a ação de aprender”. (FRANÇA, DINIZ, 2014, p.2). Além de que Kostelnik et al (2012, p.121), contribui:

Evidências científicas recentes mostram que os circuitos neurais no cérebro que regulam a emoção são altamente interativos com aqueles associados às atividades intelectuais, como prestar atenção aos detalhes, estipular metas, planejar, resolver problemas e tomar decisões... Como resultado, as emoções podem apoiar essas tarefas cognitivas ou interferir nelas. Emoções mal controladas e sentimentos negativos tendem a diminuir a partir do funcionamento intelectual; emoções positivas fortes e aquelas bem reguladas apoiam mais atividade cognitiva avançada.

Aprofundando um pouco mais na afetividade e relacionando com a neurociência podemos destacar a amígdala, “[...] ao qual se atribui no controle das emoções e dos processos motivacionais”. (COSENZA, GUERRA, 2014, p.81). As amígdalas é um centro regulador responsável pela emoção do medo, ansiedade, alegria, dentre outras emoções. Ela é um aglomerado de neurônios de complexa função, onde possui conexões com outras partes do sistema nervoso. Sua função no sistema límbico (onde faz parte) é controlar, processar e disparar informações de comandos que poderão ocasionar sudorese, ou promover a secreção de hormônios da glândula

suprarrenal, que tem grande papel as emoções do medo e raiva, além de estar associada também as emoções positivas como a percepção de bem-estar e prazer. Um fato importante analisando a pesquisa bibliográfica é que o nosso cérebro em suas áreas neurais está intimamente ligado a aprendizagens, isso não podemos negar. Agora o importante é saber lidar com essas emoções, para que a aprendizagem ocorra mais significativa possível para os educandos.

Figura 2. A figura mostra a localização da amígdala.



Fonte: Livro Neurociência e Educação: como o cérebro aprende. p.77, 2013.

A afetividade como podemos ver serve de combustível para a aprendizagem, mas também pode servir de opressor da aprendizagem. Se a criança estiver com a organização afetiva desestruturada ou afetada (pois o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo está intimamente relacionado com a estimulação e convívio ambiental), conviver com pessoas opressoras, negativas, rígidas, essa mesma criança se desenvolverá em um ambiente onde seus estímulos externos serão negativos, assim muito provavelmente não se sentirá a vontade para expor seus sentimentos, suas tristezas, alegrias, raiva, assim de certa forma prejudicará seu aprendizado. Sendo assim esses estímulos negativos no período de intensos processos de desenvolvimento na infância, ocorrerá uma dificuldade de organizações estruturais do funcionamento cerebral emocional, social e cognitivo.

Um ambiente familiar agressivo, inseguro, desestruturado em algum sentido, pode fazer com que seja muito difícil para a criança se dedicar ao processo de aprender. O cérebro da criança estará processando os estímulos gerados por essas situações com a finalidade de produzir um comportamento que permita a melhor adaptação às ações vividas. (FRANÇA, DINIZ, 2014, p. 6)

Na perspectiva de uma abordagem de desenvolvimento do ensino - aprendizagem através da afetividade observa-se o quanto é importante o educador possuir um conhecimento nos diversos aspectos de desenvolvimento do sujeito nas diversas áreas, pois estimular um aspecto e esquecer-se dos demais é um erro imprescindível para os processos de desenvolvimento do educando.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar no desenrolar do texto, verificamos a importância da Neurociência para a apropriação de conhecimentos do educador acerca destes sujeitos que se encontram no ambiente escolar. Pois se apropriando desta leitura, o educador consegue refletir e aplicar em suas práticas educacionais em como estimular o desenvolvimento destes sujeitos nas diversas áreas de desenvolvimento, para assim possibilitar e contribuir num desenvolvimento global em todas as áreas, pensando nestes sujeitos como um todo.

Observamos também que a afetividade é de suma importância para o desenvolvimento da aprendizagem, pois se o indivíduo está motivado, feliz sua aprendizagem ocorrerá de forma significativa e prazerosa, mas se este sujeito se desenvolver num ambiente opressor, desestimulante o seu processo de desenvolvimento será fortemente afetado, principalmente na infância onde a criança está em constante desenvolvimento.

Assim, podemos refletir que temos que possibilitar aos nossos educandos um ambiente estimulante e prazeroso, pois assim seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, e o desenvolvimento da aprendizagem ocorrerá de forma global.

ABSTRACT: This article aims to contribute to a theoretical reflection about the importance of care development the individual from their embryonic development until its phase of school learning. Besides making a brief theoretical approach about the importance of teacher training and all involved in learning and development of children in training, seeking knowledge in this specificity human which is the operating system of the brain. Passing also the question of affectivity, and the risks that occurs if there is an imbalance in this period of childhood emotions. The methodology used It was through literature searches based on authors such as: Cosenza and War (2011), Brites, Chudo (2008), Sampaio (2011), Velasques and Viana (2014), Vianin (2013), Kostelnik et al (2012), France and Diniz (2014) among other sources of theoretical research that supported this article. So it was realized the importance of care from conception of the embryo and in all stages of development of this being, in addition to verifying that the subject develops the various aspects of

development: cognitive, affective, social and the importance of neuroscience for the school environment as a source of knowledge in an educational perspective.

KEYWORDS: Neuroscience; Neuroscience and Education; Affective Development.

REFERÊNCIAS

- BRITES, Clay. **Aspectos Neurológicos da Aprendizagem:** Neurologia e Desenvolvimento Infantil na Aprendizagem. Neuro Saber – www.neurosaber.com.br
- COSENZA, Ramon M.; GUERRA, Leonor B. **Neurociência e educação:** como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- CHUDO, Marisa Laporta. **Atenção à Saúde Infantil.** - São Paulo: Fundação Biblioteca Nacional, 2008.
- ESCOTT, Clarice Monteiro; ARGENTI, Patrícia Wolffbuttel. **A formação em psicopedagogia nas abordagens clínica e institucional:** uma construção teórica- prática. – Novo Hamburgo: FEEVALE, 2001.
- FARREL, Michel. **Dislexia e outras dificuldades de aprendizagem específicas:** guia do professor; Tradução Maria Adriana Verissimo Veronese. – Porto Alegre: Artmed, 2008.
- KOSTELNIK, Marjorie J.... (et al.). **Guia de aprendizagem e desenvolvimento social da criança.** Tradução All Tasks. Revisão técnica Maévi Anabel Nono. 7^a. ed., São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- PAÍN, Sara. **Diagnósticos e tratamento dos problemas de aprendizagem.** Tradução Ana Maria Netto Machado. – Porto Alegre: Artmed, 1985.
- PIERRE, Vianin. **Estratégias de ajuda a alunos com dificuldades de aprendizagem;** Tradução Fátima Murad; revisão técnica: Simone Aparecida Capellini. – Porto Alegre: Penso, 2013.
- SAMPAIO, Simaia. **Dificuldade de aprendizagem:** a psicopedagogia na relação sujeito, família e escola. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2011.
- SMITH, Corine; STRICK, Lisa. **Dificuldades de aprendizagem de a-z:** guia completo para educadores e pais. Tradução Magda França Lopes; revisão técnica: Beatriz Vargas Dorneles. – Porto Alegre: Penso, 2012.
- NICASIO, Jesus; SANCHES, Garcia. **Dificuldades de aprendizagem e intervenção psicopedagógica.** Tradução Ernani Rosa. – Porto Alegre: Artmed, 2004.
- VELASQUES, Bruna Brandão; RIBEIRO, Pedro. **Neurociências e aprendizagens:** processos básicos e transtornos. – Rio de Janeiro: Rubio, 2014.

“PARA UMA MENINA FICAR SOZINHA A PARTIR DO 4º ANO É O FIM!”: NOVELA CARROSSEL E A EROTIZAÇÃO DA INFÂNCIA NA MÍDIA TELEVISIVA

ANDRADE, Eduarda de (FMP)
eduardaandradee@hotmail.com
ODININO, Juliane Di Paula Queiroz (FMP)
juliane.odinino@fmpsc.edu.br

RESUMO:

Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada como trabalho de conclusão de curso de pedagogia que teve por objetivo analisar a partir de uma perspectiva educacional o teor do conteúdo da novela infantil Carrossel exibida no SBT no que concerne a aspectos relacionados à incitação a uma precoce erotização infantil e à adultização das crianças. Buscou-se compreender a maneira como a mídia participa no comportamento das crianças, analisar a presença da erotização na telenovela Carrossel a partir de capítulos selecionados e elaborar possíveis contribuições do campo da mídia-educação para pensar esses aspectos. Foi utilizada uma metodologia de abordagem qualitativa, por meio de observação e análise dos conteúdos da narrativa audiovisual apontada. Como fundamentação teórica nos embasamos em autores como: Ariès (1981), Buckingham (2004), entre outros. Após a realização da pesquisa, percebemos por meio dos conteúdos da novela Carrossel, além do caráter exageradamente consumista, a confirmação da erotização da imagem infantil advindos da mídia televisiva além da estereotipização de categorias sociais como gênero, classe e raça que hierarquizam os sujeitos, de onde decorre a importância das instituições educacionais dialogarem com tais culturas infantis no sentido de ampliar seus repertórios bem como desenvolver perspectivas críticas e alternativas com relação a essas visões de mundo que aparecem de forma naturalizada.

PALAVRAS-CHAVE: infância; mídia televisiva; erotização; adultização.

ABSTRACT

This article is the result of a research carried out as a conclusion of a pedagogy course whose objective was to analyze from an educational perspective the contents of the children's novel Carrousel presented in the SBT with regard to aspects related to the incitement to an early erotization and adulteration of children. We sought to understand how the media participates in children's behavior, to analyze the presence of eroticization in the soap opera Carrossel from selected chapters and to elaborate possible contributions from the field of media-education to think about these aspects. A methodology of qualitative approach was used, through observation and analysis of the contents of the audiovisual narrative pointed out. As a theoretical basis, we are based on authors such as Ariès (1981), Buckingham (2004), among others. After conducting the research, we perceive through the contents of the novel Carrossel, in addition to the excessively consumerist character, the confirmation of the erotization of infantile image coming from the television media besides the stereotyping of social categories such as gender, class and race that hierarchize the subjects, of which the importance of educational institutions is expressed in dialogue with such children's cultures in order to broaden their repertoires as well as to develop critical and alternative perspectives in relation to these worldviews that appear in a naturalized way.

KEY WORDS: childhood; TV media; Erotization; Adultization.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a maneira como a mídia participa das visões de mundo e participam dos comportamentos das crianças, que sem a oportunidade de diversificação das experiências acabam, muitas vezes, tendo acesso exclusivo dos modelos estereotipados apresentados na grande mídia. Sem as mediações apropriadas as crianças aprendem certos modos de ser e pensar dos seus ídolos observando-os e imitando-os, sem consciência dos valores engessados impregnados em tais comportamentos. Busca-se compreender qual o papel da televisão como principal meio comunicativo de grande escala, na possível erotização precoce das crianças, uma vez que esta temática tem sido recorrente nos conteúdos televisivos na televisão aberta inclusive nas programações remetida a elas. Nota-se um uso recorrente de conteúdos com apelo erótico em diversos programas da TV aberta inclusive nas novelas destinadas às crianças, neste caso, a novela *Carrossel*. O desafio que se apresenta é como discutir essas visões sem resvalar para o moralismo exacerbado, porém ampliando o leque de possibilidades de atuação e diálogo da escola frente a esta realidade, afinal cabe a esta instituição atuar na formação mais global dos sujeitos. Neste sentido, a pesquisa orienta-se pela promoção dos três “P” que Bob e Annie Franklin distinguiram em relação aos direitos das crianças os quais pautam os estudos de mídia-educação: a proteção, a provisão e a participação (BUCKINGHAM, 2007) e, no caso específico da escolha de repertório, a provisão e a qualidade da TV parecem ser o “P” menos discutido hoje na educação.

EROTIZAÇÃO DA INFÂNCIA NA MÍDIA TELEVISIVA

De acordo com David Buckingham (2007), há diversos estudos que apontam que a criança é fortemente manipulada pela mídia. Para o autor,

A relação entre a infância e as mídias eletrônicas tem sido muitas vezes percebida em termos essencialistas. As crianças tendem a ser vistas como possuidoras de qualidades inerentes, que se ligam de um modo único às características inerentes a cada meio de comunicação (BUCKINGHAM, 2004, p. 30).

Considerando a concepção medieval europeia de a criança ser visualizada como um “adulto em miniatura”, é comum encontrarmos ainda hoje a criança, sob a perspectiva do processo de erotização infantil, quando exposta aos meios de comunicação social no contexto da vivência do recinto familiar, sendo influenciada pelas imagens que são pertencentes à vida adulta e que direta ou indiretamente podem ser idealizadas pela criança. Assim, desde os modos de se vestir e se portar ao estilo de dançar, as condutas em geral podem estar apoiadas pela tendência de a menina ter a protagonista da novela como modelo, tendo em vista a importância desta narrativa no contexto da cultura brasileira, onde o papel do consumismo é preponderante no contexto das culturas infantis

em nosso país. A partir disso, a criança passa por um processo de “adultização” precoce e por conseguinte de “erotização”, cujo aspecto remete ao universo adulto como principal referência. Segundo Buckingham (2007, p. 296),

As crianças estão escapando para o grande mundo adulto – um mundo de perigos e oportunidades onde as mídias eletrônicas desempenham um papel cada vez importante. Está acabando a era em que podíamos esperar proteger as crianças desse mundo. Precisamos ter a coragem de prepará-las para lidar com ele, compreendê-lo e elas tornarem-se participantes ativas, por direito próprio.

A confecção e a propagação de figurinos, danças sensuais, movimentos, publicidades, melodias e objetos são estrategicamente pensadas e propositais por parte do empório capitalista, induzindo as crianças, especialmente as meninas, a se refletirem e se adequarem conforme com às os modelos ditados às mulheres adultas, ainda que jovens segundo o padrão. No entanto a constância com que as meninas têm utilizado e extrapolado das idas aos salões de beleza, usando maquiagens, vestimentas e vários acessórios insólitos para a etapa de desenvolvimento, do mesmo modo que os meninos passam a ser mais rudes devido à masculinidade presente nos jogos virtuais e até mesmo em programações destinadas ao público infantil, traz como resultado a marginalização da imagem infantil.

Com a ajuda de outros meios eletrônicos não impressos, a televisão recria as condições de comunicação que existiam nos séculos XIV e XV. Biologicamente, estamos todos equipados para ver e interpretar imagens e para ouvir a linguagem que se torna necessária para contextualizar a maioria dessas imagens. O novo ambiente midiático que está surgindo fornece a todos, simultaneamente, a mesma informação. Dadas as condições que acabo de escrever, a mídia eletrônica acha impossível reter quaisquer segredos. Sem segredos, evidentemente, não pode haver uma coisa como infância (POSTMAN, 1999, p. 94).

A televisão não requer esforços de reflexão do indivíduo e sua habilidade na transferência de novos conhecimentos, não possibilita o/a espectador/a a examinar ou raciocinar intensamente a respeito da necessidade em comprar produtos ou sobre a oportunidade de ver certos programas. Essa indigência instituída faz com que as relações familiares, afetivas, sejam cada vez menos comuns. As pessoas não se dão o privilégio de instantes para praticar o diálogo. O prazer se limita em ficar em frente a uma tela que projeta movimento e som. (MÜLLER; PATERNO, 2009).

A televisão destrói a linha divisória entre infância e idade adulta de três maneiras, todas relacionadas com sua acessibilidade indiferenciada: primeiro, porque não requer treinamento para aprender sua forma; segundo porque não faz exigências complexas nem à mente nem ao comportamento; e terceiro porque não segregá seu público. (POSTMAN, 1999, p. 94).

Desse modo, a mídia é um dos fatores que possui o maior poder de influenciar um papel fundamental na erotização precoce das crianças, a partir de seus conteúdos. Segundo a jornalista e

empresária Déborah Guaraná (2007), de maneira especial por meio da televisão, geram-se condições de estímulo a criação de crianças com conduta erotizada. Quanto a esse aspecto voltado às culturas infantis femininas Walkerdine (1999, p.79) afirma: “A erotização das garotinhas é um fenômeno complexo, no qual um certo aspecto da sexualidade feminina e da sexualidade infantil é entendido como corruptor de um estado de inocência”.

A sedução é transmitida assim enquanto perda da razão. A TV, por ser um meio audiovisual, provoca fascinação através da imagem e do som. É como se fosse uma infração atraente que se percebe nas programações, não apenas pela imagem, mas também pela afinidade que há entre o telespectador associada à transmissão da propaganda pela TV que procura satisfazer seus desejos. São programações infantis, novelas para jovens, programas transmitidos em horários impróprios, programações de auditório e entre outros que apressam esse processo. Às vezes, esta produção é perspicaz, expondo-se, por exemplo, no jeito de vestir o adulto; na maneira de posar e tirar fotografias; em algumas, a reprodução de comportamentos erotizados adultos é notória e atinge o grotesco.

Algumas programações proporcionam incentivos ao modo de se expressar. Sendo assim, as crianças são em alguns programas da TV aberta incentivadas a representar cada vez mais cedo o que ainda está em formação, a sexualidade, e para isso fazem uso do repertório adulto. Ou seja, a televisão intenta suprir as brincadeiras, as relações familiares e até mesmo a vida social. Quando está ligada, conduz as crianças para um universo fantasioso, completa as falhas do dia-a-dia e as acalma por certo período de tempo.

Sem equívocos, a televisão, por ser considerado o mais amplo meio de comunicação, desfruta do status de ser a principal incentivadora do processo de erotização infantil, mobilizada pela cadeia de venda de produtos. Grande parte das residências brasileiras começaram a ser dominadas, diariamente, por várias programações que, por meio de requebrados e movimentos sensuais, remetem a um erotismo na maioria das vezes grotesco, tão comuns na grade de programação brasileira supostamente voltada principalmente a agradar aos olhares masculinos (ODININO, 2009). Tais exposições grotescas e de baixa categoria, abarrotadas de erotismo, atinge também ao público infantil, até mesmo nas programações voltadas para o público infantil.

Essa sexualidade, na maioria das vezes, grotesca e sem propósito em programações infantis é um dos principais agentes no processo de erotização infantil. Se este proveito é oferecido para as crianças e engrandece o sucesso e a fama conquistados pelas artistas, não tem como elas deixarem escapar uma mensagem oculta que este é um trajeto de realização pessoal a ser almejado, sendo agradável e atraente. Como consequência, brota a vontade de imitar: a vestimenta, os gestos e os movimentos sensuais. Em outras palavras, a sexualidade invadiu o universo e a imaginação

infantil. Na visão de Leão (2009, p. 307), a mídia “[...] na realidade erotiza precocemente as crianças e banaliza o sexo”.

Buckingham (2007, p.32) acrescenta:

As mídias eletrônicas têm um papel cada vez mais significativo na definição das experiências culturais da infância contemporânea. Não há mais como excluir as crianças dessas mídias e das coisas que elas representam, nem como confiná-las a materiais que adultos julguem bons para elas. A tentativa de proteger as crianças restringindo o acesso às mídias está destinada ao fracasso. Ao contrário, precisamos prestar muito mais atenção em como preparar as crianças para lidar com estas experiências, e ao fazê-lo, temos de parar de defini-las simplesmente em termos do que lhes falta.

Baseada nas fundamentações de Buckingham, defendemos que é necessário que exista um pleno diálogo entre família e escola. Primeiramente cabe a família estabelecer limites e desenvolver diálogo acerca da programação a qual a criança está exposta. Em conformidade a isto, é primordial que o grupo escolar trabalhe com as crianças questões relacionadas à mídia. Ou seja, proporcionar atividades que abordem as temáticas expostas nas telenovelas e programas infantis, possibilitando assim o desenvolvimento de seu senso crítico, levando-as a refletir sobre aquilo que estão assistindo.

Em contrapartida, destacamos que atualmente, a influência da mídia televisiva na vida de nossas crianças torna-se ainda mais intensa em razão de ainda existir um sistema educacional precário que permite, em vários momentos, que a televisão possua o poder supremo de noticiar, formar e entreter, sem alguém apto a julgá-la.

Por fim, segundo Capiotti (2006), a mídia televisiva desempenha um lugar de destaque na vida das crianças, já que para algumas famílias a ocupa um lugar central na vida das pessoas. O mesmo autor destaca ainda que se não coordenada de maneira moderada, elevados percentuais de exposição à televisão estão associadas com o aumento do consumo de tabaco, do uso de álcool e do princípio precoce da atividade sexual, razão pela qual professores e pais carecem ter total atenção sobre a relação entre a televisão e infância.

Buscando analisar a influência da mídia televisiva nos corpos infantis, entendemos ser necessário investigar em que consiste esse repertório cultural a partir de um exemplar de telenovela infantil da TV aberta. Diante disto, optamos por analisar determinados capítulos da novela *Carrossel*, selecionados pela temática da erotização infantil em trechos sequenciais, nos quais fica notória uma visão de mundo que naturaliza papéis de gênero, de classe social e de raça.

A REPRESENTAÇÃO DA INFÂNCIA NA NOVELA CARROSEL

Carrossel é uma telenovela criada pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Sua apresentação inédita aconteceu no período de 21 de maio de 2012 até 26 de julho de 2013, num total de 310 capítulos. Redigida por Íris Abravanel, com o auxílio de Carlos Marques, Fany

Higuera, Grace Iwashita, Gustavo Braga e Marcela Arantes, e a direção de texto de Rita Valente e conduzida inicialmente por Del Rangel que foi substituído por Reynaldo Boury, é baseada na telenovela mexicana Carrusel, de Valentín Pimstein que também foi baseada na telenovela argentina *Jacinta Pichimahuida, la Maestra que no se Olvida*, escrita por Abel Santa Cruz.

O ajuste feito por Iris Abravanel, com direção-geral de Reynaldo Boury, conquistou grande parte do público infantil. Dessa maneira, depois de dois anos a telenovela voltou a ser repriseada no dia 6 de março de 2015 no horário de 21h15, substituindo a exibição de "Rebelde" e atualmente é exibida no horário de 21h30 após a telenovela juvenil "Cúmplices de um resgate". A classificação da telenovela é livre para todos os públicos, ou seja, não determina uma faixa etária específica para os telespectadores. A novela Carrossel retrata o cotidiano de crianças matriculadas no 3º ano da Escola Mundial e a transição das mesmas para o 4º ano. Os alunos mantém uma amizade dentro e fora da escola, bem como demonstram uma enorme admiração e carinho pela jovem e bela professora Helena. A qual com seu jeito doce e meigo, foi a primeira e única a conquistar todos da classe, sem demonstrar receio de enfrentar regras ou direção da escola, em prol dos seus alunos e de proporcionar uma excelente formação aos mesmos. A relação de Helena com seus alunos ultrapassa as barreiras de uma sala de aula, visto que, a novela em seus capítulos exibe problemáticas vivenciadas pelas crianças e a mesma, sempre que possível, tenta mediar os conflitos ou simplesmente aconselhar seus alunos. Em linhas gerais, esta personagem pode ser descrita a partir dos ideais que regem a representação positivada da mulher no contexto dos conteúdos midiáticos: branca, jovem, bela, recatada, de voz doce e fala mansa, dedicada e pode-se dizer maternal pela maneira como se relaciona com as crianças.

A telenovela Carrossel nos apresenta umas mescla de personagens infantis e adultos. Dentre estes, destacam-se os personagens em suas estereotipias: Maria Joaquina, branca, rica e mimada; Cirilo, negro, pobre e ingênuo; Paulo, revoltado e trapaceiro; Kokimoto, japonês e trapaceiro; Daniel, inteligente e aluno exemplar; Valéria, sapeca e mandona; Jaime, gordinho e bruto; Margarida, ingênua e apaixonada; Bibi, gordinha e ruiva e a professora Helena, moderna, jovem e bonita.

ANÁLISE DA CULTURA INFANTIL REPRESENTADA NA NOVELA CARROSEL

Dando continuidade ao objetivo geral desta pesquisa em constatar elementos da mídia televisiva que repercutem na erotização da imagem infantil presentes na novela buscamos averiguar as concepções de infância retratadas no contexto deste discurso permeado por relações de gênero e sexualidade.

A fim de promover uma análise adequada à pesquisa proposta, decidimos acompanhar a trama da novela Carrossel. Este acompanhamento teve a duração de 15 dias, sendo realizada

consecutivamente, compreendida no período de 28 de Março de 2016 a 15 de Abril de 2016, exceto aos sábados e domingos (dias em que a novela não é exibida pela emissora). A partir desse reconhecimento inicial, optamos, devido à presença de elementos que remetiam aos interesses de investigação desta pesquisa, por analisar o capítulo de número 280 e o capítulo 281. Para assim perceber o comportamento dos personagens comparando-os com a concepção que temos do que é ser criança e a possível adultização deste universo representado no contexto da trama. Lembrando que as cenas escolhidas são continuidade das tramas exibidas em capítulos anteriores.

Desta maneira, ao observamos o capítulo 280 exibido no dia 8 de Abril de 2016 (sexta-feira), percebemos que o capítulo se inicia com um “plano” dos personagens Margarida, Bibi e Paulo, para tentar provocar ciúmes no personagem de Daniel, a cena mostra Margarida e Paulo na praça executando o que haviam planejado, ou seja, fazer com que o personagem Daniel veja os dois juntos na praça simulando uma cena de romance, saindo de mãos dadas e com um buquê de flores na mão. Com isso fica claro que a principal preocupação dos personagens é conseguir um namorado para Margarida. Visto que, segundo ela, “Pra uma menina ficar sozinha a partir do 4º ano é o fim!” (fala da personagem Margarida, texto digital).

Esta cena evidencia a criança em um processo de adultização, ou seja, podemos notar que as mesmas demonstram uma preocupação que não condiz com a faixa etária dos personagens, pois julgamos que a infância precisa ser preservada. Segundo Buckingham (2007), “As crianças estão escapando para o grande mundo adulto”. Visto que, geralmente, a ansiedade de ter e/ou procurar um namorado é comum na transição para a fase adulta. Assim nos permitimos entender que a criança reproduzida pela novela não demonstra interesse pelo brincar. Porém, sabemos o quanto importante se faz a brincadeira na vida infantil. Confirmamos tal importância quando analisamos a opinião de Friedrich Froebel (1887), quando evidencia:

A brincadeira é uma atividade espiritual mais pura do homem neste estágio e, ao mesmo tempo, típica da vida humana enquanto um todo da vida natural interna no homem e de todas as coisas. Ela dá alegria, liberdade, contentamento, descanso externo e interno, paz com o mundo... A criança que brinca sempre, com determinação auto-ativa, perseverança, esquecendo sua fadiga física, pode certamente tornar-se um homem determinado, capaz de autosacrifício para a promoção do seu bem e de outros... Como sempre indicamos o brincar em qualquer tempo não é trivial, é altamente sério e de profunda significação (FROEBEL, 1887, p. 55).

Ou seja, a criança que brinca está constantemente em um processo enriquecedor, independente da fase da infância que a criança se encontra. Além disso, de acordo com Cunha (2001), “Brincar desenvolve as habilidades da criança de forma natural, pois brincando aprende a socializar-se com outras crianças, desenvolve a motricidade, a mente, a criatividade, sem cobrança ou medo, mas sim com prazer”.

Dando continuidade a observação do capítulo 280, nos deparamos com o personagem de Cirilo, que deixa evidente um sentimento por Maria Joaquina, fantasiando uma relação amorosa entre ambos. Nesta cena, Cirilo vai até a casa abandonada, pensando que teria um encontro romântico com Maria Joaquina, no caminho imagina um encontro com a mesma em uma floresta, onde se abraçam e a sua amada lhe trata com muito carinho. Chegando lá, percebe que tudo não passou de uma ilusão e que foi enganado outra vez por Paulo e Kokimoto. Deixando explícito, mais uma vez, o desapego com as preocupações infantis e voltando-se para interesses da vida adulta, bem como, evidenciando também o preconceito pelas diferenças de classe, onde o menino negro e pobre é apaixonado pela menina branca e rica que o despreza. Outro ponto considerável mostrado no decorrer das cenas são as vestimentas de determinados personagens, por exemplo, os personagens Cirilo e Paulo.

Este fator nos remete ao que Ariès (1981) observou no contexto europeu na Idade Média, na qual criança e adulto possuíam o mesmo modo de se vestir. Não havendo uma distinção entre o mundo infantil e o mundo adulto. Assim, o modo de se vestir incompatível com a faixa etária do personagem, nos leva a perceber uma realidade em que a criança deixa de viver determinadas etapas do desenvolvimento. Onde as formas de se vestir fazem dos meninos, homens e das meninas, mulheres. Levando estas crianças a seguir a trajetória do mundo adulto pensando e agindo como tais.

Ao analisarmos o capítulo 281 exibido no dia 11 de Abril de 2016, percebemos que houve a continuidade do capítulo anterior. Daniel e Adriano ao perceberem a tristeza de seu amigo Cirilo, acabam descobrindo mais uma vez que o mesmo foi vítima das brincadeiras maldosas de Paulo e Kokimoto. Assim decidiram que teriam que dar uma lição nos dois, para isso convocaram uma reunião da “Patrulha Salvadora” na casa abandonada, apenas com os meninos, para debater que atitude tomar, perante a brincadeira maldosa feita com Cirilo no capítulo anterior. Como resolução do problema, organizaram uma votação, na qual a Patrulha Salvadora decidiu pela expulsão dos integrantes Paulo e Kokimoto do grupo. Os mesmos quando souberam, foram reivindicar a decisão tomada. Sem sucesso, acabaram se utilizando da violência para encerrar o assunto e “conformar” os personagens expulsos.

Mediante a violência retratada nas cenas deste capítulo e em algumas cenas do capítulo anterior por parte dos personagens, podemos refletir a respeito da realidade na qual as crianças estão inseridas. Visto que segundo Bandura (1977, p. 22), “Pela observação dos outros, uma pessoa forma uma ideia de como novos comportamentos são executados e, em ocasiões posteriores, esta informação codificada serve como um guia para a ação.”

Diante a isto, tal cena faz com que acreditamos que os personagens estão inseridos em um meio onde é comum utilizar a agressão para atingir o que se deseja e até mesmo para resolver

problemas. Numa análise mais específica, a questão da violência atinge mais o gênero masculino, como consequência, os meninos se tornam mais agressivos. Tal constatação assemelha-se ao que foi observado na pesquisa com crianças realizada por Odinino (2009, p. 266):

O que observamos no universo masculino foi uma exigência velada para que o menino se afirme constantemente em direção a tornar-se “homem de verdade” e para isso consolida-se como necessário um intensivo esforço performático, para usar a noção de Judith Butler. Não obstante, para que existam esses homens é porque presume-se o contraponto do “homem fracassado”, cuja conotação é bastante negativa: aquele que não consegue atingir sua “masculinidade plena” é tido como fraco, homossexual em sua forma pejorativa, passivo, etc. Nesta direção, a afirmação da virilidade deve ser constantemente afirmada para não correr o risco de “regressar” à feminilidade, já aparentemente dada.”

Na novela Carrossel as questões de gênero são bem determinadas, em várias falas, não somente nos capítulos analisados, mas também durante todos os capítulos observados o uso frequente de frases que generalizam, como por exemplo, “os homens tem dificuldade”, “os homens demoram mais”, “os homens tem medo de se relacionar”, que são ditas pelos personagens, sendo reproduzidas de diferentes maneiras durante os capítulos.

No decorrer do capítulo, podemos observar que a personagem Maria Joaquina, ao saber da brincadeira maldosa feita com Cirilo, não se importa, mesmo sabendo que o motivo tenha sido o amor platônico que ele sente por ela. Quando questionada por suas amigas e inclusive por seu pai, Maria Joaquina age naturalmente reafirmando não se importar. Porém, preocupada com sua imagem e com o que os outros irão pensar, ela tenta encontrar uma maneira de resolver a situação. Deixando evidente este fato quando diz “Eu não sou obrigada a ter que consolar o Cirilo...se bem que eu poderia escrever uma carta, assim ninguém pode reclamar que eu não mandei nada” (personagem Maria Joaquina, texto digital).

Embásado neste conflito, mostrado nas cenas e também nos demais capítulos observados no decorrer das semanas, ficou evidente que a personagem Maria Joaquina exibe uma enorme preocupação com sua imagem. Desde ao fato de negar uma aproximação maior com o personagem de Cirilo, pelo mesmo ser de um “universo social” diferente do dela, ou seja, desfavorecido economicamente e negro. Especialmente, em manter sua imagem perante a sociedade, demonstrando em diversas cenas a preocupação em vestir-se, combinar acessórios e não tomar nenhuma atitude que prejudique sua imagem. Sendo assim, acreditamos que direta ou indiretamente este comportamento pode influenciar o público feminino infantil, ou seja, onde as meninas podem acabar desejando ser igual a personagem de Maria Joaquina, desde o modo de ser até o modo de se vestir.

Considerando tais características da personagem, ressaltamos que a mesma interpreta uma criança erotizada, desde seu interesse em embelezar-se até o modo de pensar e agir. Dentre todos os aspectos expostos, é justamente nesta perspectiva que Puggina salienta:

Este processo de erotização da infância encontra, na mídia, o seu principal “caldo de cultura”. Especialmente através da televisão, criam-se condições de incentivo à *produção* de crianças com comportamento erotizado. Por vezes, esta produção é sutil, revelando-se, por exemplo, no modo de vestir adulto, na forma de posar e fotografar; em outras, a assunção e imitação de comportamentos erotizados adultos raia o grotesco (PUGGINA, 2003, p.10).

Com base na citação acima, podemos constatar, que este processo de erotização muda o foco da criança. Segundo Postman (1999), devido ao fato de as crianças estarem cada vez mais envolvidas no universo adulto e no mundo midiático, passaram a ter outras prioridades, como por exemplo: cuidado com o corpo e vestimentas, uso de maquiagens, acessórios, comportamento adultizados, entre outros.

Por fim, em análise aos capítulos 280 e 281, ficou evidente que o modo como os personagens falam não é compatível com o de uma criança, por mais instruída que esta seja.

A aquisição da linguagem oral é um processo de apropriação que se dá através da aproximação com a fala do outro, seja ela da mãe, do pai, do professor, dos amigos ou aquelas ouvidas na televisão e no rádio, é a partir dessa interação que as crianças começam a falar ampliando assim seu vocabulário (FARAGO e SANTOS, 2015, p. 119).

Partindo desse pressuposto, observamos que os personagens da novela Carrossel, apropriaram-se de uma linguagem adultizada percebida constantemente em diversas falas dos personagens durante os capítulos observados, deixando o modo infantil de falar para trás.

Acreditamos que a novela fez um claro exemplo da erotização infantil em diferentes aspectos. Felipe e Guizzo (2003), salientam que aos poucos estamos perdemos a ingenuidade da infância, que vem sendo substituída pelas mídias com imagens cada vez mais erotizadas, especialmente em relação ao gênero feminino, os quais ficaram evidentes no decorrer das análises. Primeiramente, o fato de as crianças retratadas na novela não possuírem o desejo de brincar, mas sim, a ânsia de namorar. Visto que, consideram-se crianças evoluídas. Como foi possível observar no diálogo entre a professora Helena, Bibi e Margarida a cerca dos problemas de Margarida, onde a personagem Bibi diz que são crianças “evolucionárias”. Além disso, a criança inserida no mundo adulto, acaba mudando seu modo de ser e também a maneira de se vestir. Fator este que podemos notar em determinados personagens da novela Carrossel.

Por fim, pensamos ser necessário frisar que uma novela que mostra no decorrer de seus capítulos modelos de erotização e adultização da infância, pode acabar influenciando o público infantil que assiste assiduamente a trama. Destacando ainda, os intervalos comerciais abarrotados de uma publicidade voltada para o consumismo, oferecendo os mais variados produtos, muitas vezes relacionados a própria novela, fazendo com que nossas crianças, se identifiquem com determinado

personagem criando o desejo de ser igual, ou seja, observando e imitando seu modo de vestir, falar e agir, bem como consumir os produtos comercializados relacionados aos personagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mídia acompanha este processo de adultização e a erotização infantil, que, infelizmente, já faz parte da realidade de nossas crianças. Desta forma, verificamos que uma das principais causas desse processo são as programações televisivas abarrotadas de conteúdos inapropriados para o público alvo. Além disso, soma-se a falta de interesse dos pais e até mesmo dos educadores de acompanhar as crianças enquanto estão em frente à televisão. Por isso, entendemos que esse investimento não pode se limitar a oportunidades esporádicas de formação continuada que são ofertadas aos professores alfabetizadores.

Reconhecemos a mídia televisiva como uma forte participação para o desencadeamento deste processo de erotização da imagem infantil. As observações dos capítulos nos mostrou que a novela Carrossel é destinada ao público infantil e demonstra o cotidiano da vida escolar de crianças do ensino fundamental dos anos iniciais. O enredo da novela foi baseado em alguns modelos estereotipados de crianças e seus diferentes comportamentos, demonstrando algumas dificuldades e fragilidades infantis, as quais são superadas por meio da presença de uma professora “ideal”, ou seja, uma professora jovem, bonita, moderna e que demonstra uma enorme preocupação com seus alunos. O que a encoraja a enfrentar a direção da escola ou qualquer outro que “ameace” seus alunos, a partir de uma proteção ao estilo maternal. Mesmo com a sua personalidade tranquila, estaria sempre antenada com as novas tendências da educação, para garantir um ensino de excelência para seus alunos e alunas.

Contudo, a análise dos conteúdos nos leva a considerar que as crianças expectadoras são incitadas a almejarem ser iguais aos personagens ou convidadas a viverem as mesmas e instigantes experiências. Como no exemplo das travessuras que os personagens Paulo e Kokimoto aprontam com os demais colegas, porém incentivando negativamente pois ensinam a trapacear. Há o romantismo de Laura que tenta mostrar um lado mais doce e inocente da infância, reforçando a imagem estereotipada da criança pura e da menina meiga, passiva e subserviente. Outro exemplo é o “namorico” entre Valéria e Davi, que mesmo inocente, de certa maneira abre portas para um amadurecimento precoce, uma sexualidade mais aflorada. O mesmo acontece no amor platônico de Cirilo por Maria Joaquina, com o advento do preconceito pelas diferenças étnicas e de classe, entre outras situações. De certa forma, a novela Carrossel deixa evidente uma visão deturpada da realidade adulta na interpretação dos personagens, que sem as mediações necessárias, os/as telespectadores infantis não podem contar com a maturidade suficiente para filtrar e compreender as informações e visões de mundo transmitidas, podendo assim acarretar problemas éticos de convívio

social. Assim destacamos o quanto importante se faz a mediação, seja ela realizada por um adulto ou pelo professor, trabalhando questões éticas da dimensão humana como a valorização da diversidade, a inclusão, a promoção da equidade e o combate ao sexismo e toda forma de violência, discriminação e preconceito.

Em linhas gerais, a mídia está preocupada com a audiência de suas programações, abandonando os efeitos que tais programações podem ocasionar no futuro de nossas crianças (MORIN, 1972). Ainda percebemos que há um aproveitamento da concepção de inocência infantil por parte das mídias, ao mesmo tempo em que as mesmas estimulam um amadurecimento precoce deturpado, bem como o consumismo. Além disso, no contexto da programação existem diversos produtos relacionados a novela Carrossel, desde brinquedos até produtos alimentícios, que são apresentados nos intervalos comerciais por meio de publicidade e propagandas.

Durante as observações, podemos notar um endereçamento considerado consumista, estereotipado, classista, racista e sexista da novela Carrossel principalmente no tocante ao modelo de gênero feminino, nas vestimentas, brincadeiras, acessórios, modo de agir e até mesmo nas temáticas do namoro, que é um tema recorrente na novela. Esses fatores mostraram-se tão influentes nos capítulos analisados, que se tornaram foco das análises desta pesquisa, visto que as crianças costumam reproduzir o que veem, assim os ídolos “teens” se tornam exemplos e despertam nas crianças o desejo de serem iguais a determinados personagens, partilhando da naturalização das hierarquias sociais.

Por fim, assim como na vida real, na novela Carrossel existem todos os tipos de crianças e nem sempre o personagem escolhido é o que os pais desejam que seus filhos copiem. Dessa forma, é importante que os pais acompanhem o que seus filhos assistem e percebam até que ponto está sendo produtivo para a criança assistir determinadas programações, para que possam iniciar uma relação de troca e diálogo sobre tais conteúdos, a partir da mediação de outros valores e perspectivas sociais mais igualitárias.

Por fim, com base nas observações, podemos perceber as transformações que a mídia pode ocasionar na imagem infantil, especialmente, nas mudanças do comportamento. Sendo assim, confirmamos a necessidade de pais e professores trabalharem em conjunto as temáticas abordadas nas mídias televisivas e também pensar em ponderar os programas e tempo de exposição que as crianças ficam em frente à televisão, oferecendo outros repertórios e experiências, tais iniciativas devem partir da instituição escolar. Os professores normalmente têm muita dificuldade em lidar com aspectos da cultura como a erotização e a centralidade das mídias na vida das crianças, considerando que são assuntos que escapam de seu alcance enquanto pedagogos. Sendo assim os professores necessitam conhecer os repertórios midiáticos infantis para realizar trabalhos diferenciados, ou seja, desenvolverem uma prática pedagógica onde haja um diálogo relacionado a

mídia, não simplesmente condenando-a, mas sim promovendo uma ampliação no repertório, trazendo para sala de aula novos jogos e brincadeiras e também possibilitar que as crianças desenvolvam sua criticidade com relação a mídia. Em meio a isto destacamos a importância de as crianças aproveitarem a infância, com brincadeiras produtivas capazes de estimular uma infância ao mesmo tempo protegida, feliz, rica em experiências e pautada em concepções éticas de mundo e convívio social.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.
- BANDURA , Albert . Teoria da aprendizagem social . Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1977.
- BUCKINGHAM, David. **Crescer na era das mídias eletrônicas.** Tradução: Gilka Girardello e Isabel Orofino. São Paulo, Loyola, 2007.
- CAPIOTTI, Manuela Pereira. Mídia Televisiva: Como ela influencia no comportamento das crianças? **Psicologia Brasil.** São Paulo, v.4, n.29, p. 38-40, mar./ 2006.
- CUNHA, Nylse Helena da Silva. **Brinquedo, desafio e descoberta para utilização e confecção de brinquedos.** Rio de Janeiro, 2001.
- FARAGO, Alessandra Corrêa; SANTOS, Maria Gabriela da Silva. O desenvolvimento da oralidade das crianças na Educação Infantil. **Cadernos de Educação:** Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 2 (1): 112-133, 2015. Disponível em: <<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/35/06042015200343.pdf>> Acesso em: 08 maio 2016.
- FELIPE, J; GUIZZO, B. S. Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo. In: **Pró-positões**, Campinas, v. 14, n. 3 (42), p. 119-130, set./dez 2003. Disponível em: <http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/textos/42-dossie-felipej_etal.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2016
- FROEBEL, Friedrich. **The education of man.** Trad. Hailmann, W.N. Nova York: D. Appleton, 1912c, 1887.
- GUARANÁ, Déborah. **A influência da moda no desenvolvimento infantil.** Pernambuco, 2007.
- INSTITUTO ALANA. **Na publicidade, o paradigma e o modelo de pertencimento são dados de fora para dentro:** entrevista com Ana Olmos. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.alana.org.br/CriancaConsumo/NoticiaIntegra.aspx?id=5928&origem=2>>. Acesso em: 14 abr. 2016.
- LEÃO, A. M. C. **Estudo analítico-descritivo do curso de pedagogia da UNESP Araraquara quanto a inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos.** 2009. 343 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2009.
- MORIN, Edgard. Cultura de Massa no Século XX. Rio de Janeiro: Ed. Brasileira O espírito do Tempo, 1972.
- MÜLLER, Verônica Regina; PATERNO, Keli Andréa Vargas. **Normalização da erotização da infância:** cotidiano escolar e familiar. Maringá, 2009. Disponível em : <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2009_2010/pdf/2009/41.pdf> Acesso em: 01 maio 2016.
- ODININO, Julianne. **Super-Heroínas em Imagem e Ação:** Gênero, animação e imaginação infantil no cenário da globalização das culturas. 2009. (Tese de Doutorado). Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas/ UFSC, Florianópolis, 2009.
- POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância.** Rio de Janeiro: Grafhia, 1999.
- PUGGINA, Marcio Oliveira. A erotização da infância na mídia e na internet. **Revista da AJURIS.** V. 30. n. 81 - Março/2003. Disponível em:

<<http://livepublish.io.com.br/ntzajuris/lpext.dll/infobase/3452e/3458b/3458c?f=templates&fn=doc>
ument-frame.htm&2.0>.Acesso em: 08 maio 2016.

Reformada São Paulo: Ediouro, 2000.

THOMPSON, John B. Comunicação e Contexto Social. In: THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

WALKERDINE, Valerie. A cultura popular e a erotização das garotinhas. In: **Educação & Realidade**, 24 (2): 75-88, jul./dez, 1999

PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

Joici Lilian Rodrigues (FMP)

Joici.lilian@fmpsc.edu.br

Karini Regina Homem (FATENP)

kareho@hotmail.com

Daine Raupp Martins (FMP)

daianeraupp@yahoo.com.br

RESUMO: As organizações, além de se preocuparem com a inovação, planejamento a curto, médio e longo prazo e com a boa gestão dos negócios, também estão buscando desenvolver atividades internas a favor do crescimento do seu componente mais importante, isto é, o capital humano. Devido a essa preocupação, a pesquisa de Clima Organizacional tem se mostrado uma ferramenta importante para identificar as insatisfações dos funcionários e, por meio dela, implementar ações capazes de melhorar o ambiente de trabalho. Este estudo tem por objetivo realizar uma pesquisa de Clima Organizacional com os funcionários da área administrativa da Secretaria de Saúde de Palhoça para diagnosticar quais são os pontos fortes e fracos da instituição. Para atingir o objetivo proposto foi realizada uma pesquisa exploratória, abordando o problema de forma quantitativa e qualitativa, por meio de um estudo de caso. Para a pesquisa de Clima foi criado um questionário com vinte e duas perguntas que foram respondidas por 40 funcionários da Secretaria. Como resultado da pesquisa, verificou-se que 67% dos pesquisados gosta da atividade que realiza e 29% frequentemente gostam. Além disso, 93% dos pesquisados afirmam que sentem orgulho de trabalhar na instituição. Como pontos negativos, identificou-se que para 30% dos funcionários a organização raramente disponibiliza todas as condições de trabalho necessárias e que 30% dos pesquisados gostariam de trabalhar em outra área ou setor.

PALAVRAS-CHAVE: Clima Organizacional; Gestão Pessoas; Organização Pública.

INTRODUÇÃO

Em tempos de globalização, onde as informações são produzidas e transmitidas cada vez mais rápido, onde novas tecnologias são lançadas diariamente e onde a instabilidade do mercado mundial gera incerteza às organizações, cada vez mais as empresas tem buscado soluções para reduzir custos e aumentar a competitividade dos seus produtos ou serviços.

As organizações, além de se preocuparem com a inovação, planejamento a curto, médio e longo prazo e com a boa gestão dos negócios, também buscam desenvolver atividades internas a favor do crescimento do seu componente mais importante, isto é, o capital humano. O economista Alfred Marshall (apud FONSECA,1995, p. 69-70) já falava em seu livro Princípios de Economia, publicado em 1890, que “o mais valioso de todos os capitais é aquele investido no ser humano”.

Em busca da valorização das pessoas e do sucesso organizacional, surge a necessidade da organização encontrar formas de melhorar as condições de trabalho e minimizar as insatisfações dos colaboradores com o objetivo de preservá-los na empresa e mantê-los motivados para que realizem um bom trabalho. A gestão de pessoas e a administração eficiente do clima organizacional são áreas de grande relevância e com bastante campo para investigação, assim sendo, uma boa gestão dos recursos humanos poderá influenciar no sucesso das organizações.

Com o objetivo de identificar as insatisfações dos funcionários para corrigi-las, ou pelo menos minimizá-las, e melhorar o ambiente de trabalho, muitas empresas recorrem a aplicação de pesquisas de clima organizacional. Segundo Luz (2003, p.15) “gerenciar o clima organizacional constitui um papel estratégico para a área de recursos humanos, indispensável ao sucesso dos negócios e à qualidade de vida das pessoas que trabalham”.

Em virtude da relevância da identificação do clima organizacional, buscou-se realizar um estudo que pretende identificar os principais problemas da organização e quais os pontos que geram insatisfação nos funcionários. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é realizar uma pesquisa de clima organizacional com os funcionários da sede da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça e assim diagnosticar quais são os pontos fracos da instituição e entregar essa pesquisa com os dados formatados ao gestor do órgão e ao setor de Recursos Humanos para que possam criar medidas para melhorar o clima organizacional, na perspectiva de que essas melhorias reflitam na maior qualidade dos serviços prestados à população.

2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Administração Pública pode ser definida como sendo as atividades realizadas pelo Estado com a finalidade de promover o bem comum e atender às necessidades públicas. Segundo Meirelles (1999, p.59) a Administração Pública é “todo aparelhamento do Estado preordenado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”.

O autor Mello (*apud* DI PIETRO, 2007, p.44) explica que “administrar é gerir os serviços públicos; significa não só prestar serviço, executá-lo, como também, dirigir, governar, exercer a vontade com o objetivo de obter um resultado útil”. São as funções da Administração voltadas ao atendimento das necessidades coletivas.

Pelos conceitos apresentados, percebe-se que administração pública visa à realização de serviços públicos voltados ao interesse da coletividade. Os serviços públicos, por sua vez, são aqueles serviços prestados pela administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades da coletividade ou simples conveniências do Estado (MEIRELLES, 1999).

Para a realização dos serviços o setor público se utiliza de pessoas que ocupam cargos públicos. Esses funcionários realizam todos os tipos de serviços necessários ao pleno funcionamento das instituições públicas, desde atividades administrativas até atendimento ao público e são chamados de agentes públicos. A Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, artigo 2º, define agente público como sendo todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades públicas.

Percebe-se assim, que os agentes públicos são as pessoas que o Estado seleciona, por meios definidos em leis, para realizar as atividades inerentes aos órgãos públicos. Esses agentes são responsáveis pela prestação de serviços à coletividade, e como pessoas que são, sofrem os impactos da cultura da organização e constituem o fator determinante na qualidade do serviço prestado à população.

O serviço público tem sido uma opção de emprego para muitos trabalhadores. Algumas pessoas ficam anos estudando para passar numa prova de concurso público. Os motivos são os mais diversos, tais como: estabilidade, remuneração e benefícios. Entretanto, a prova que seleciona os candidatos leva em consideração apenas os conhecimentos acadêmicos sem dar importância ao perfil profissional de cada pessoa. Não considera, por exemplo, as experiências anteriores, a habilidade para lidar com pessoas ou para gerenciar conflitos.

Devido a esse tipo de contratação, muitas vezes os funcionários têm que realizar atividades que não se enquadram no seu perfil e ficam insatisfeitos. Além disso, as rotinas dos órgãos públicos é muito burocrática, todos os atos são regulados por leis e isso faz com que os funcionários e gestores não tenham autonomia e agilidade para realizar suas atividades.

Outros problemas como falta de materiais, instalações inadequadas, impossibilidade de diferenciação dos salários em razão da efetiva produtividade, falta de pessoal e sobrecarga de trabalho são fatores que podem levar a falta de motivação e comprometimento com a instituição. Com funcionários desmotivados os serviços oferecidos à população ficam prejudicados. Segundo Moller (1993, p.2), “os cidadãos estão insistindo para que o setor público melhore a Qualidade dos seus serviços: o setor público é como qualquer outra ‘empresa’ com clientes pagantes”.

3 CLIMA ORGANIZACIONAL

Existem várias definições de Clima Organizacional na literatura. Segundo Campello e Oliveira (2008, p. 3), “a palavra clima origina-se do grego *klimae* e significa tendência ou inclinação. O clima é algo que não se pode ver ou tocar, mas ele é facilmente percebido dentro de uma organização através do comportamento dos seus colaboradores”.

Segundo Chiavenato (2002, p. 95),

O clima organizacional refere-se ao ambiente interno existente entre os membros da organização e está intimamente relacionado ao grau de motivação de seus participantes. O termo clima organizacional refere-se especificamente às propriedades motivacionais do ambiente organizacional, ou seja, aqueles aspectos da organização que levam a provação de diferentes espécies de motivação nos seus participantes. [...]

Pelo conceito de Chiavenato, percebe-se que o clima organizacional está diretamente ligado com a motivação dos participantes da instituição: quanto mais motivados estiverem, melhor será o clima organizacional.

Além da motivação, Luz (2001, p. 88) afirma que o clima evidencia o grau de satisfação material e emocional das pessoas no trabalho e influencia profundamente a produtividade do indivíduo e, consequentemente, da empresa. O autor explica ainda que o clima organizacional deve ser favorável e proporcionar motivação e interesse nos colaboradores, além de uma boa relação entre os funcionários e a empresa. Deste modo, o clima organizacional é o indicador do nível de satisfação ou de insatisfação dos funcionários de uma empresa em determinado trabalho (BERGAMINI, 1997).

A avaliação do clima organizacional é importante para que a instituição possa melhorar o ambiente interno, pois, por meio de uma pesquisa de clima é possível verificar pontos negativos da empresa e corrigi-los. “A análise, o diagnóstico e as sugestões, proporcionados pela pesquisa, são valiosos instrumentos para o sucesso de programas voltados para a melhoria da qualidade, aumento da produtividade e adoção de políticas internas”. (BISPO, 2006, p. 259).

Na percepção de Coda (1998 apud BEDANI, 2006), o clima organizacional

Diz respeito ao que as pessoas acham que existe e que está acontecendo no ambiente da organização em determinado momento, sendo, portanto, a caracterização da imagem que essas pessoas têm dos principais aspectos ou traços vigentes na organização. Talvez seja esse o maior desafio em relação ao conceito de Clima Organizacional: só pode ser compreendido em termos das percepções das pessoas que fazem parte da organização. Em resumo, Clima Organizacional é uma medida da percepção que os empregados têm sobre o grau de satisfação em relação a determinadas características do ambiente de trabalho da organização onde atuam.

Desta forma, o clima organizacional representa o que os funcionários sentem que está acontecendo na organização naquele momento, identifica o grau de satisfação dos trabalhadores e possibilita também o reconhecimento dos pontos fortes e fracos da instituição. Um bom gerenciamento do clima faz com que a empresa mantenha os funcionários motivados e corrija problemas que estejam causando descontentamento nas equipes de trabalho.

Em relação aos tipos de clima, Luz (2003, p. 46) explica que

O clima pode ser bom, prejudicado ou ruim. Ele é bom quando predominam as atitudes positivas que dão ao ambiente de trabalho uma tônica favorável. Diz-se que o clima é bom quando há alegria, confiança, entusiasmo, engajamento, participação, dedicação, satisfação, motivação, comprometimento na maior parte dos funcionários. O clima de uma empresa é bom quando os funcionários indicam seus conhecidos e parentes para trabalharem nela, quando sentem orgulho em participar dela. O baixo *turnover* e o alto tempo de permanência na empresa são bons indicadores desse tipo de clima.

Ainda segundo Luz (2003, p. 47), o clima é

Prejudicado ou ruim quando algumas variáveis afetam de forma negativa e duradoura o ânimo da maioria dos funcionários, gerando evidências de tensões, discórdias, desuniões, rivalidades, animosidades, conflitos, desinteresses pelo cumprimento das tarefas, resistência manifesta ou passiva às ordens, ruídos nas comunicações, competições exacerbadas, etc.

Tem-se, então, o clima bom, quando os funcionários estão alegres, motivados e tranquilos, o clima desfavorável, quando existem alguns problemas nos relacionamentos das pessoas da organização, e o clima ruim, quando existem muitos problemas, tensões e desunião entre os membros da equipe. De acordo com Luz (2003) tanto o clima prejudicado quanto o clima ruim são desfavoráveis aos objetivos das organizações e das pessoas que nelas trabalham.

Para Chiavenato (1994, p.53) “o clima organizacional é favorável quando proporciona satisfação das necessidades pessoais dos participantes, produzindo elevação do moral interno. É desfavorável quando proporciona frustração daquelas necessidades”.

Nas organizações, é importante manter um clima bom ou favorável, pois já foi constatado que um bom clima organizacional interfere diretamente na produtividade dos funcionários. Além disso, com a pesquisa de clima o gestor é capaz de identificar os problemas e corrigi-los, tendo a possibilidade de transformar um clima prejudicado ou ruim em um bom clima organizacional. A eficiência da organização pode ser aumentada por intermédio da criação de um clima organizacional que satisfaça as necessidades de seus membros e, ao mesmo tempo, canalize esse comportamento motivado na direção dos objetivos organizacionais (SOUZA, 1978).

4 PESQUISA DE CLIMA ORGANIZACIONAL

A pesquisa de clima organizacional é importante para identificar pontos a serem melhorados dentro da organização, pois muitas vezes os funcionários estão insatisfeitos com problemas que podem ser facilmente resolvidos pela empresa e causar um impacto muito positivo para a instituição.

Para o estudo e avaliação do clima organizacional muitos autores criaram métodos baseados em diversos fatores. O pesquisador Rizzati (2002), em um estudo sobre as categorias de análise de clima organizacional em universidades federais brasileiras, descreveu onze modelos de avaliação de clima organizacional segundo diversos autores do tema. Os fatores analisados são os mais diversos, tais como: estrutura, riscos, sistema de recompensas, conflitos, responsabilidades, liderança, reconhecimento.

Bispo (2006) faz uma comparação entre os modelos de pesquisa de Litwin e Stringer, Kolb e Sbragia e explica que esses são os três principais modelos que podem ser aplicados em empresas genericamente e sugere um novo modelo que, segundo o autor, está mais próximo da realidade atual das empresas. Entretanto, o autor deixa claro que o seu modelo pode ser alterado de acordo com a necessidade de cada organização.

Segundo Rizzati (2002), o estudo dos diferentes modelos de avaliação do clima organizacional permite identificar a ligação existente entre o nível individual e o nível institucional, levando-se em conta o que os indivíduos pensam a respeito do lugar onde trabalham e também explica que os modelos são desenvolvidos e ajustados a uma realidade própria de cada tipo de organização estudada, abordando aspectos relacionados com a sua especificidade e a de seu campo de ação.

Além da definição da metodologia a ser aplicada na pesquisa de clima organizacional, faz-se necessário a conscientização dos funcionários sobre o tema para que a pesquisa tenha os seus objetivos alcançados. Segundo Bispo (2006, pg 220), nesse trabalho de conscientização “é necessário frisar a importância da máxima sinceridade nas respostas para que seja possível obter os dados mais fiéis possíveis mostrando claramente como está o nível de relacionamento entre a empresa e os seus funcionários”.

5 METODOLOGIA

A presente pesquisa classifica-se, quanto aos objetivos, como uma pesquisa exploratória. Para Beuren e Raupp (2008, p.81), “explorar um assunto significa reunir mais conhecimentos e incorporar características inéditas, bem como buscar novas dimensões até então não conhecidas”. Sendo assim, a realização deste trabalho tem como finalidade proporcionar maiores informações sobre o tema e explorar um assunto que ainda não havia sido estudado, uma pesquisa de Clima Organizacional do setor administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, realizando para isto uma pesquisa bibliográfica e descritiva.

O trabalho também é considerado como bibliográfico porque possui uma fundamentação teórica baseada em autores consagrados no tema Clima Organizacional. Conforme explica Gil

(1994, p.71), esse tipo de pesquisa “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Quanto à forma de abordagem do problema, a investigação é considerada quantitativa e qualitativa. O autor Richardson (2008, p. 70) explica que o método quantitativo:

Caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

Além de utilizar dados para cálculos de percentuais, a pesquisa também é qualitativa, pois segundo Richardson et al., (1999, p. 90) “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais [...]. Além disso, no método qualitativo o pesquisador é quem coleta e analisa os dados.

Por fim, esta pesquisa também é considerada como um estudo de caso, já que, segundo Yin (2001, p. 32), “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Para atingir os objetivos estabelecidos, dividiu-se o estudo em quatro fases que são relatadas a seguir:

1º fase: Seleção das perguntas a serem colocadas no questionário da Pesquisa de Clima Organizacional, que ficou elaborada com três perguntas para identificação do perfil profissional e outras dezenove perguntas com questões relacionadas à satisfação com o trabalho, reconhecimento, motivação, salário e gratificações, *feedback*, treinamento e capacitações.

2º fase: Aplicação do questionário pesquisa de Clima Organizacional com 40 funcionários da área gerencial da Secretaria de Saúde do Município de Palhoça, que foi realizada no mês de junho de 2016. A pesquisa foi anônima e sigilosa e essas informações foram explicitadas aos respondentes.

3º fase: Organização e apresentação das informações. Nessa etapa do trabalho as informações coletadas foram organizadas de modo a favorecer a sua compreensão, com o uso de recursos visuais como gráficos e quadros.

4º fase: Análise dos dados coletados para diagnosticar os pontos fortes e fracos da organização, além de identificar as principais insatisfações dos funcionários para posteriormente apresentar ao gestor e ao setor de Recursos Humanos, com o objetivo de criar ações capazes de melhorar o clima organizacional da instituição.

6 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça é um órgão público da administração direta vinculado ao Poder Executivo do Município de Palhoça e está localizada no Bairro Pagani, próximo à Prefeitura de Palhoça. As suas atribuições são definidas no artigo 45, da Lei Complementar n. 149/2013, entre elas estão:

- formular e executar a Política Municipal de Saúde, priorizando as ações preventivas;
- desenvolver ações que objetivem o aumento da efetividade na prestação de serviços de saúde à sociedade;
- consolidar temáticas estratégicas no nível central, articulando as políticas nacional e municipal de saúde;
- desempenhar e organizar as atividades médicas, paramédicas, odontológicas e sanitárias no Município;
- promover a educação para a saúde, visando a prevenção e orientação da população;
- exercer a vigilância e epidemiológica;
- cadastramento, pesquisa, controle e distribuição de medicamentos; [...]

Atualmente, a Secretaria de Saúde conta com aproximadamente 1.000 funcionários, sendo a grande maioria composto por servidores de cargos efetivos (ingresso por meio de concurso público), mas possui também funcionários contratados para situações específicas e/ou emergenciais e cargos em comissão, que são cargos de livre nomeação e exoneração, a critério do Chefe do Poder Executivo.

Em toda a extensão do Município estão distribuídas 21 Unidades Básicas de Saúde, um Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), três CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), um Setor de Transporte de Pacientes, um Centro Especializado de Aconselhamento e Prevenção (CEAP), uma base do SAMU, um Laboratório Municipal, uma Farmácia Popular do Brasil, uma Escola de Saúde e uma Policlínica e duas Unidades de Pronto Atendimento.

Segundo a Lei n. 409, de 1995, o Secretário Municipal de Saúde é a pessoa responsável por gerir o Fundo Municipal de Saúde de Palhoça e o cargo de Secretário é uma função de confiança do Prefeito. A Lei Orgânica do Município define as atribuições dos Secretários, dentre elas estão:

- I - subscrever atos e regulamentos referentes aos seus órgãos;
- II - expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos;
- III - apresentar ao Prefeito relatório anual das atividades de sua Secretaria ou Diretoria equivalente;
- IV - comparecer à Câmara Municipal, sempre que convocados pela mesma, para prestarem esclarecimentos oficiais.

Além do Secretário de Saúde, também participam da gestão da Secretaria dois Secretários Adjuntos e oito Superintendências das áreas: Administrativa, Assistência Farmacêutica, Atenção Integral à Saúde, Educação Permanente, Média Complexidade, Recursos Humanos, Regulação, Controle e Avaliação e Superintendência de Vigilância em Saúde.

7 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa de Clima Organizacional na Secretaria de Saúde de Palhoça foi realizada no mês de junho de 2016 e foi entregue a 43 funcionários, entre eles servidores efetivos e funcionários contratados por meio de processo seletivo. O questionário foi entregue aos funcionários dos seguintes setores: Recursos Humanos, Setor de Licitações e Contratos, Setor de Informática, Gabinete do Secretário de Saúde e do Secretário Adjunto de Saúde, Superintendência de Assistência Farmacêutica, Superintendência de Média Complexidade, Superintendência de Atenção Básica e Superintendência de Regulação, Controle e Avaliação.

A Secretaria de Saúde, como já falado anteriormente, possui mais de 1.000 funcionários distribuídos em toda extensão do Município de Palhoça. Entretanto, a pesquisa foi realizada apenas com os funcionários que trabalham na sede da Secretaria, em funções administrativas. Sendo assim, a não aplicação do questionário a todos os funcionários constitui-se em uma limitação da pesquisa e fica como sugestão para trabalhos futuros.

Dos 43 questionários entregues, 40 foram devolvidos para a pesquisadora, perfazendo um total de 93% de respondentes.

No que se refere ao perfil dos trabalhadores da área administrativa da Secretaria, verificou-se que 5% dos pesquisados estão na faixa etária de 18 a 24 anos, 40% estão na faixa de 25 a 30 anos de idade, 28% estão na faixa de 31 a 40 anos e mais 27% possui mais de 40 anos de idade.

Quando perguntados a quanto tempo trabalham na Secretaria, constatou-se que 50% dos pesquisados trabalham na organização de 2 a 5 anos, enquanto 25% trabalham a mais de 10 anos e 18% entre 6 e 10 anos de trabalho no serviço público de saúde. O grande número de funcionários identificados no espaço de tempo de 2 a 5 anos na Secretaria tem ligação com um concurso que foi realizado em 2012 para suprir as necessidades do órgão e houve um grande número de servidores convocados por meio desse concurso. Além disso, constatou-se que há um baixo grau de rotatividade, já que apenas 7% dos funcionários estão na instituição a menos de dois anos.

O fato de existir estabilidade nos órgãos públicos gera tranquilidade aos colaboradores. Entretanto, quando um funcionário está na empresa a muito tempo, desempenhando a mesma atividade, ele pode ser resistente a mudanças propostas. Segundo Quintella (1998, p. 30), a

“resistência à mudança é uma reação natural e inevitável de qualquer pessoa numa organização em relação à quebra de suas expectativas e à sensação de perda e de controle”.

Quanto à escolaridade dos funcionários, conforme representado no gráfico 2, verificou-se que 20% dos funcionários estão cursando o ensino superior, 25% já são possuem o nível superior e outros 25% já são pós graduados.

A maioria dos funcionários pesquisados é formada no nível superior ou estão com essa formação em andamento, o que demonstra que os trabalhadores estão buscando se capacitar cada vez mais.

Após a análise do perfil dos funcionários, serão apresentadas as respostas da pesquisa voltada ao Clima Organizacional, iniciando pela variável motivação. A motivação é um fator importante porque com funcionários motivados a produtividade e o comprometimento deles aumentam, os colaboradores trabalham mais felizes e isso reflete nos serviços prestados à população.

Conforme pesquisa 32% dos funcionários pesquisados afirmam que estão sempre motivados, 60% estão frequentemente motivados e 8% dizem que são raros os momentos que estão motivados na realização das suas atividades.

A motivação está relacionada a diversos fatores, um deles é se o funcionário gosta do trabalho que realiza. Isso reflete a idéia de Silva e Rodrigues (2007, p.9) que identificam que a motivação é um fenômeno que depende de numerosos fatores para existir dentre eles, a tarefa que o indivíduo executa, as características individuais e, por último, os resultados que este trabalho pode oferecer. Os autores explicam que a motivação é uma força que se encontra no interior de cada pessoa, estando geralmente ligada a um desejo. Dessa forma, suas fontes de energia estão dentro de cada ser humano.

Quando perguntados se gostam do trabalho que realizam, 68% dos trabalhadores responderam que sempre gostam, 28% disseram que sentem gosto pelo trabalho com frequência, enquanto 4% disseram que raramente gostam da atividade que desenvolvem e nenhum funcionário relatou que nunca gosta do que faz.

Outras perguntas realizadas na pesquisa foram:

- Os seus chefes são respectivos às sugestões de mudança?
- Os assuntos mais importantes são debatidos em equipe?
- A empresa disponibiliza todas as condições para que você realize as suas atividades?
- As orientações que você recebe sobre o seu trabalho são claras e objetivas?

Verifica-se que a instituição em questão nem sempre disponibiliza todas as condições para que os funcionários realizem o seu trabalho, pois 60% dos pesquisados informaram que as

condições ideais são disponibilizadas frequentemente e outros 30% responderam que raramente a empresa fornece todas as condições de trabalho necessárias.

Outro dado que chama a atenção é o fato de que somente com 20% dos funcionários os assuntos mais importantes são debatidos em equipe. Além disso, 38% informaram que raramente os assuntos mais importantes são debatidos em equipe. Esse fato mostra que muitas decisões são tomadas sem que ocorra a interação da equipe com o coordenador, o que representa um ponto fraco.

No mesmo sentido, 30% da amostra pesquisada informaram que os chefes sempre são receptivos à mudança, enquanto 25% raramente aceitam as sugestões e 5% nunca aceitam as sugestões. Sendo assim, tem-se 30% de chefias participativas, que conversam com suas equipes e mudam os procedimentos de acordo com o que toda a equipe decide e outros 30% que não aceitam sugestões e continuam a fazer o trabalho da maneira que acreditam ser a melhor, sem levar em consideração as opiniões do grupo.

Quando perguntado se os funcionários participam de treinamentos e capacitações, 10% responderam que sempre participam, 33% frequentemente, 35% raramente e 22% responderam que nunca participam de treinamentos fornecidos pela Secretaria. Tem-se um ponto interessante já que no início da apresentação dos dados foi constatado que a maioria dos funcionários é formado em nível superior ou está estudando para se formar e agora apenas 33% fazem treinamentos ou capacitações com frequência.

A questão do treinamento e capacitação representa um ponto fraco para o órgão, visto que 22% dos pesquisados nunca fizeram um treinamento ou capacitação. Esse resultado indica que não existe na instituição uma preocupação em treinar ou capacitar o funcionário para assumir a função dele e isso prejudica a prestação dos serviços, pois como foi falado no início do trabalho o perfil profissional já não é levado em consideração para assumir o cargo e agora foi identificado que muitos não recebem uma orientação no setor em que irão desenvolver as suas atividades.

Outra série de perguntas foram realizadas aos funcionários com opções de resposta Sim / Não. As perguntas foram:

- Você acredita que os benefícios da empresa são bons?
- Você sente que o seu trabalho é reconhecido?
- As condições do seu local de trabalho melhoraram desde que você entrou na empresa?
- Você recebe *feedback* da chefia sobre seu trabalho?
- Você gostaria de trabalhar em outro setor / em outra área?
- Você sente orgulho de dizer onde trabalha?
- Os treinamentos e capacitações são fornecidos/pagos pela empresa?

Algumas observações importantes podem ser identificadas, por exemplo, 63% dos funcionários recebem *feedback* quanto ao seu trabalho; 93% dos entrevistados sente orgulho de trabalhar na Secretaria de Saúde e 73% informaram que as condições de trabalho melhoraram desde que eles começaram a trabalhar na instituição. Todos esses fatores podem ser considerados pontos fortes da organização, já que representam fatores positivos que contribuem para que se mantenha um bom clima organizacional.

Também foi perguntado aos funcionários como eles se veem daqui a dois anos, de acordo com as respostas apresentadas à pergunta, conclui-se que 63% dos entrevistados estão muito satisfeitos com o seu trabalho e não pretendem mudar de função. Esse índice é parecido aos de funcionários que gostam do trabalho que realizam que está com 67%. Já 29% dos trabalhadores gostariam de continuar trabalhando na Secretaria, porém em outra função, outra atividade.

Esse índice também está relacionado à questão apresentada anteriormente se o funcionário tem interesse de trabalhar em outra área ou setor, onde 30% responderam que sim. Um dado que causa preocupação é que 8% não se veem nem na mesma empresa, nem na mesma função, o que demonstra uma insatisfação quanto aos dois aspectos.

Por fim, questionou-se sobre os fatores que mais geram insatisfação no trabalho, podendo o funcionário escolher mais de um item. Como respostas, 45% dos pesquisados colocou que o principal fator que gera insatisfação é o salário. Esse é um dado muito relevante, pois se sabe que o contentamento financeiro tem muita influência na motivação dos indivíduos. Segundo Luz (1995) a variável salário representa o “nervo” mais sensível do empregado. Ele possibilita não apenas a satisfação das necessidades fisiológicas e de segurança, mas também, das necessidades sociais, de estima e autorrealização.

Em segundo lugar de insatisfação, com 23% das opiniões, ficou a falta de reconhecimento. Tem-se aqui, os principais pontos fracos da organização, segundo seus colaboradores.

De acordo com 9% dos funcionários, o principal fator de insatisfação é a sobrecarga de trabalho e com 6% tem-se a falta de autonomia e as instalações inadequadas para a realização das atividades que realizam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão de pessoas dentro das organizações tem se tornado uma estratégia muito utilizada para reter talentos e aumentar a produtividade dos funcionários, mas para isso as empresas precisam de pessoas que estejam satisfeitas, motivadas e que trabalhem em um clima organizacional favorável. Para identificar como está o clima da organização realiza-se uma pesquisa de clima e por meio dos seus resultados são identificados os pontos fortes e os pontos em que a empresa não está

agradando aos seus colaboradores. O intuito dessa pesquisa é identificar os pontos fortes e fracos, mantendo os primeiros e criando ações para melhorar os pontos fracos.

Tendo como base a pesquisa que foi aplicada, foi possível identificar como pontos fortes o fato de que 93% dos funcionários sentem orgulho de trabalhar na Secretaria de Saúde. Esse número elevado demonstra que a empresa possui uma boa imagem institucional e que os funcionários se identificam com ela. Além disso, 63% dos pesquisados relatou que recebe *feedback* da chefia, o que representa um bom índice, visto que em órgãos públicos esse retorno ao funcionário nem sempre é praticado.

Por meio da pesquisa de clima, de maneira geral, percebeu-se que os funcionários gostam de trabalhar na Secretaria, embora quase a metade mostrou-se insatisfeita com o salário e muitos dizem que não se sentem reconhecidos pelo trabalho que realizam.

Como pontos fracos da instituição, verificou-se que existem problemas nas equipes de trabalho, já que muitas vezes as decisões não são discutidas em equipe e muitos chefes não são respectivos às sugestões de mudança. Isso demonstra que existem muitos líderes autocráticos, o que não é bom para a instituição, já que não traz crescimento a todos os membros da equipe e muitas sugestões que poderiam acarretar em melhorias no processo de trabalho não são colocadas em prática porque os coordenadores não aceitam sugestões.

Outro ponto falho da instituição que deve ser verificado com mais cautela é o fato de que para 30% dos funcionários pesquisados a organização raramente disponibiliza todas as condições que ele necessita para a realização do seu trabalho. Esse índice é alto, gera insatisfação e faz com que a empresa não tenha como cobrar um serviço bem executado, já que não proporciona ao servidor as condições para realizá-lo. Esse índice pode estar relacionado com a burocracia, pois todas as compras devem estar previstas no orçamento e devem passar por licitações, ou ainda, com a crise financeira que reduziu drasticamente o orçamento dos órgãos públicos. Entretanto, um estudo mais detalhado, identificando o que está faltando para a realização do trabalho em cada setor, poderia resolver grande parte das necessidades dos funcionários.

Além disso, constatou-se também um grande número de colaboradores, cerca de 30% dos pesquisados, que gostaria de trabalhar em outra área, ou em outro setor. Isso demonstra falta de remanejamento dos talentos e, por vezes, insatisfação. Se esse funcionário fosse transferido para um trabalho onde ele realmente se sinta satisfeito ele teria um aumento da sua motivação e a organização usufruiria de todos os benefícios que um funcionário motivado pode gerar.

Desta forma, o objetivo deste trabalho, “realizar uma pesquisa de Clima Organizacional com os funcionários do setor administrativo da Secretaria de Saúde e assim diagnosticar quais são os pontos fortes e fracos da organização”, foi alcançado, visto que a pesquisa de Clima Organizacional

foi realizada e pontos fortes e fracos foram relatados e os principais problemas foram relatados nas considerações finais.

INVESTIGACIÓN DE CLIMA ORGANIZACIONAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SALUD DE PALHOÇA

RESUMEN: Las organizaciones, además de preocuparse con innovación, planificación a corto, medio y largo plazo e con la buena gestión de los negocios, también están buscando desarrollar actividades a favor del crecimiento de su componente más importante, es decir, el capital humano. Debido a esa preocupación, la encuesta del Clima Organizacional se ha mostrado como una herramienta importante para identificar las insatisfacciones de los trabajadores y, por medio de ella, implementar acciones capaces de mejorar el ambiente de trabajo. Este estudio tiene por objetivo realizar una encuesta del Clima Organizacional con los funcionarios de la área administrativa de la Secretaría de Salud de Palhoça para diagnosticar cuales son los puntos fuertes y débiles de la institución. Para alcanzar el objetivo propuesto fue realizada una pesquisa exploratoria, abordando el problema de forma cuantitativa y cualitativa, por medio del estudio de un caso. Para la encuesta del Clima fue creado un cuestionario con veintidós preguntas que fueron respondidas por cuarenta funcionarios de la Secretaría. Como resultado de la encuesta, se verificó que a 67% de los encuestados les gusta la actividad que realizan y a 29% frecuentemente les gusta. Además, 93% de los encuestados afirman que se sienten orgullosos de trabajar en la institución. Como puntos negativos, se identificaron que para 30% de los funcionarios, la organización raramente disponibiliza todas las condiciones de trabajo necesarias y que a 30% de los encuestados les gustaría trabajar en otra área o sector.

Palavras-clave: Clima Organizacional; Gestión de Personas; Organización Pública.

REFERÊNCIAS

- BEDANI, M. **Clima organizacional:** investigação e diagnóstico: estudo de caso em agência de viagens e turismo. 2006. Disponível em:< <http://psicolatina.org/Siete/clima.html>>. Acesso em: 16 jun. 2016.
- BERGAMINI, C. W; CODA, R. **Psicodinâmica da Vida Organizacional:** Motivação e Liderança. São Paulo: Atlas, 1997.
- BERGAMINI, C. W. **Motivação nas organizações.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- BEUREN, I. M.; RAUPP, F. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 46-75.
- BISPO, C. A. F. **Um novo modelo de pesquisa de clima organizacional.** São Paulo: EESC-USP, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/prod/v16n2/06.pdf>. Acesso em: 02 julho 2016.
- BRASIL. Lei nº. 8.429**, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na

administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm>. Acesso em: 05 jun. 2016.

CAMPELLO, M. L. C.; OLIVEIRA, J. S. G. **Clima organizacional no desempenho das empresas.** Bauru, 2008. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/345_seget.08-Clima%20e%20cultura%20organizacional%20no%20desempenho%20das%20empresas.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2016.

CHIAVENATO, I. **Gerenciando Pessoas.** 3 ed. São Paulo: Makron books, 1994.

_____. **Recursos Humanos.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo.** 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FONSECA, E. G. As partes & o todo. São Paulo: Siciliano, 1995.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LUZ, J. P. **Metodologia para análise de clima organizacional:** um estudo de caso para o Banco do Estado de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção – UFSC, Florianópolis, 2001.

LUZ, R. S. **Clima Organizacional.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.

_____. **Gestão do Clima Organizacional:** Proposta de critérios para metodologia de diagnóstico, mensuração e melhoria. Estudo de Caso em organizações nacionais e multinacionais localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão) – Programa de Pós Graduação em Sistemas de Gestão – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003. Disponível em: <http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde_arquivos/14/TDE-2007-06-01T102808Z-822/Publico/Dissertacao%20Ricardo%20Luz.pdf>. Acesso em: 02 agosto 2016.

MEIRELLES, H. L.. **Direito administrativo brasileiro.** 24. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

MOLLER, C. **O lado humano da qualidade:** maximizando a qualidade dos produtos e serviços através do desenvolvimento das pessoas. São Paulo: Pioneira, 1993.

QUINTELLA, H. M. Gestão da mudança. Rio de Janeiro: Suma Econômica, 1998.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. H. M. **Pesquisa Social:** Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, W. R.; RODRIGUES, C. M. C. Motivação nas Organizações. São Paulo: Altas, 2007.

SOUZA, E. L. P. **Clima e cultura organizacionais:** como se manifestam e como se manejam. São Paulo: Edgard Blucher, 1978.

YIN, R. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

PSICOMOTRICIDADE E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

Simone Viana de Medeiros⁶
Simone.viana27@gmail.com
Professor Horácio Dutra Mello²

RESUMO: Este artigo tem por objetivo de entender como a psicomotricidade aliados com jogos, brincadeira no contexto escolar pode favorecer a o desenvolvimento integral da criança. Para atender o objetivo foi utilizada a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica a psicomotricidade; o ensino e a psicomotricidade, jogos, brinquedos e brincadeiras e a formação integral da criança. A literatura apontou que Psicomotricidade está relacionado ao ser humano em sua totalidade, o que se movimenta por um contexto próprio, que é onde nasce, vive e interage com o meio interno e externo. Ações devem mediados no contexto escolar para o desenvolvimento da psicomotricidade que estimulem a criança e a coloquem frente a frente com situações que possibilitem descobrir de forma prazerosa forma de aprender e se desenvolver. Os jogos, brinquedos e brincadeiras como atividade lúdica utilizada na aprendizagem, especialmente na pré-escola, como recurso didático-pedagógico que desenvolve a socialização e influênciam os aspectos sócio-afetivos. Assim, associando-se ao tema psicomotricidade dentro do contexto educacional, e especialmente em relação a educação infantil, tem a indicação também de desenvolver a criança integralmente de forma lúdica e prazerosa.

Palavras-chave: Psicomotricidade, desenvolvimento integral da criança, jogos e brincadeiras.

1 INTRODUÇÃO

O movimento é a primeira manifestação do ser humano. Já no útero materno a criança se movimenta. Assim, o movimento exerce uma grande influência no comportamento da criança de modo que um corpo em movimento se relaciona, estabelece canais de comunicação e descobre o mundo afetivo, cognitivo e motor. As experiências psicomotoras, sociais e intelectuais determinam nossos pensamentos e comportamentos, elas podem ser positivas ou negativas com relação ao próprio corpo e a sociedade. Dos Santos e Costa (2015), dizem que o ser humano é um complexo de emoções e ações propiciadas por meio do contato corporal, nas atividades psicomotoras que

⁶Simone Viana de Medeiros. Acadêmica do Curso de Pós Graduação em Psicopedagogia Institucional.
E-mail: simone.viana27@gmail.com

² Horácio Dutra Mello. Professor e Mestre da Faculdade Municipal de Palhoça.

também favorece o desenvolvimento afetivo entre as pessoas, o contato físico, as emoções e as ações.

Considerando que “o desenvolvimento psicomotor se processa de acordo com a maturação do sistema nervoso central” na educação deve ser considerado na forma com que a criança se expressa ao responder “aos estímulos oferecidos pelo ato de brincar, manipular a situação será uma maneira eficiente da criança ordenar os pensamentos e elaborar atos motores adequados a requisição” (VELASCO, 1996, p.27) e tendo a psicomotricidade o objetivo de desenvolver as possibilidades motoras e criativas do ser humano em sua globalidade, partindo do seu corpo, levando a centralizar sua atividade e a procura do movimento e do ato, no contexto escolar a psicomotricidade tem que ser considerada como parte integrante da criança e consequentemente da educação. Assim, este artigo tem por objetivo entender como a psicomotricidade aliados com jogos, brincadeira no contexto escolar pode favorecer o desenvolvimento integral da criança. Este objetivo foi desmembrado em objetivos específicos, quais sejam: 1) entender a psicomotricidade e a sua relação com o desenvolvimento infantil; 2) qual a importância de ensinar a criança os aspectos relativos a psicomotricidade; 3) e como se dá a formação integral da criança, utilizando-se jogos, brinquedos e brincadeiras para desenvolver a psicomotricidade.

Para atingir este objetivo, será utilizado como procedimento, a pesquisa bibliográfica, que segundo Fonseca (2002, p. 32) “é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto”. Com abordagem qualitativa, que para Minayo (2001, p. 14), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”

Este trabalho foi estrutura em três capítulos: o primeiro da introdução que apresenta o tema traça os objetivos e define a metodologia do estudo. O segundo capítulo desmembrados em três subitens: entendendo a psicomotricidade; o ensino e a psicomotricidade, jogos, brinquedos e brincadeiras e a formação integral da criança, apresenta as contribuições da literatura que permitem responder aos objetivos específicos do estudo possibilitando o aprofundamento sobre o tema; e o terceiro capítulo será apresentando as considerações onde será sintetizado as reflexões da autora sobre o tema. E por fim, as referências que foram as fontes bibliográficas do estudo.

2 PSICOMOTRICIDADE E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

Neste capítulo busca-se subsídios teóricos para responder ao objetivo proposto para este estudo. Os fundamentos teóricos serão subdivididos em: entendendo a psicomotricidade; o ensino e a psicomotricidade, jogos, brinquedos e brincadeiras e a formação integral da criança.

2.1 ENTENDENDO A PSICOMOTRICIDADE

O termo psicomotricidade surge no século XIX, a partir de estudo de um médico neurologista para nomear as zonas do córtex cerebral situada além das regiões motoras (DOS SANTOS; COSTA, 2015). Ao longo de sua história, foi se desenvolvendo e se articulando com outros saberes, e vai ganhando novos de conceitos e definições a partir de estudos que vão sendo realizados sobre o tema.

Coste (1989, p. 9), vê psicomotricidade como uma ciência em que várias técnicas de conhecimento e da ciência se cruzam sob múltiplos pontos de vista. Diz o autor que é “a terapia psicomotora dispõe-se a desenvolver as faculdades expressivas de um indivíduo. Implica uma concepção radicalmente nova do corpo e obriga a pensar as estruturas psicossomáticas em novos termos: o lugar do corpo no imaginário, no conjunto de símbolos corporais (linguagem do corpo)”.

Vendo sob o ponto de vista de Coste (1989) a psicomotricidade é uma forma de olhar o ser humano sob os mais diversos aspectos, e que se interligam na pessoa. Desta forma é preciso olhar o ser humano como um todo.

Segundo Araújo (1993, p. 30),

[...] a psicomotricidade se define como uma ciência que estuda a conduta motora como expressão de amadurecimento e desenvolvimento da totalidade psico-física do homem [...] e tem como um dos objetivos principais fazer com que o indivíduo descubra seu próprio corpo em relação com seu mundo interno e externo, e sua capacidade de movimento-ação.

Oliveira (2000, p. 96) complementa a colocação de Araújo dizendo “psicomotricidade é a ciência que tem como objeto de estudo o homem através do seu corpo em movimento e em relação ao seu mundo interno e externo, bem como suas possibilidades de perceber, atuar, agir com o outro, com os objetos e consigo mesmo”. E que esta capacidade está “relacionada ao processo de maturação em que o corpo é a origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas e é movimentada por três aspectos básicos: o movimento, o intelecto e o afeto”.

Para Galvão (1995, p. 10) a psicomotricidade pode ser vista como a ciência que estabelece a relação do homem com o meio interno e externo:

Psicomotricidade é a ciência que tem como objeto de estudo o homem através do seu corpo em movimento e em relação ao seu mundo interno e externo. Está relacionada ao processo de maturação, onde o corpo é a origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas. É sustentada por três conhecimentos básicos: o movimento, o intelecto e o cognitivo.

Fonseca (2008, p. 36) define a Psicomotricidade como a ciência cujo “objeto de estudo é a globalidade do ser humano, no plano teórico e prático, ela combate a dicotomia do soma e do psíquico, ensaiando pelo contrário a sua fusão e unificação complexa e dialética”. Para este autor a Psicomotricidade estuda e investiga as relações e as influências, recíprocas e sistêmicas, entre o psiquismo e a motricidade. Neste sentido, o psiquismo engloba “as sensações, as emoções, os afetos, os fantasmas, os medos, as projeções, as aspirações, as representações, as simbolizações, as contextualizações, as ideias, as construções mentais, etc, assim como a complexidade dos processos relacionais e sociais” (FONSECA, 2008, p. 28).

A Psicomotricidade, como toda a ciência tem um objetivo de estudo próprio e assim retira sua unidade e especificação, isso quer dizer que o corpo e a sua expressão dinâmica são fundamentadas, de acordo com Kyrillos e Sanches (2004, p. 167), em três conhecimentos básicos:

O movimento, que segundo os conhecimentos atuais ultrapassa o ato mecânico e o próprio indivíduo, sendo à base das posturas e posicionamentos diante da vida; o intelectivo, que encerra a gênese e todas as qualidades da inteligência do pensamento humano, seu desenvolvimento depende do movimento para estabelecer, desenvolver e operar; o afeto, que é a própria pulsão interna do indivíduo, que matiza a motivação e envolve todas as relações do sujeito com os outros, com o meio e consigo mesmo.

Piaget (1998) estudando o desenvolvimento sensório-motor postula que a criança representa e conquista através da percepção e dos movimentos, todo o universo prático que a cerca. Ele criou condições próprias para uma compreensão mais precisa e real do corpo e suas funções.

Bruneli e Menezes (2012, p. 1) dizem que “a criança atua no mundo por meio de seus movimentos e para isto dispõe de suas capacidades afetivas, intelectuais e motoras”, e que os elementos construídos diariamente através das estimulações que lhe são impostas. Nesse contexto “o movimento vai se tornando coordenado e complexo resultando em fonte de aprendizagem, propiciando a aquisição de experiências que levará a criança a desenvolver os aspectos de planejamento, organização, reflexão e vivência”. Estes elementos são essenciais para que a criança amadureça no processo educativo e bem como no desenvolvimento de habilidades corporais e afetivas.

Gonçalves (2011), também aponta que a psicomotricidade tem o objetivo de enxergar o ser humano em sua totalidade, nunca separando o corpo (sinestésico), o sujeito (relacional) e a afetividade. Sendo assim, ela busca, por meio da ação motora, estabelecer o equilíbrio desse ser, dando lhe possibilidades de encontrar seu espaço e de se identificar com o meio do qual faz parte.

Já o intelecto, estudado por Wallon (1968), aponta a relação entre os domínios afetivos e cognitivos, que fazem parte da teoria do desenvolvimento da personalidade. O desenvolvimento da personalidade oscila entre movimentos ora afetivos, ora cognitivos, que são interdependentes; em outras palavras, à medida que a afetividade se desenvolve, interfere na inteligência e vice-versa. Dentro do princípio dialético, Wallon identifica a relação entre a inteligência e uma das manifestações da afetividade – a emoção. A relação que elas mantêm é de caráter dialético, pois, se, por um lado, não existe nada no pensamento que não tenha surgido das primeiras sensibilidades, por outro lado, a luz da razão dá às sensibilidades um novo conteúdo.

A psicomotricidade segundo Ferronatto (2006), está centrada em três elementos básicos:

- **Esquema corporal:** que é quando a criança passa a perceber seu próprio e as funções que cada parte de seu corpo representa (por exemplo: mãos, pés) e começa a estabelecer as relações entre seu corpo e as atividades que desenvolve utilizando-se do corpo.
- **Imagem Corporal:** é como a criança vê seu corpo (se é alto ou baixo, gordo ou magro) estas imagens ela faz através de desenhos ou mesmo de verbalizações sobre seu corpo.
- **Conceito Corporal:** se desenvolve após a imagem corporal e é quando a criança passa a atribuir funções para as partes de corpo.

O esquema corporal é também conceituada por Vayer (1984, apud FRÓIS; MOREIRA, 2010, p. 239), como “todas as experiências da criança (o prazer e a dor, o sucesso ou o fracasso) são sempre vividas corporalmente. Se acrescentarmos valores sociais que o meio dá ao corpo e a certas partes, esse corpo termina por ser investido de significações, de sentido e de valores muito particulares e absolutamente pessoais”

A imagem corporal são formadas a partir das concepções adquiridas durante o processo de amadurecimento, biológico e psico-afetivo. Segundo Le Boulch (1982, p. 17), “a imagem do corpo representa uma forma de equilíbrio entre as funções psicomotoras e a sua maturidade”. Já Cabral (2001) diz que imagem do corpo é formada pelo conjunto de fantasias, vivências, afetos e imagens introjetadas que cercam os seres humanos no seu contato com o mundo. A essa imagem que o indivíduo vai construindo sobre si aliam-se os conhecimentos e vivências acerca das sensações corporais, permitindo uma integração entre as partes do corpo.

Dolto (1984, p. 14) afirma que “a imagem do corpo é a síntese viva de nossas experiências emocionais, e pode ser considerada como a encarnação simbólica inconsciente do sujeito desejante”. Desse modo, pode-se perceber que as relações que a criança constrói no mundo serão fundamentais na estruturação do seu corpo: é a partir da imagem corporal que se pode entrar em contato com o mundo e se relacionar com ele. Cabe aqui considerar o que Fonseca (2004, p. 19) de que “o indivíduo não é feito de uma só vez, mas se constrói, através da interação com o meio e de suas próprias realizações”.

São também considerados elementos da psicomotricidade: a estimulação psicomotora, a lateralidade, equilíbrio:

- A estimulação motora é quando a criança é posta em contato com o objeto, com o meio e com ela mesma, criando uma comunicação corporal cheia de significados, enquanto que uma atividade motora que é ação em si. Na educação é importante a estimulação motora através de ações lúdicas como brincadeiras e jogos para facilitar a criança o desenvolvimento motor, ou mesmo com a intenção de aprendizagem. A estimulação permite “executar o movimento anteriormente conhecido, a criança se vê desorganizada e todo um sistema cerebral é ativado, buscando na cognição, na emoção e no aparato motor uma forma de perceber, decodificar, planificar e executar o novo movimento” (GONÇALVES, 2011, p. 30).
- Equilíbrio é quando a criança começa a se movimentar, e a partir desse momento passa a explorar os objetos e a interagir com tudo ao seu redor, propiciando a sua verticalidade, ou seja a criança aprende a ficar de pé, “assim que o deslocamento e a flutuação do centro de gravidade se observam, exatamente para provocar mudanças posturais corretivas, desencadeadas pela ação dos receptores labirínticos, visuais e soma estésicos” (FONSECA, 2004, p. 67).
- Lateralidade é quando a criança passa a perceber seu corpo a partir dos órgãos pares, como pés, mãos, olhos e ouvidos e por meio de gestos do dia a dia e ter as noções espaciais básicas, como as de em cima – embaixo, por cima–por baixo, frente–trás, dentro–fora, antes–depois, esquerda–direita etc., “que são noções relativas, estão estruturalmente dependentes da noção de lateralidade, do binômio corpo–cérebro, dos nossos membros, dos nossos sentidos e dos nossos hemisférios, binômio psicomotor entendido como centro auto geométrico de orientação” (FONSECA, 2008, p. 242).

Apontado os conceitos de psicomotricidade pode-se entender de que psico = intelecto (inteligência e o afetivo); motricidade = movimento, então psicomotricidade estuda os movimentos corporais e intelecto que corresponde a aprendizagem. Neste sentido Hammile Kuntzen(1999, p. 25) diz que movimento é qualquer “deslocamento ou mudança de posição ou postura envolvendo perda energética, controle e produção de força”, portanto a habilidade que uma criança possui de cumprir as demandas da tarefa por meio de uma interação com o ambiente, determina a sua capacidade do controle motor bem como aprendizagem motora, ou seja, aquisição e desenvolvimento das habilidades funcionais. Sendo a coordenação motora fina responsável pelos movimentos que o corpo realiza num determinado espaço e tempo.

Sintetizando os conceitos pode-se dizer que a psicomotricidade “é a relação entre pensamento e a ação, e envolve, também, as emoções”. E procura dinamizar na criança o seu

desenvolvimento funcional, ajudar na afetividade e favorecer o processo de aprendizagem. Sendo “Os movimentos expressam o que se sente, os pensamentos e atitudes que muitas vezes estão arquivadas no inconsciente. O desenvolvimento envolve aprendizagem de vários tipos, expandindo e aprofundando a experiência individual” (DOS SANTOS; COSTA, 2015, p. 7).

2.2 O ENSINO E APSICOMOTRICIDADE

A criança atua no mundo por meio do movimento e por meio deste movimento que a criança desenvolve habilidades psicomotoras. Para isso é preciso que as atividades oferecidas favoreçam o desenvolvimento da Psicomotricidade, para ao utilizar seu corpo a criança possa explorar, criar, brincar, imaginar, sentir e aprender. “Num ambiente altamente favorável, o nosso menino ou menina pode encontrar possibilidade de retirar o máximo proveito de suas potencialidades inatas. Num ambiente diferente e hostil, apenas algumas dessas potencialidades básicas poderão exprimir-se” (GESELL, 2003, p. 42).

Neste sentido Dohme (2005), diz que o jogo além de ser uma atividade prazerosa transmite conteúdos na qual podem colaborar na formação do indivíduo de forma ampla, proporcionando o desenvolvimento em outros aspectos, como físico, intelectual, social, afetivo, ético, artístico. Este desenvolvimento pode ser obtido através de situações comuns decorrentes da aplicação de jogos como o exercício da vivência em equipe, da criatividade, imaginação, oportunidades de autoconhecimento, de descobertas de potencialidade, formação da auto-estima e exercícios de relacionamento social. Neste sentido cabe destacar o que diz Negrine (2003, p. 15), que a

A educação psicomotora é uma técnica, que através de exercícios e jogos adequados a cada faixa etária leva a criança ao desenvolvimento global de ser. Devendo estimular, de tal forma, toda uma atitude relacionada ao corpo, respeitando as diferenças individuais (o ser é único, diferenciado e especial) e levando a autonomia do indivíduo como lugar de percepção, expressão e criação em todo seu potencial.

A educação psicomotora no ensino, segundo Beckert e Trenhago (2016, p. 3) tem três objetivos principais: “enfatizar a aquisição de certo número de conhecimentos e de habilidades, através de uma transmissão cultural; manter e desenvolver as possibilidades de descoberta, criação e imaginação da criança; trabalhar no modo de aquisição, desenvolvendo as possibilidades funcionais da criança tanto no plano físico como no intelectual”. Estes objetivos apontados pelos autores, são essenciais na busca do desenvolvimento psicoafetivo, funcional metódico, e aquisições instrumentais e de conhecimentos. Onde no primeiro são trabalhados os jogos e expressões motoras espontâneas, e atividades artísticas, no segundo, a educação psicomotora metódica utiliza atividades

despertadoras; e no último é trabalhado a escrita, leitura, cálculo e matemática, habilidades motoras utilizadas nos esportes e o conjunto dos conhecimentos escolares.

Le Boulch destaca a importância da psicomotricidade ser trabalhada na escola nas séries iniciais:

A educação psicomotora deve ser enfatizada e iniciada na escola primária. Ela condiciona todos os aprendizados pré escolares e escolares; leva a criança a tomar consciência de seu corpo, da lateralidade, a situar-se no espaço, a dominar o tempo, a adquirir habilmente a coordenação de seus gestos e movimentos, ao mesmo tempo em que desenvolve a inteligência. Deve ser praticada desde a mais tenra idade, conduzida com perseverança, permite prevenir inadaptações, difíceis de corrigir quando já estruturadas. (LE BOULCH, 1982, p. 24).

Se o movimento é a primeira manifestação na vida do ser humano, pois desde a vida intra-uterina realiza se movimentos com o corpo, no qual vão se estruturando e exercendo enormes influências no comportamento. Sendo assim, considera-se que a psicomotricidade é um instrumento riquíssimo que auxilia a promover preventivos de intervenção, proporcionando resultados satisfatórios em situações de dificuldades no processo de ensino-aprendizagem.

É pela psicomotricidade e pela visão que a criança descobre o mundo dos objetos, e é manipulando-os que ela redescobre o mundo: porém esta descoberta a partir dos objetos só será verdadeiramente frutífera quando a criança for capaz de segurar e de largar, quando ela tiver adquirido a noção de distância entre ela e o objeto que ela manipula, quando o objeto não fizer mais parte de sua simples atividade corporal indiferenciada (OLIVEIRA, 2000, p.34).

Em publicação da Escola Internacional de Goiânia (2013, p. 1), refere que na educação infantil, a prioridade é:

Ajudar a criança a ter uma percepção adequada de si mesma, compreendendo suas possibilidades e limitações reais, para que adquira novas competências motoras. A criança busca experiências em seu próprio corpo, formando conceitos e organizando o esquema corporal. A abordagem da Psicomotricidade irá permitir a compreensão da forma como a criança toma consciência do seu corpo e das possibilidades de se expressar por meio desse corpo, localizando-se no tempo e no espaço. É necessário que toda criança passe por todas as etapas em seu desenvolvimento. Com a maturação e o desenvolvimento neurológico da criança, todas as informações resultantes de suas experiências ficam registradas no cérebro e se tornam gradativamente especializadas.

Ainda de se considerar, o que diz Costa (2011, p. 27) de que a:

A educação psicomotora deve ser considerada como uma educação de base na pré-escola. Ela condiciona todos os aprendizados pré-escolares; leva a criança a tomar consciência de seu corpo, da lateralidade, a situação no espaço, a dominar seu tempo, a adquirir habilidades de coordenação de seus gestos e movimentos.

Segundo Negrine (2003, p. 20) um dos argumentos que justificam “a educação psicomotora na educação básica durante a fase pré-escolar é a evidência sobre seu papel na prevenção das dificuldades de aprendizagem”. Remete este autor, da necessidade de se olhar a criança na fase de desenvolvimento de forma integral e global, pois negar isso é o mesmo de condenar a criança a dificuldades futuras. Pois, é durante esse período que a personalidade de cada indivíduo vai sendo moldada.

Compreende-se desta forma, que a aprendizagem e o desenvolvimento, tem que caminhar juntas pois, se inter-relacionam em todo o percurso de formação e desenvolvimento da criança, que ao interagir com o meio físico e social, passa a se desenvolver de forma mais abrangente e de maneira eficaz. Isto significa que a partir do envolvimento com o meio social são desencadeados processos internos de desenvolvimento que permitirão um novo patamar de aprendizagem. Diante da interação da criança com o meio social, Negrine observa: “A criança, por meio da observação, imitação e experimentação das instruções recebidas de pessoas mais experientes, vivencia diversas experiências físicas e culturais, construindo, dessa forma, o conhecimento a respeito do mundo que a cerca”. (NEGRINE, 1995, p. 23)

Com base neste contexto, percebemos a importância das atividades motoras na educação, pois elas contribuem para o desenvolvimento global das crianças. Entretanto, as crianças passam por fases diferentes uma das outras e cada fase exige atividades adequadas para cada faixa etária. A psicomotricidade se estrutura em três pilares: o que fazer (emocional), o poder fazer (motor) e o saber fazer (cognitivo). Qualquer desequilíbrio em um desses pilares pode provocar desestruturação no processo de aprendizagem da criança. O desenvolvimento psicomotor é de suma importância na prevenção de problemas da aprendizagem e na reeducação do tônus, da postura, da direcionalidade, da lateralidade e do ritmo.

2.3 PSICOMOTRICIDADE, JOGOS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS E A FORMAÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA

A partir dos conceitos apontados sobre a psicomotricidade que engloba a formação integral da criança, seja corporal (seus movimentos e coordenação motora) seja sua formação intelectual (inteligência e afetividade) busca-se neste item relacionar a importância da utilização de práticas pedagógicas que favoreçam esta formação.

Se a psicomotricidade é entendida como uma ciência que estuda o indivíduo em função de seus movimentos, sua realização, seus aspectos motores, afetivos, cognitivos, resultados da relação do sujeito com o seu meio social, da mesma forma que jogos, brinquedos e brincadeiras são

apontados como elementos que formam as crianças em idade pré-escolar e escolar de forma lúdica e integral, buscando na forma de expressar-se nestas atividades a criança se movimenta e encontra seu espaço e se identifica com ele.

Piaget (2003) diz que o brincar para a criança é uma atividade de formação, que busca desenvolver a criança de forma lúdica e integral e o capacita física, intelectual e moral, como forma a sua individualidade, a formação do caráter e da personalidade de cada um. Quando dirigida, a brincadeira tem como objetivo a aprendizagem e nestes casos sua utilização é mediada pelo educador.

Para entender-se melhor a importância de jogo, brinquedo e brincadeiras, é preciso entender o significado. Kishimoto (1998) diz que são termos que se encontram e se misturam, e podem ser denominados brincadeiras e jogos, faz-de-conta diversos, jogos simbólicos, aqueles feitos para desenvolver o sensório motor, intelectuais, individuais, coletivos, dentre outros mostram as multiplicidades das categorias de jogos.

Não importa a sua categoria, o brinquedo sempre chama atenção da criança independente do tamanho ou da qualidade. É considerado o suporte da brincadeira, ou seja, aquele vai dar orientar as brincadeiras. A ação de brincar utilizando regras é chamada de jogo.

Para Kishimoto (2002, p. 18):

[...] brinquedo é outro termo indispensável para compreender este campo. Diferindo do jogo, o brinquedo supõe uma relação íntima com a criança e uma indeterminação quanto ao uso, ou seja, a ausência de um sistema de regra que organiza sua utilização. A partir desse momento, o brinquedo pode gerar um sentimento mais próximo onde em algumas situações o amigo não consegue construir tornando com isso o melhor amigo que fala, ouve e sente, pois, a criança vive num mundo de imaginação onde seus brinquedos de ficção acabam ganhando vida e ao mesmo tempo sentimentos

O jogo para Piaget (1998, p. 139) é utilizado pelas crianças e assimilado por tendências acomodação e assimilação. “Na assimilação, a criança incorpora eventos, objetos ou situações dentro de formas e pensamentos, que constituem as estruturas mentais organizadas. Na acomodação, as estruturas mentais existentes reorganizam-se para incorporar novos aspectos do ambiente externo”. Durante o brincar a criança adapta-se ao ambiente externo e matem sua estrutura mental (interna) intacta. “O brincar neste caso é identificado pela primazia da assimilação sobre a acomodação. Ou seja, a criança assimila eventos e objetos a suas estruturas mentais” (PIAGET, 1998, p.139)

Moraes, Campos e Santos (2016, p. 3), em seu estudo apontam que para Wallon, “o jogo é importante para desenvolvimento da personalidade humana e está fortemente ligado a motricidade na ação pedagógica”. Este estudioso acredita a que jogo é uma atividade livre que potencializa o desenvolvimento, assim o classifica em:

- a) **Jogos funcionais:** consiste na exploração do corpo através dos sentidos. Possibilita a evolução da motricidade;
- b) **Jogos de ficção:** configura-se pelo faz-de-conta, as situações imaginárias, é neste momento que surgem as imitações de personagens de sua interação social;
- c) **Jogos de aquisição:** acontece desde muito cedo, é como a criança vai aprendendo e adquirindo conhecimento, noção da vida a partir do que vê e ouve;
- d) **Jogos de fabricação:** Marcados por atividade manual de entretenimento e improviso a partir de uma idéia pré-existente.

O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 27), indica que a brincadeira tem o papel fundamental de colocar as crianças frente a realidade que os cerca “transferindo e substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos”.

Em relação a brincadeira, Zanluchi (2005, p. 89) reafirma que “quando brinca, a criança prepara-se a vida, pois é através de sua atividade lúdica que ela vai tendo contato com o mundo físico e social, bem como vai compreendendo como são e como funcionam as coisas.” Assim, destacamos que quando a criança brinca, parece mais madura, pois entra, mesmo que de forma simbólica, no mundo adulto que cada vez se abre para que ela lide com as diversas situações.

“A brincadeira é atividade física ou mental que se faz de maneira espontânea e que proporciona prazer a quem a executa” (QUEIROZ, 2003, p.158). No momento em que ela brinca a aprendizagem acontece, porque a “aprendizagem é construção do conhecimento”. (QUEIROZ, 2003, p.22). Mesmo sem ter a consciência a criança quando brinca se movimenta, cria, imagina, se relaciona com ambientes externos, desenvolve afetividade, portanto brincar é uma “proposta criativa e recreativa de caráter físico ou mental, desenvolvida espontaneamente” (QUEIROZ, 2003, p. 38).

Segundo Vygotsky (1994, p. 54),

A brincadeira tem um papel fundamental no desenvolvimento do próprio pensamento da criança. É por meio dela que a criança aprende a operar com o significado das coisas e dá um passo importante em direção ao pensamento conceitual que se baseia nos significados das coisas e não dos objetos. A criança não realiza a transformação de significados de uma hora para outra .

Assim, se a criança for incentivada a brincar ela desenvolverá através da fala, dos gestos, das palavras e do próprio corpo, a consciência de si e dos outros, através das expressões, dos gestos e dos movimentos que a brincadeira proporciona. O brincar deve ser explorado, pois é atividade principal da criança no seu dia-a-dia, e ela as utiliza explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura para compreendê-lo, usar o corpo, os sentidos, os movimentos, as várias linguagens para experimentar situações que lhe chamam a atenção, solucionar problemas e criar. Mas é no plano da imaginação que o brincar se destaca pela mobilização dos significados. Enfim,

sua importância se relaciona com a cultura da infância que coloca a brincadeira como a ferramenta para a criança se expressar, aprender e se desenvolver (KISHIMOTO, 1998).

Aguiar (2004), diz que o movimento na educação pode ocorrer de duas formas: aprendizagem do movimento e aprendizagem pelo movimento. Na aprendizagem pelo movimento refere-se ao movimento em si (andar, correr, sentar, levantar) e na aprendizagem pelo movimento é quando os movimentos são utilizados mais para o indivíduo afim de que este conheça a si mesmo e o mundo no qual está inserido.

A recreação, para Gomes (2000), diz respeito a toda ação, quer motora ou não que proporcione prazer espontaneidade e ludicidade naquela que a prática na qual podem ser usados jogos, brincadeiras e brinquedos para a obtenção dos objetivos predeterminados. As atividades lúdicas podem contribuir significativamente para o desenvolvimento intelectual, motor e afetivo-social da criança, fazendo-a ter vontade de aprender mais, pois além do jogo ser educativo, este proporciona momentos de alegria, prazer, fantasia e descontração. Friedman (1996, p. 11) aponta como contribuição dos jogos e brincadeiras para as crianças:

f

- Sociológico: a influência do contexto social no qual os diferentes grupos de crianças brincam;
- Educacional: contribuição do jogo para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças;
- Psicológico: o jogo como meio para compreender melhor o funcionamento da psique, das emoções e da personalidade dos indivíduos;
- Antropológico: a maneira como o jogo se reflete, em cada sociedade, os costumes e a história das diferentes culturas; *f*
- Folclórico: analisando o jogo como expressão da cultura infantil através das diversas gerações e de como é transmitido através dos tempos.

Na formação do ser humano, o jogo possui grande importância como elemento educacional, pois desenvolve algumas dimensões tais como:

f

- O desenvolvimento da linguagem: a linguagem é uma forma de se comunicar e se expressar, um meio, portanto de interagir socialmente; *f*
- O desenvolvimento cognitivo: o jogo dá acesso a um maior número de informações; *f*
- O desenvolvimento afetivo: o jogo dá oportunidade da criança expressar seus afetos e emoções; *f*
- O desenvolvimento fisco-motor: a interação da criança com ações motoras, visuais, tátiles e auditivas sobre os objetos do seu meio é essencial para o desenvolvimento integral; *f*
- O desenvolvimento moral: a construção das regras cria uma relação de respeito com o adulto e com outras crianças. (FRIEDMAN, 1996, p. 66),

Para Soler (2006), existem muitas razões para o brincar fazer parte de qualquer projeto sério de educação, pois por meio dele a criança tem a independência aumentada, sua sensibilidade visual e auditiva é estimulada as habilidades motoras são trabalhadas a agressividade é diminuída, a

imaginação e a criatividade são muito exercitadas, acontece uma aproximação entre as pessoas e, com certeza, a escola cumpri o seu papel fundamental, que é o de transformar uma realidade difícil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir-se a pesquisa bibliográfica sobre psicomotricidade, educação e movimento a primeira conclusão a que se chega é que o movimento e a educação são partes de inúmeros outros caminhos que a criança percorre quando está em fase de formação. Porém algumas conclusões, acerca dos objetivos específicos devem ser pontuadas após o aprofundamento teórico encontrado.

- 1) Psicomotricidade está relacionado ao ser humano em sua totalidade, onde se um ser humano que tem um corpo que se movimenta por um contexto próprio, que é onde nasce, vive e interage, por outro lado este ambiente é composto por pessoas e por simbologias culturais e sociais que formam o intelecto do ser humano, formando as emoções e aprendizagem. Assim, a psicomotricidade é uma ciência que estuda o ser humano em sua totalidade, física, emocional, social a partir de relações internas e externas do ambiente em que vive.
- 2) Em relação ao ensino da psicomotricidade, ou seja, as ações mediadas no contexto escolar para o desenvolvimento da psicomotricidade é associada a atividades que, estimulem a criança e a coloquem frente a frente com situações que possibilitem descobrir de forma prazerosa forma de aprender e se desenvolver. Assim, estas situações devem pensadas e apresentadas a criança objetivando atender a particularidades de cada criança, e ao mesmo tempo possibilitar novas descobertas, propiciar o aprendizado, e desenvolver a funcionalidade do corpo. Uma boa indicação é a manuseio de objetos que estimulem os sentidos, e que possibilitem a criança a sentir a funcionalidade de seu corpo. O ensino da psicomotricidade também é recomendado como forma de preparar a criança para o aprendizado. Uma criança que não desenvolve de maneira integral suas potencialidades poderá apresentar déficits futuros em relação ao aprendizado e até o mesmo o seu desenvolvimento. A educação psicomotora, não é um método definitivo é um instrumento para educação olhar as crianças como seres em construção e que precisam ser cuidadas, ensinadas, estimuladas a descobrirem a si mesmo e o outro.
- 3) Os jogos, brincadeiras na Educação Infantil é fundamentada no fato de quem favorece o desenvolvimento infantil. Por si só, sem associar a qualquer outro fato traz em seu fundamento a importância da atividade lúdica na aprendizagem, como recurso didático-pedagógico que desenvolve a socialização e influencia os aspectos o sócio-afetivos. Assim entendendo-se esta importância, e associando-se ao tema psicomotricidade dentro do

contexto educacional, e especialmente em relação a educação infantil, tem a indicação também de desenvolver a criança integralmente de forma lúdica e prazerosa. São vistos como fatores relevantes para o desenvolvimento psicomotor, para o desenvolvimento das relações sociais, e para o desenvolvimento da mente, da linguagem e do aprendizado. E, ainda possibilitam a assimilação e a descoberta dos conceitos advindos do mundo exterior ou até relacionando as brincadeiras e jogos com o meio em que vivem.

Por fim, considera-se que psicomotricidade no contexto da educação formal, deve considerar a criança como um ser em potencial que precisa desenvolver seu corpo e sua mente, e a utilizá-lo de forma a propiciar a aquisição do conhecimento e o desenvolvimento sensório motor. Os jogos e brincadeiras contribuem com o desenvolvimento psicomotor das crianças desde que tenha bem definidos os objetivos a serem alcançados. Recomenda-se a utilização dos jogos e das brincadeiras como práticas educativas, pois constitui-se em ferramenta que contribui no desenvolvimento da psicomotricidade e consequentemente auxilia na prevenção de dificuldades do ensino-aprendizagem.

ABSTRACT: This article aims to understand how the psychomotor allies with games, play in the school context may favor the development of children. To meet the goal we used the bibliographic research with a qualitative approach. The literature psychomotor; education and psychomotor, games, toys and games and the integral formation of children. The literature indicated that Psychomotricity is related to the human being in its entirety, which moves through a proper context, which is where is born, lives and interacts with the internal and external environment. Actions are mediated in the school context for the development of motor skills that encourage the child and put face to face with situations that make it possible to discover a pleasant way to learn and develop. Games, toys and games as playful activity used in learning, especially in preschool, as didactic and pedagogical resource that develops socialization and influence aspects socio-affective. Thus, associating the theme psychomotor within the educational context, and particularly in relation to early childhood education, has also indicated to develop fully child playful and pleasant way.

KEYWORDS: Psychomotor, development of children, games and activities.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, **Educação inclusiva**: jogos para o ensino dos conceitos. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

ARAUJO, V. C. de. **O jogo no contexto da educação psicomotora**. São Paulo: Cortez, 1993.

BECKERT, E. A.; TRENHAGO, J. **Psicomotricidade Infantil**: a Arte de Brincar e Aprender Através do Lúdico. Publicado em Fev. 2016. Disponível em: <https://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/psicomotricidade-infantil-a-arte-de-brincar-e-aprender-atraves-do-ludico> © Psicologado.com. Acessado em 05 set. 2016

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRUNELLI, A. M. L.; MENEZES, L. A. **Contribuições da Psicomotricidade na Educação Infantil**: um olhar psicopedagógico. Publicado em: dez. 2012. Disponível em: <https://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/contribuicoes-da-psicomotricidade-na-educacao-infantil-um-olhar-psicopedagogico> © Psicologado.com. Acesso em: 07 set. 2016.

CABRAL, S. **Psicomotricidade relacional**: prática clínica e escolar. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

COSTA, A. C.. **Psicopedagogia e Psicomotricidade**: pontos de intersecção nas dificuldades de aprendizagem, 8. ed., Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

COSTE, J. C. **A psicomotricidade**. 4^a Ed., Trad. Álvaro Cabral, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

DE MARCO, A. (org). **Educação Física**: cultura e sociedade. Campinas, SP: Papirus, 2006.

DOLTO, F. DOHME, V. **O lúdico na educação**. Petrópolis, RJ; 2005. Disponível em <http://www.editorainformal.com.br> Acesso em; 31 08 2016.

A imagem inconsciente do corpo. São Paulo: Perspectiva, 1984.

DOS SANTOS, A.; COSTA, G. T. A psicomotricidade na educação infantil:Um enfoque psicopedagógico. **REI – Revista de educação do Ideau**, v. 10, n. 22, p. 1-13.jul./dez., 2015.

ESCOLA INTERNACIONAL DE GOIANIA. **Práticas pedagógicas: psicomotricidade e aprendizagem na educação infantil**. Publicado em jan. 2013. Disponível em: <http://www.escolainternacional.net/index.php/artigos-blog/artigos/165-praticas-pedagogicas-psicomotricidade-e-aprendizagem-na-educacao-infantil>. Acesso em: 07 set. 2016.

FERRONATTO, S. R. B. **Psicomotricidade e a formação de professores**: proposta de atuação.

2006. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campinas, 2006.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONSECA, V.da. **Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

_____.da. **Psicomotricidade, perspectivas multidisciplinares**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FRIEDMAN, A. **Brincar, crescer e aprender**: o resgate do jogo infantil. São Paulo: Editora Moderna, 1996.

FRÓIS, É. S.; MOREIRA, J. de O. A imagem corporal na criança e as novidades do brincar pela internet: um ensaio teórico. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 5, n.2, p. 238-247, ago./dez., 2010.

GALVÃO, I. **Henri Wallon**: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis: Vozes, 1995

GESELL, A. **A criança dos 0 aos 5 anos**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOMES, N. M. **Avaliação da influencia de atividades recreativas das aulas de educação física na alfabetização de alunos portadores de deficiência mental**. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação Especial) – Universidade de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, 2000.

GONÇALVES, F. **Do andar ao escrever**: um caminho psicomotor. São Paulo: Cultural RBL, 2011.

HAMILL, J. ; KNUTZEN, K, M. **Bases do movimento humano**. São Paulo: Manole, 1999

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 3. Ed. São Paulo: Cortez 1998

- KUNZ, **Subsídios para refletir a prática pedagógica**. O esporte na perspectiva do rendimento. Florianópolis: O Grupo, 1996.
- KYRILLOS, M. H M.; SANCHES, T. L. Fantasia e criatividade no espaço lúdico: educação física e psicomotricidade. In: ALVES, F. **Como aplicar a psicomotricidade**: uma atividade multidisciplinar com amor e união. Rio de Janeiro: Wak, 2004. p.153-175.
- LE BOULCH, J. **O desenvolvimento psicomotor**: do nascimento aos 6 anos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MORAES, B. L.; CAMPOS, C. M.; SANTOS, V. A. et al. **Jogo, brinquedo e brincadeiras na educação infantil**: sobe o olhar de Piaget, Vigotsky E Wallon. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/jogos-brinquedo-e-brincadeiras-na-educacao-infantil-sobe-o-olhar-de-piaget-vigotsky-e-wallon/127257/#ixzz4JTY307fY>. Acessado em: 01 set. 2016.
- NEGRINI, A. **Educação psicomotora**. São Paulo: Ebrasa, 2003.
- OLIVEIRA, G. C.. **Psicomotricidade**: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. 4.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.
- PIAGET, J. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1998.
- _____. **A construção do real na criança**. 3.ed. São Paulo: Ática 2003.
- QUEIROZ, T. D. **Dicionário prático de pedagogia**. São Paulo: Rideel, 2003
- SOLER, R. **Educação física**: uma abordagem cooperativa. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.
- VELASCO, C. G.. **Brincar**: o despertar psicomotor. Rio de Janeiro: Sprint, 1996
- ZANLUCHI, F. B.. **O brincar e o criar**: as relações entre atividade lúdica, desenvolvimento da criatividade e Educação. Londrina: O autor, 2005.
- VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Edições 70, 1968.

REVISÃO TEÓRICA ACERCA DO CONCEITO DE DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Nadine Schmidt Borges
nadinesborges@hotmail.com

RESUMO: A aprendizagem é um processo de mudança de comportamento, ocorrida por meio de fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais. Sem um conjunto cerebral integrado, não é possível efetivar a aprendizagem. Os transtornos e dificuldades de aprendizagem são as alterações que ocorrem nesse processo e consequentemente na aquisição de conhecimentos e no desenvolvimento da criança ou adolescente. Expor e refletir sobre alguns conceitos de dificuldades de aprendizagem faz-se relevante para professores e professoras, assim como para a comunidade escolar como um todo (incluem-se aí as famílias). O objetivo com a redação do texto é disponibilizar uma fonte de pesquisa para quem busca conceituar dificuldades de aprendizagem, sem ampliar ou confundir o conceito com transtornos de aprendizagem. Para isso realizou-se uma pesquisa bibliográfica, isto é, uma pesquisa feita com base em material já elaborado, composto principalmente de livros e artigos científicos. As duas principais fontes de pesquisa foram o livro *Manual de Dificuldades de Aprendizagem* de Jesus Nicasio García e *Removendo barreiras para a aprendizagem* de Rosita Edler Carvalho. Ainda foi possível refletir junto à perspectiva histórico-cultural e artigos científicos. A pesquisa reforça o cuidado com a utilização de termos quando nos referimos a entraves que algumas crianças e adolescentes apresentam no processo de aprendizagem. As dificuldades de aprendizagem estão relacionadas a fatores externos ao sujeito, não podendo ser confundidas com os transtornos de aprendizagem, considerados intrínsecos ao ser humano, ambos igualmente necessitando de atenção e ação.

PALAVRAS-CHAVE: Conceitos; Dificuldades de Aprendizagem; Processo de Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

A aprendizagem é um processo de mudança de comportamento, ocorrida por meio de fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais, ou seja, é resultado da recepção e da troca de informações entre o meio ambiente e os diferentes centros nervosos. O processo de aprendizagem exige certo nível de ativação e atenção, de vigilância e seleção das informações. O sistema integrador, coordenador e regulador, fundamental para esse processo: o cérebro, não deve ter funções alteradas. (BAGGIO *et al*, 2006).

Caso alguma alteração ocorra e não tenhamos um conjunto cerebral integrado, não é possível efetivar a aprendizagem. Chamamos transtornos ou dificuldades de aprendizagem, alterações que ocorrem no processo e consequentemente na aquisição de conhecimentos e no desenvolvimento da criança. (Idem).

Expor e refletir sobre alguns conceitos de dificuldades de aprendizagem faz-se relevante para professores e professoras, assim como para a comunidade escolar como um todo (incluem-se aí as

famílias), compreendendo o que ocorre quando a aprendizagem não se efetiva. García (1998) ressalta dois momentos importantes das raízes históricas das dificuldades de aprendizagem, quando em 1962 Kirk utiliza pela primeira vez o termo “dificuldade de aprendizagem” e a partir de 1990, quando o rigor científico da área sofre alterações qualitativas e passa a receber colaboração de pesquisadores importantes. Também verificou o autor que as dificuldades de aprendizagem, ao longo da história, foram abordadas pelas ciências médicas, educativas e psicológicas.

O objetivo é conceituar dificuldades de aprendizagem, sem ampliar ou confundir o conceito com transtornos de aprendizagem. Atentaremos como nos indica Carvalho (2007, p.59), que “inúmeros fatores geram barreiras ou obstáculos: alguns são intrínsecos aos alunos e outros (a maioria), externos a eles”. Constata-se que as dificuldades não estão apenas para os cegos, os surdos, os que têm paralisia cerebral, autistas ou com outros transtornos. As dificuldades estão presentes no cotidiano escolar, possivelmente identificadas no sistema educacional e no contexto social da criança ou adolescente.

Além disso, pode ser questionável que o processamento, o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem, reduzam-se a funções biológicas. A perspectiva histórico-cultural nos ajuda a refletir sobre as articulações existentes entre o desenvolvimento neurológico, histórico, emocional e social, pois concebe a relação do sujeito com o meio como dialética. (PEREIRA & SILVA, 2011). Para compreensão do sujeito, de seu comportamento, é necessário que o olhar seja ampliado com multifatores, analisando-o integralmente. Dentro dessa perspectiva conseguimos fazer necessárias e valiosas articulações.

Tais definições e esclarecimentos são necessários para possíveis intervenções, sempre vislumbrando remover obstáculos que dificultam o processo de aquisição do conhecimento pela criança ou adolescente.

Para tanto se realizou uma pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2002, p.41) classificada como pesquisas exploratórias que

têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

É uma pesquisa feita com base em material já elaborado, composto principalmente de livros e artigos científicos.

Uma das fontes de pesquisa foi o livro *Manual de Dificuldades de Aprendizagem* de Jesus Nicasio García, onde o autor apresenta, entre outras coisas, onze definições das dificuldades de aprendizagem. Foi possível confrontá-las e ainda refletir junto às ideias da autora Rosita Edler

Carvalho em seu livro *Removendo barreiras para a aprendizagem*, assim como dialogar com a perspectiva histórico-cultural e artigos científicos.

A proposta de apresentação para esse trabalho de revisão teórica é primeiramente abordar o complexo processo de aprendizagem e sequencialmente seus desdobramentos, que no caso são as dificuldades de aprendizagem.

2 O PROCESSO DE APRENDIZAGEM

O processo de aprendizagem estabelece certo nível de ativação e atenção, de vigilância e seleção das informações, resultado da recepção e da troca de informações entre o meio ambiente e os diferentes centros nervosos. Nesse processo o sujeito é ativo em uma interação com o meio físico e social.

Vygotsky nega a ideia de funções mentais inflexíveis e estáveis, abordando a noção do cérebro como um sistema aberto, de grande plasticidade, cuja estrutura e modos de funcionamento são moldados ao longo da história e do desenvolvimento individual. Como nos coloca Rego (1995, p.70)

[...] Vygotsky não ignora as definições biológicas da espécie humana; no entanto, atribui uma enorme importância à dimensão social, que fornece instrumentos e símbolos (assim como todos os elementos presentes no ambiente humano impregnados de significado cultural) que medeiam a relação do indivíduo com o mundo [...].

Temos certeza que o biológico intervém no processo, mas também as condições afetivas, emocionais e intelectuais, sendo que essas são geradas no meio familiar e sócio-cultural.

Assim, sabemos que a aprendizagem relaciona-se com muitos fatores: escola, professores, ambiente de aprendizagem formal, condições orgânicas, condições emocionais e estrutura familiar. Qualquer irregularidade em um ou mais desses fatores, pode influenciar no processo de aprendizagem.

A aprendizagem é um processo de mudança de comportamento adquirida por meio dos fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais. Para Fabrício (2008), “É um processo integrado que provoca uma transformação qualitativa na estrutura mental daquele que aprende revelada pela modificação de conduta de uma pessoa”. Para tal transformação ocorrer e a aprendizagem se efetivar, a estrutura mental, ou seja, o conjunto cerebral deve estar integrado e sem alterações.

Baggio et all (2006), também nos mostram a aprendizagem como processo global de crescimento, contínuo, desencadeador de crescimento individual ou grupal e de conhecimentos.

Para pensar sobre os obstáculos que possam aparecer na trajetória escolar e social de crianças e adolescentes, é necessário que o professor ou professora saibam o que é o processo de aprendizagem e como se estrutura.

3 AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: Conceitos

No anseio da pesquisa pela complexidade das dificuldades de aprendizagem, assim como é complexa a conduta humana, García (1998) traz em seu livro um resumo da história e definições das dificuldades de aprendizagem. Ao todo o autor apresenta onze definições que contribuíram para o atual cenário do processo de aprendizagem. Segundo Hammill (1990 *apud* García, 1998), desses onze conceitos, apenas quatro têm habilidade profissional atualmente, sendo o resto contribuição histórica.

Em 1962 Kirk propõe que as dificuldades de aprendizagem direcionam-se em dificuldades na linguagem e no rendimento acadêmico, sem distinção por idade. A causa seria uma disfunção cerebral ou uma alteração emocional-condutal. Considerou ainda que pode se referir a um retardamento, transtorno ou desenvolvimento lento. (GARCÍA, 1998).

Bateman em 1965 registrou que a criança que tem dificuldade é a que apresenta significativa diferença entre seu potencial intelectual estimado e o nível atual de execução. Também facultou a relação da dificuldade de aprendizagem com disfunções no sistema nervoso central. (Idem).

Podemos observar que o nome dificuldades de aprendizagem era diretamente relacionado a transtorno, retardo, lentidão e a disfunção cerebral. Em seguida às definições a cima, o NACHC (National Advisory Committee on Handicapped Children) em 1968 propôs uma definição com semelhanças conceituais à de Kirk. Em 1969 a Northwestern University propõe uma definição que foi útil em educação especial. (Idem).

Incomodado com a diversidade de definições e com a quantidade de alterações que incluía o rótulo dificuldades de aprendizagem, Wepman em 1975 propôs que tal rótulo só fosse utilizado quando constatados déficit nos processos perceptivos que ocasionariam problemas acadêmicos. (Idem). Penso que a restrição para o uso do termo é bastante válida (apesar de não muito aceita na época), não necessariamente para esses casos como foi indicado, porém poderia evitar a banalização do rótulo e a confusão com outros termos (déficit e transtorno), como vamos discutir mais adiante.

A partir de agora se apresentam as definições que têm habilidade profissional atualmente. Em 1977, USOE (U.S. Office of Education) diz que dificuldade de aprendizagem específica significa transtorno em um ou mais processos psicológicos que implica na compreensão ou uso da linguagem. Pode se manifestar na imperfeição da fala, escuta, leitura, escrita e cálculos. O termo

não incluiria lesão cerebral, disfunções cerebrais, dislexia, afasia, deficientes visuais, auditivos, motores, alterações emocionais ou carência cultural ou econômica. (Idem). Referente a esta proposta me inquieta o fato de a dificuldade de aprendizagem significar um transtorno, quando penso que não é o ideal igualar os termos. Também chama a atenção a não inclusão da carência cultural ou econômica como fator indicativo para uma dificuldade de aprendizagem.

A Associação de dificuldades de aprendizagem da América, em 1986, levanta mais novidades para definir as dificuldades de aprendizagem. Colocam que as dificuldades específicas de aprendizagem são uma condição crônica, supostamente de origem neurológica, que interferem pontualmente no desenvolvimento, integração e habilidades verbais e não verbais. Seriam uma incapacitação variando no grau e severidade. (Idem). De tal definição o mais relevante foi levarem em conta que ao longo da vida a condição pode afetar a autoestima, a vocação, a socialização e a rotina do sujeito.

A última definição apresentada por García (1998) em seu livro é polêmica. Além de considerar o termo dificuldades de aprendizagem genérico, que se refere a diferentes transtornos intrínsecos ao indivíduo, presumindo que se deve a disfunção no sistema nervoso central, incluíram uma dificuldade de aprendizagem por déficit nas habilidades sociais. Segundo o autor a ideia foi rechaçada, pois o desenvolvimento de problemas sociais devido à dificuldade não poderia ser confundido com uma nova dificuldade de aprendizagem.

Nas definições apresentadas chama a atenção quanto às causas das dificuldades. Na maioria das definições são utilizados termos como “uma possível”, “podem ou não vir acompanhadas”, “suposta origem”, “presume-se”, que não ligam diretamente as dificuldades de aprendizagem a disfunções no sistema nervoso central. Até mesmo uma das definições afirma a não inclusão de disfunção no sistema nervoso central ao quadro de dificuldades de aprendizagem.

Enquanto não garantiram a causa das dificuldades de aprendizagem como resultado de disfunções cerebrais, excluíram completamente a possibilidade de fatores culturais e instrucionais, a privação educativa e desvantagens ambientais ou econômicas, fazerem-se indicativos para uma dificuldade.

Nos processos de aprendizagem, os transtornos ou dificuldades, em sua maioria, são reflexos de funções alteradas. Sem um arranjo cerebral integrado, não é possível uma aprendizagem normal. Entre tantas definições, de acordo com Fabrício (2008), as dificuldades de aprendizagem podem referir-se a: um ou mais déficits nos processos essenciais de aprendizagem, uma desarmonia evolutiva, caracterizada por uma imaturidade psicomotora que compromete a atividade simbólica ou discrepância entre o desempenho esperado e o apresentado em variadas áreas.

Ainda, faz-se necessária uma distinção entre os termos dificuldade e transtorno. Podemos considerar que as dificuldades de aprendizagem são amplas e abrangentes, envolvendo diversos

fatores, como o sujeito que aprende, os conteúdos pedagógicos, o professor, os métodos de ensino e o ambiente físico e social. Já o transtorno de aprendizagem, “está relacionado a um grupo de dificuldades específicas e pontuais, caracterizadas pela presença de uma disfunção neurológica” (FONSECA, 1995 *apud* BASTOS, s/d).

Mesmo que aparentemente bastante específico, o transtorno de aprendizagem pode gerar relevantes consequências à vida da criança, tornando-se uma grande dificuldade de aprendizagem. Como nos garante Baggio et all (2006),

Os transtornos de aprendizagem representam a consequência de um leve transtorno na organização funcional do sistema nervoso central, em geral de caráter leve, mas com consequências de considerável importância para o futuro social da criança.

O aprendiz é concebido como um manipulador inteligente e flexível, que busca a informação e trata de organizá-la, integralizá-la, armazená-la e recuperá-la quando necessário, de forma ativa e ajustada as estruturas cognitivas de que dispõem. Apontada uma disfunção cerebral específica, causada por fatores genéticos ou ambientais que altera o neurodesenvolvimento, ocorrerá um transtorno de aprendizagem.

Por meio de variados termos (dificuldades, transtornos, distúrbios e problemas de aprendizagem) refere-se a alterações sofridas pelas crianças no processo de aquisição do conhecimento e desenvolvimento. Várias teorias têm sido formuladas para explicar a causa ou as causas destas alterações: defeitos ou erros na estrutura do cérebro; problema no nascimento; problemas na gestação; problemas no primeiro ano de vida; abuso de drogas; má nutrição; herança genética dos pais; falta de envolvimento dos pais durante as fases de desenvolvimento precoce do bebê; falta de comunicação entre as várias partes do cérebro; quantidades incorretas de vários neurotransmissores, ou problemas no uso dos mesmos por parte do cérebro. De qualquer maneira, é necessário desvendar a natureza da alteração e sobre isso encarar a melhor estratégia de intervenção.

3.1 OUTRAS PERSPECTIVAS SOBRE AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

É questionável que as formas humanas de organização, assim como o processamento e o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem, reduzam-se a funções biológicas. A perspectiva histórico-cultural nos ajuda a refletir sobre as articulações existentes entre o desenvolvimento neurológico, histórico, emocional e social, pois concebe a relação do sujeito com o meio como dialética. (PEREIRA & SILVA, 2011). Para compreensão do sujeito, de seu comportamento, é

necessário que o olhar seja ampliado com multifatores, analisando-o integralmente. Dentro dessa perspectiva conseguimos fazer necessárias e valiosas articulações.

Na perspectiva histórico-cultural a origem das funções psíquicas é social e o centro é a existência de um processo de reconstituição de funções vindas do nível social, no nível individual. (Idem).

Para Vigotsky o social interfere no biológico, de maneira que o externo vira interno via processo de internalização. Entretanto o interno não é cópia do externo, pois o sujeito é ativo no processo. (ROSSI & ROSSI, 2012).

Tudo o que aprendemos é por meio da mediação social. A consciência é um produto histórico-social, assim como a percepção, que está historicamente situada e varia com a experiência do sujeito. Ambas não são imutáveis, passivas ou geneticamente determinadas, porém sim formadas histórica e culturalmente.

Pode-se afirmar que a composição da atividade cognitiva depende do meio. Todos desenvolvem aprendizagem, porém a vivência diferencia essa aprendizagem. Muitas atividades variam conforme as condições de vida social e mudam quando conhecimentos são adquiridos. A cultura amplia as possibilidades biológicas. Diferenças na atividade psicológica são determinadas por formas diversas de existência. (PEREIRA & SILVA, 2011).

Muitas atividades psíquicas não podem ser vistas simplesmente como inatas e cerebrais, pois são fenômenos complexos e multideterminados que têm relação dialética entre um organismo biológico e seu meio histórico-cultural. Quando analisamos uma dificuldade de aprendizagem, por exemplo, não podemos negar a importância de aspectos sócio, culturais e históricos na constituição e estruturação do indivíduo. Envolver apenas fatores individuais e biológicos é reduzir e equivocar a análise. É necessário compreender o sujeito enquanto ser indissociável do meio social no qual está inserido.

Considera-se a relação do homem com o meio dialética, pois o homem constitui o meio, mas também é constituído por ele (o meio), assim, uma relação dinâmica. (ROSSI & ROSSI, 2012). Observamos diariamente na prática, em diferentes instituições que frequentamos, sujeitos legitimando o seu tempo histórico, sua cultura, suas relações sociais, ou seja, sendo tocados e tocando o contexto em que estão inseridos.

A autora Rosita Edler Carvalho (2000) considera as dificuldades de aprendizagem barreiras e obstáculos que se colocam no processo de aprendizagem. A autora ainda afirma que diversos fatores podem gerar essas barreiras, sendo alguns intrínsecos aos alunos e outros externos. Ainda constata que os obstáculos à aprendizagem não são exclusividade de portadores de deficiências.

“Barreiras à aprendizagem (temporárias ou permanentes) fazem parte do cotidiano escolar dos alunos, (deficientes ou ditos normais) e se manifestam em qualquer etapa do fluxo de escolarização.” (CARVALHO, 2000, p.60).

As barreiras existem para todos nós, mas algumas pessoas precisam de ajuda para superar a dificuldade. Muitos dos defeitos que procuramos diariamente em nossas crianças e adolescentes para justificar o crescente fracasso escolar, podem estar no próprio sistema educacional, na escola ou pela condição em que o processo de ensino-aprendizagem ocorre. Como nos alerta a mesma autora citada à cima, “[...] as dificuldades se transformam em problemas na medida em que não sabemos, não queremos ou não dispomos de meios para enfrentá-las”. (Idem).

Uma das principais questões sob as dificuldades de aprendizagem está em como analisá-la. A identificação dos obstáculos que se põem no processo pode ser feita com a reflexão sobre a prática pedagógica, o que é um desafio para a grande parte dos educadores e especialistas que hoje examinam as dificuldades de aprendizagem analisando isoladamente a criança ou adolescente.

Suas condições orgânicas e psicossociais têm sido consideradas como os únicos obstáculos responsáveis pelo seu insucesso na escola. Não se trata de excluir esse ângulo da questão como se estivéssemos negando a importância do desenvolvimento orgânico e psicológico do aluno. (CARVALHO, 2000, p. 62).

Temos que examinar todas as variáveis do processo escolar. A atitude de conhecer muito bem as características do aluno e o contexto no qual está inserido o processo de ensino-aprendizagem, não pode ser confundida com dar diagnósticos. Não se pode banalizar todos os fatores que interferem na prática pedagógica.

Segundo Paim (1985 *apud* Carvalho, 2000), no processo de aprendizagem de qualquer indivíduo coincidem um momento histórico, um organismo, uma inteligência e um sujeito, assim o processo de aprendizagem deve ser examinado nas dimensões biológica, cognitiva e social.

A aprendizagem é um processo bastante complexo que leva em consideração inúmeras variáveis. Não se pode desconsiderar a importância de cada aspecto (orgânico, psicológico e social), considerando-os isoladamente.

As escolas, envolvendo toda a comunidade escolar (incluem-se as famílias), têm a responsabilidade de garantir o processo de aprendizagem para todos os alunos, respeitando-os em suas múltiplas diferenças.

O favorecimento da aprendizagem de qualquer aluno implica, para o educador, saber o que é o processo de aprendizagem e do como ele se dá. Igualmente é importante conhecer sobre o processo de desenvolvimento humano em suas diversas facetas examinando suas relações com a aprendizagem. (CARVALHO, 2000, p.64).

Todas as crianças e adolescentes apresentam diferenças individuais e vivem o processo de ensino-aprendizagem de acordo com elas. Qualquer sujeito vivenciará a aprendizagem escolar como desinteressante, com muitas barreiras e obstáculos, se estiver desmotivado, se não encontrar sentido e significado naquilo que querem que aprenda.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para começar a desenvolver as considerações finais referentes à questão de pesquisa que deu início ao processo de pesquisar, utilizo-me de uma frase bastante inquietante e verdadeira sobre o processo de aprendizagem. “O sujeito psicológico ‘escondido’ no aluno é a Esfinge que fala ao professor: decifra-me ou te devoro”. (Barros, 1999 *apud* Russo, 2015). Constatar e refletir sobre todo o arcabouço teórico que investiga a aprendizagem e seus desdobramentos, ao final, tem que contribuir para conhecermos profundamente a criança ou adolescente que está a nossa frente enfrentando barreiras em seu processo de aquisição de conhecimentos. É grande a necessidade de decifrarmos nossos alunos.

Uma das preocupações quando discutimos dificuldades de aprendizagem é a criação de rótulos e estigmas sobre as crianças ou adolescentes que encontram obstáculos em seus processos de aprendizagem, impossibilitando a ampliação da investigação na raiz do problema ou fazendo com que o sujeito internalize suas dificuldades.

Além disso, por vivenciarmos, pesquisarmos e refletirmos, sabemos que uma investigação sobre um sujeito deve envolver o funcionamento social, emocional, físico e intelectual, além do neurológico. Não o reduzindo a fatores biológicos, mas entendendo-o de forma integral, em seus múltiplos aspectos.

Como profissional da área da educação, a perspectiva histórico-cultural, contribui para o desenvolvimento do meu trabalho e para compreensão dos sujeitos que vivencio. Alunos que necessitam de um olhar articulador na hora da apreciação da sua aprendizagem e de seu comportamento. São sujeitos ativos e construtores na vida e assim devem ser na escola.

Podemos considerar a aprendizagem uma transformação interna causada pelas interações do sujeito com o meio. Para que esse processo se efetive normalmente faz-se necessário um cérebro integrado e funcional. Quando a aprendizagem não acontece, além de problemas sociais e culturais - que também devem ser verificados -, podem existir disfunções cerebrais. Para tal análise é necessário compreender o funcionamento intelectual da criança e como se processa a aprendizagem.

Conhecer as características do aluno e o contexto de onde se dá o processo de ensino-aprendizagem é imprescindível para o desenvolvimento de qualquer prática pedagógica. Apenas sendo convededor do que é e como se dá o processo de aprendizagem, dentro de determinado

contexto e afetando determinados sujeitos, será possível intervir na realidade, sem imputar estigmas.

Sabendo da complexidade do processo de aprendizagem, dos inúmeros fatores que estão envolvidos, não é possível que as dificuldades de aprendizagem sejam sempre relacionadas apenas as disfunções cerebrais. Compreendendo a enorme interação e construção que existe entre o sujeito e o meio em que ele está inserido, não podemos banalizar tais influências.

Enquanto muitas crianças e adolescentes são encaminhados à medicina em busca de nomes para seus transtornos, com relatórios focados apenas em seus fracassos e a espera ansiosa pela descoberta de qual disfunção cerebral tem o sujeito, muitos outros fatores são ignorados. A situação familiar, a prática pedagógica adotada pelo professor ou professora, a relação professor-aluno, a adaptação à escola, a socialização com os colegas, a motivação e significação para aquilo que aprende, entre outros relevantes fatores.

Sendo assim, vale ressaltar o cuidado com as terminologias utilizadas quando nos referimos aos problemas que aparecem no percurso da escolarização de muitas crianças e adolescentes. Referimo-nos aos transtornos quando a dificuldade for pontual e caracterizada especificamente pela presença de uma disfunção cerebral. Em contrapartida, mais abrangente e ampla, envolvendo diversos fatores, aparecem as dificuldades de aprendizagem. Sem diagnóstico e tratamento, um transtorno de aprendizagem, assim como um problema que não buscamos solução, pode se tornar uma grande dificuldade de aprendizagem, acabando por envolver outros fatores e gerando consequências a vida da criança ou adolescente.

ABSTRACT: Learning is a behavior change process occurred through emotional, neurological, relational and environmental factors. For this reason, without an integrated brain ensemble, an individual can not achieve learning. Disorders and learning difficulties are changes that occur in the learning process during the acquisition of knowledge in children and adolescent during development. Expose and reflect on some concepts of learning difficulties is to be relevant to teachers, school community, including family, as a whole. The aim of the present essay is to provide a source of research for those seekings to conceptualize learning difficulties without extending or confusing the concepts between difficulties and disorders. For this reason, it was carried out a literature search, a survey based on a prepared material, composed mainly of books and scientific articles. The two main sources of the research were the book “Learning Disabilities – Handbook”, written by Jesus Nicasio García and “Removing barriers to learning”, written by Rosita Edler Carvalho. Although, it is possible to reflect the historical and cultural perspective and some scientific articles. The research reinforces the need of proper use of both terms, difficulties and disorders, when referring to obstacles that some children and adolescents experience in their learning process. Learning difficulties are related to external factors and cannot be mixed with learning disorders, considered as intrinsic to the human being, both equally in need of attention and action.

KEYWORDS: Concepts; Learning difficulties; Learning process.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Ana Carmem. **Distúrbios de Aprendizagem X Dificuldades de Aprendizagem**. Sites Google, s/d. Disponível em <<https://sites.google.com/site/anabastospicopedagoga/Home/uma-rosa-com-outro-nome>> Acesso em: 9 jul. 2016.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- FABRÍCIO, Nívea Maria de Carvalho. **O psicopedagogo e seu papel frente às dificuldades de aprendizagem**. PowerPoint. Maio/2008.
- GARCÍA, Jesus Nicasio. **Manual de dificuldades de aprendizagem**: linguagem, leitura, escrita e matemática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- PAULA, Giovana Romero.; BEBER, Bárbara Costa.; BAGGIO, Sandra Boschi.; PETRY, Tiago. **Neuropsicologia da aprendizagem**. Rev. psicopedag. vol.23 n.72 São Paulo, 2006.
- PEREIRA, Isabella da Silva Arantes; SILVA, Janaina Cassiano. **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade à luz de uma abordagem crítica**: um estudo de caso. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 117-134, abr. 2011.
- POZZA, Patrícia. **O que é transtorno de aprendizagem**. Jornal NotiSul, Tubarão, SC, 2009. Disponível em <http://www.notisul.com.br/n/colunas/o_que_e_transtorno_de_aprendizagem-19913> Acesso em: 9 jul. 2016.
- REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- ROSSI, Tânia Maria de Freitas; ROSSI, Carlos Felipe de Freitas. **O Conceito de Internalização em Vygotsky**: algumas aproximações teóricas desde a semiótica peirceana. VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”, São Cristovão – SE / Brasil, 2012.
- RUSSO, Roberta Luna da Costa Freire. **Reflexões sobre a prática da psicopedagogia e sua conexão com a Psicanálise**. Trivium: Estudos Interdisciplinares, Ano VII, Ed. 2-2015, p.286-297. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/trivium/v7n2/v7n2a09.pdf>> Acesso em: 9 jul. 2016.

A JUVENTUDE E O TRABALHO: UMA RELAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO

DELFINO, Denis Liberato (FMP)

denis.delfino@fmpsc.edu.br

MOREIRA, Lúcia C. M. de Miranda (FMP)

lucia.miranda@fmpsc.edu.br

RESUMO: A juventude brasileira, via de regra, sofre grande desvalorização e descaso social, no que se refere ao seu desempenho no mercado de trabalho, justamente em um momento da vida que se caracteriza pela busca de identificação profissional e definição de um papel social. Uma quantidade considerável de jovens vê-se obrigada a trocar os estudos pela busca de uma vaga no mercado de trabalho, engrossando o contingente de empregados não capacitados. O presente artigo propõe-se refletir sobre a juventude de ontem e de hoje, o trabalho no Brasil e as relações que se estabelecem entre a juventude e o trabalho no contexto nacional. As reflexões giram em torno de alguns pontos das relações juventude-trabalho: o comportamento dos jovens perante o início da sua vida profissional; as escolhas que sofrerão mudanças, ou não; o que fazer ao deparar-se com o mercado de trabalho sem vagas para atender as expectativas dos jovens.

PALAVRAS-CHAVE: juventude, trabalho, identidade profissional.

INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre juventude no Brasil, agregam as várias vertentes sobre este grupo que costuma ser nomeado “o futuro do Brasil”. Várias podem ser as questões em torno deste grupo. Uma discussão é, sem dúvida pertinente: ser considerado o futuro do país é assumir uma carga de responsabilidade considerável, para um grupo que nem sempre está preparado para isso.

A juventude caracteriza-se por ser um momento de transição, como será apresentado neste artigo, um momento de dúvidas é constante, em que a questão da juventude e do trabalho, como tema de reflexão, não é tratado nas escolas de modo a preparar o jovem para uma atuação qualificada.

O trabalho, no Brasil, nem sempre é convidativo para as pessoas que buscam uma vaga no mercado, para os jovens mais ainda, considerando a insegurança e incerteza no que se refere a escolhas profissionais.

A proposta deste artigo é fazer uma relação entre a juventude e o trabalho, ressaltando as barreiras que devem ser ultrapassadas para que, além de uma decisão acertada de sua profissão, este esteja capacitado e preparado para os desafios dessa nova jornada de sua vida.

1 A JUVENTUDE: REFLEXÕES DO ONTEM E DO HOJE

Juventude... Muitas pessoas se questionam sobre o período da juventude, sobre suas obrigações no tempo e no espaço bem como suas responsabilidades e experiências. É neste contexto, que as palavras autonomia e independência afloram como fatores primordiais na elaboração e sustentação das paisagens éticas e como processo social desta fase da vida, sempre que se fala, que se reflete acerca e com a juventude.

De acordo com o Dicionário Aurélio⁷, "**juventude** significa *1 Quadra da vida em que se é jovem. 2 A gente moça; os jovens.*" (AURÉLIO, 2015) (grifos do autor). A juventude demarca uma transição da infância, entre um antes em que era prioritário as brincadeiras, sem quaisquer responsabilidade e o depois com a entrada para o “mundo adulto”, a vida adulta, onde pauta é a importância de se pensar no futuro, no trabalho e nas realizações pessoais. Momento difícil, em que os jovens se deparam com momentos de tomada de decisão pessoal e profissional.

A juventude desaparece para dar lugar à “juvenilização”, deixa de ser uma vivência transitória para ser um estilo de vida identificando ao bem viver consumista. O juvenil é “juvenilizado”, desvinculando-se da idade adolescente e tendo retirado de si conteúdos mais rebeldes, revolucionários ou meramente disfuncionais. Enfim, a “juvenilização” da vida contemporânea tornou-se a mais desejada aparência dos clientes da cultura de mercado. (SANTOS, 1992, p. 25).

A juventude não precisa seguir um padrão estereotipado, muito pelo contrário, é um processo que passa por diferentes transformações, seja de paradigmas e/ou de objetivos, em função do contexto social (tempo/espacô). A mola mestra desse movimento, também tem muito a ver com o que a juventude anseia para o seu futuro e da possível interferência das suas experiências/vivências. Ou seja, o jovem ao mesmo tempo em que pode até ser visto como alienado com relação aos avanços da sociedade, também pode ser percebido como elemento fundamental no movimento de uma sociedade.

[...] a identidade é um sentimento que surge da necessidade da construção do sujeito, é algo simbólico que vem de fora, vem da sociedade e produz no indivíduo a necessidade de se identificar. Para a autora, a construção do processo identitário do indivíduo, em contato com a realidade social, passa obrigatoriamente por dois eixos: o eixo da similitude e o eixo da diferença. (OSTROWETSKY, *apud* MEDEIROS, 2004. vol.19 no.2).

Ao longo de décadas, os jovens possuíam uma expectativa de vida muito diferente da dos dias atuais. Geralmente atendiam às intenções dos pais, no que se referia ao trabalho, ao estudo e ao seu futuro, casando-se muito novos, e muitas vezes sem preocupação com o estudo. A questão socioeconômica também mostra que muito desses jovens, de classes mais baixas, deixaram de

⁷Dicionário Aurélio On Line – disponível em:<<http://www.dicionariodoaurelio.com/juventude>>. Acesso: em 10/01/2015.

estudar muito cedo, pois colaboravam na renda familiar, sujeitando-se a trabalhos que exigiam pouca qualificação, trabalhando em situação desfavorecida, devido às necessidades financeiras.

De um contexto a outro, de uma época a outra, os jovens desenvolvem outras funções e logram seu estatuto definidor de fontes diferentes: da cidade ou do campo, do castelo feudal ou da fábrica do século XIX... Tampouco se pode imaginar que a condição juvenil permaneça a mesma em sociedades caracterizadas por modelos demográficos totalmente diferentes (LEVI & SCHMITT, 1996:17).

A juventude como momento transitório, é aquela fase de preparar-se para a vida adulta (já descrito anteriormente), fase de questionamentos e imprecisão no comportamento do jovem, a dúvida entre as responsabilidades de alguém que “já cresceu” e a imaturidade de quem ainda não é adulto. Para Pappámikail (2010, p. 399),

[...] foram dois, os caminhos analíticos principais que se trilharam, de forma mais ou menos paralela, no estudo deste conjunto de indivíduos, agregados em torno de uma imprecisa definição de juventude (Pais, 1990; Schéhr, 2000). Por um lado, procuraram-se os denominadores comuns, capazes de consubstanciar a existência de especificidades do fenômeno juvenil, associando-as a uma dada categoria etária. Por outro, defendendo a ideia de que juventude não corresponde a qualquer realidade empírica concreta (como, aliás, sugeriu Bourdieu (1980) quando afirmou que juventude não era mais do que uma palavra), seguiu-se um enfoque que privilegiava sobretudo a aferição das diferenças e irredutibilidades entre as várias juventudes.

Para Pappámikail (2010, 9), “do ponto de vista do indivíduo, e no cerne dos muitos sentidos associados à juventude, permanece a ideia, portanto, de que o jovem é alguém inacabado, em processo de construção ou em devir.” Assim sendo, necessitando mudar de “fase”, seguir a diante, enfim, crescer.

A juventude tem sim várias dicotomias a serem compreendidas, mas permitir que ele seja o protagonista deste momento, é dar a possibilidade de conviver com os erros e acertos que aparecerão no futuro. Compreender o que é a juventude é importante para os jovens, assim como para o mercado de trabalho que acolhe e acolherá esse contingente de pessoas cheio de dúvidas, incertezas e necessidades. Assim, é importante refletir sobre o futuro, para os jovens, sobretudo, ter o preparo e a oportunidade de refletir sobre as escolhas que farão no sentido de tornarem-se bons profissionais, acarretando, naturalmente, melhores condições de trabalho e consequentes realizações pessoais.

2 O TRABALHO NO BRASIL

O trabalho no Brasil, é visto como uma força de subsistência, em que a unificação de se fazer algo que se gosta e a valorização profissional e econômica, proporcionam a realização de sujeitos que buscam através do trabalho, sua independência considerada honesta.

Segundo Marx (2005), o trabalho é o que identifica o homem e é por meio do trabalho que o homem se realiza, ou seja, a partir da interação do homem com a natureza para garantir sua subsistência.

Embora as relações de trabalho tenham se modificado através do tempo, analisando o sistema capitalista, uma perspectiva deve ser levada em conta: homem e trabalho nem sempre possuem a visão utópica descrita. Ou seja, a busca pelo trabalho é dissociável do considerado “fazer o que se gosta”. Nem sempre se busca somente um trabalho que possa a vir a completar esse sujeitos seus objetivos, nos seus anseios. O prazer de trabalhar independe do trabalho que se faça, ao mesmo tempo que o distingue do trabalhador.

Sendo assim, pode-se dizer que:

O trabalho, como todos os processos vitais e funções do corpo, é uma propriedade inalienável do indivíduo humano. Músculos e cérebros não podem ser separados de pessoas que os possuem; não se pode dotar alguém com sua própria capacidade para o trabalho, seja a que preço for assim como não se pode comer, dormir ou ter relações sexuais em lugar de outra pessoa. Deste modo, na troca, o trabalhador não entrega ao capitalista a sua capacidade para o trabalho. (BRAVERMAN, 1987, p.56).

O trabalho pensado da forma capitalista, amplia as contradições e discussões acerca da forma de se trabalhar para gerar o lucro esperado pelos empregadores. Assim, a forma de se trabalhar, não pode alterar o resultado deste trabalho.

O Brasil possui uma variedade muito grande de tipos de trabalho, dando oportunidade de escolha aos empregados, de acordo com suas aptidões, seus interesses profissionais e financeiros. Essa diversidade é bem vista, uma vez que o trabalho sempre foi abordado como algo fatídico, desde a época do trabalho escravo, em que as condições de subsistência eram degradantes ao ser humano.

Inicialmente, não era obrigado ter uma experiência ou capacitação naquilo que se desejava realizar e muitos foram os avanços legais que valorizaram o trabalho, além de proporcionar uma maior estabilidade ao trabalhador. Muitos métodos foram utilizados para garantir a estabilidade do sistema capitalista, dentre os quais se destacou o taylorismo⁸ que passou a suprir a consolidação de um modelo produtivo, durante muitas décadas.

⁸ Taylorismo ou Administração científica é o modelo de administração desenvolvido pelo engenheiro norte-americano Frederick Taylor, cujo foco é a ênfase nas tarefas para otimização operacional, aumentando a eficiência. (<http://www.dicionarioinformal.com.br/taylorismo/>)

Os anos 20 assistiam à consolidação do taylorismo nos Estados Unidos e na Europa. Para os interesses do capital, essa consolidação se dá ao apresentar a OCT (Organização Científica do Trabalho) como capaz de fornecer o progresso social pela introdução de inovações técnicas. (HELOANI, 1994, p. 42).

Atualmente, somente experiência, capacitação, ou vontade de realizar algo, não garante ao trabalhador condições de um trabalho com boa remuneração, valorização e perspectivas de ampliar os conhecimentos na busca de capacitação profissional. Assim, muitos trabalhadores preferem o trabalho informal, para o qual essa capacitação nem sempre é solicitada.

O trabalho no Brasil nos dias atuais, também nos remete à evolução de leis que protegem o trabalhador, seus direitos e também seus deveres, mediante a função que irá executar, para que estejam garantidos os meios de se trabalhar com dignidade.

Se trabalhar, antigamente, era uma forma de sobrevivência, com o principal objetivo de garantir os proveitos para levar sustento à família, atualmente, muitas coisas mudaram em relação ao objetivo de se trabalhar, como por exemplo, em como se escolher o trabalho e a visão que se tem deste para o futuro. Mas, sobretudo, a junção de ter um trabalho que valorize o indivíduo, bem como fazer o que se gosta, são a fórmula para se ter uma satisfação constante em relação ao trabalho que se vai escolher para uma vida.

3. JUVENTUDE E TRABALHO: UMA RELAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO

A relação de juventude e trabalho no Brasil está em processo, uma vez que, nesta nova fase, os anseios e objetivos muitas das vezes passam a ser determinados pelas expectativas individuais de cada sujeito e o quanto de esforço este coloca nelas.

Esta relação está se modificando também pela mudança de comportamento dos jovens e pela sua situação econômica. Os jovens com o poder aquisitivo mais elevado estudam durante mais tempo em sua juventude e estão retardando, cada vez mais, a sua entrada no mercado de trabalho. Já os jovens de classe com renda mais baixa, iniciam a trabalhar mais novos, antes mesmo da idade regulamentar(16anos) e sem completar o Ensino Fundamental, geralmente.

O ingresso do jovem no mercado de trabalho, nem sempre é um fator simples e rápido de resolver. Sabe-se que 40% dos desempregados, segundo o IBGE são jovens, e que as vagas oferecidas geralmente são em forma de bolsas e estágios, para as quais remuneração é muito inferior à dos demais empregados e que na hora da crise são os primeiros a serem dispensados de suas funções.

Outros fatores influenciam na falta de empregos para os jovens, como a sua aparência física, a falta de horários disponíveis, que geralmente atrapalham os estudos e a falta de experiência para determinadas funções.

Segundo pesquisa realizada por Sarriera e Verdim, (1996),

[...] jovens desempregados apresentam menor nível de bem – estar psicológico, devido a um sentimento de “vazio” e impotência frente às dificuldades de inserção no mercado de trabalho, que os desmotiva, privando – os de atitudes mais positivas e perseverantes na busca do mesmo. (SARRIERA e VERDIM, 1996, p.66).

Aos jovens que buscam, na ânsia de sua vitalidade, um espaço no campo do trabalho, esses obstáculos servem para compor uma sociedade que restringe também aos negros, às mulheres, aos homossexuais os seus direitos, a partir do momento que precisam enfrentar algum tipo de barreira na vida em sociedade.

É necessário o questionamento sobre o alcance das políticas universalistas na superação das desigualdades. [...] as políticas inclusivas compensatórias visam corrigir lacunas deixadas pelas políticas universalistas. Seu objetivo é atender a grupos excluídos, tentando equilibrar os princípios de igualdade e de equidade, uma vez que o acesso aos bens sociais sempre foi apropriado pelos grupos hegemônicos (CURY, 2005 apud NEVES, 2010, p. 11).

Mas, ao canalizar para o seu potencial e na sua capacitação a vontade de progredir, o jovem encontra uma das possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Os jovens enfrentam barreiras de admissão específicas, mas o maior obstáculo é a procura insuficiente do seu trabalho. Essas barreiras incluem a discriminação contra os que procuram o primeiro emprego, uma forte preferência de experiência profissional por parte dos empregadores, a necessidade de redes profissionais para obter um emprego e as regulamentações de mercado que dão origem a mercados de trabalho segmentados, onde os detentores de emprego (adultos) estão protegidos e os que procuram emprego (jovens) se deparam com uma forte relutância por parte dos empregadores, que receiam os elevados custos e compromissos que uma contratação implica. No entanto, o maior problema que os jovens enfrentam é a falta de busca pelo seu trabalho, da sua potencialidade para a execução de atividades para as quais ainda não têm experiência, o que poderia ser amenizado com a sua inserção no mercado e a oportunidade de se qualificar.

Algumas soluções imediatas devem ser pensadas para a inserção do jovem no mercado de trabalho, e a escola tem um papel fundamental, resgatando assim, seus valores essenciais para o desenvolvimento de comportamentos necessários para uma boa relação empregado x empregador e a ampliação da capacitação profissional e tecnológica.

CONCLUSÃO

O trabalho no Brasil é visto como um campo muito aberto e diverso, e, por conseguinte, as possibilidades de emprego se ampliam cada vez mais no emprego formal e no informal.

Dessa forma, ao se pensar na juventude brasileira e a sua relação com o emprego, um dos pontos que se destaca é o desenvolvimento no âmbito social. Pois, embora o desemprego entre os jovens já seja uma realidade no país a busca por este espaço no mercado de trabalho está se tornando cada vez mais significativa.

No decorrer da juventude, momento de transição entre a infância e a vida adulta, também são feitas a maioria das escolhas e tomadas decisões que podem vira impactar por toda uma vida.

A relação do trabalho e da juventude vem se consolidando com o passar do tempo, em que o campo de trabalho também tem se preparado mais para receber este público que anseia por conhecer este novo período em sua vida, em constante mudança, cujas escolhas pode ser para uma vida toda. Os primeiros passos já foram dados, aprofundar e intensificar o debate sobre a importância de políticas públicas que, sobretudo na área da educação em constante diálogo com o mercado de trabalho, possam garantir qualificação e cursos de capacitação que permitam ao jovem uma inserção no universo do trabalho mais consciente e plena.

ABSTRACT

Brazilian youth, as a rule, suffer a lot of devaluation and social neglect, as regards their performance in the labor market, precisely at a moment of life characterized by the search for professional identification and definition of a social role. A considerable number of young people are forced to exchange their studies for the search of a job opportunity, increasing the number of untrained employees. The present article intends to reflect on the youth of yesterday and today, the work in Brazil and the relations that are established between the youth and the work in the national context. The reflections are made around some points of youth-work relations: the behavior of young people in the beginning of their professional life; The choices that will change, or not; What to do when faced with the labor market without opportunities to attend the expectations of young people.

KEYWORDS: youth, work, professional identity

REFERÊNCIAS

AURÉLIO On Line – disponível em:

<<http://www.dicionariodoaurelio.com/juventude>>. Acesso: em 10/01/2015.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica**. Fundação Carlos Chagas, Cadernos de Pesquisa, vol.35, nº 124, São Paulo, jan/abr 2005.

DICIONÁRIO INFORMAL On line – disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br>> Acesso em 25/05/2017

HELOANI, José Roberto. **Organização do trabalho e administração**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (org.) **História dos jovens. Vol. 1. Da antiguidade à era moderna**. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MEDEIROS, M. S. F. Imagens, percepções e significados do corpo nas classes populares. Soc. estado. vol.19 no.2 Brasília July/Dec. 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922004000200011&script=sci_arttext>. Acesso em: 10/01/2015.

PAPPÁMIKAIL. L. **Juventude(s), autonomia e Sociologia**: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX, 2010, pág. 399.

SARRIERA, J. C.; VERDIN, R. **Os Jovens à Procura do Trabalho**: uma Análise Qualitativa. Revista PSICO, Porto Alegre, v. 27, n. 1, pp. 59-70, 1996.

RELAÇÕES ENTRE GESTORES E COLABORADORES: GESTÃO DE CONFLITOS NA SECRETARIA DA SAÚDE DE PALHOÇA/SC

Joici Lilian Rodrigues (FMP)

Joici.lilian@fmpsc.edu.br

Karini Regina Homem (FATENP)

kareho@hotmail.com

Renata Cavallazzi Zimmer (FMP)

Renata.zimmer@fmpsc.edu.br

Cristian López Quirós (FMP)

cristianlpz88@hotmail.com

RESUMO: O conflito é inerente ao ser humano, existe desde o início da humanidade fazendo parte do seu processo de evolução. Portanto, é necessário para o desenvolvimento e o crescimento de qualquer sistema familiar, social, político e organizacional. O presente artigo aborda o tema gestão dos conflitos interpessoais no contexto das organizações públicas. A pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso, que cumpre o papel de viabilizar a análise: (1) de como os conflitos entre gestores e equipe de trabalho na Secretaria de Saúde do Município de Palhoça/SC se configuram”; e (2) das ações estratégicas de gestão que visam reduzir seus efeitos mais nocivos.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos Interpessoais; Ações Estratégicas; Gestão.

INTRODUÇÃO

A situação da saúde no Brasil revela, cotidianamente, a negligência e a violação de direitos fundamentais, o que indica expressiva contradição entre práticas institucionais diversas. Ou seja, invariavelmente constata-se o descompasso entre o real tratamento dado a sociedade e a letra da lei.

Dessa contradição, mas também de tantas outras, emergem diferentes situações de conflito, os indicadores de saúde são parâmetros sanitários utilizados para avaliar a qualidade de saúde de agregados humanos. Esses parâmetros se dividem em Longevidade, Natalidade, Mortalidade e Fecundidade. Esses indicadores geram dados que são usados para subsidiar o planejamento de políticas públicas. Os indicadores de saúde são um dos índices utilizados para verificar o nível de vida de uma determinada população.

As relações organizacionais engendradas no sistema de saúde tanto nacional quanto municipal estão diretamente ligadas ao conflito que é fator importante para a dinâmica de toda e qualquer relação profissional, pois os conflitos (quer tenham efeitos positivos ou negativos) fazem parte da condição humana. O conflito é um elemento de regulação social, e para que o mesmo se processe, basta que existam opiniões divergentes entre dois indivíduos. Ao empreender uma análise da noção de conflitos, uma das dimensões utilizadas é a análise das situações de origem e da

avaliação das pessoas envolvidas nos contextos de conflito, conceito compartilhado pelos teóricos Blake e Mouton (1986), Chanlat (1996), Cunha e Leitão (2011) e Pereira e Gomes (2007).

Assim sendo, ao se analisarem as fontes dos conflitos nos sistemas de saúde, verifica-se que algumas dessas origens têm raiz nos direitos não atendidos ou não conquistados; nas modificações externas diretamente proporcionadas pelas tensões; disputas pelo poder; necessidade de hierarquização; facilidades econômicas; exploração; manipulação; falta de individualização; expectativas não atendidas; falta de informação, tempo e tecnologia; alta demanda por recursos e baixa oferta; divergência de metas. Para estas parcelas por último mencionadas, a ressocialização não deve ser considerada uma utopia.

Sendo assim, é mister o estabelecimento de um profícuo debate público (que transcende, portanto, o âmbito dos órgãos estatais/municipais de saúde pública) sobre as possibilidades/oportunidades de planejamento, desenvolvimento e coordenação pertinentes à administração visando demonstrar como políticas públicas, se articuladas às estratégias, podem aperfeiçoar a gestão dos sistema de saúde contribuindo, assim, para dirimir os conflitos mais nocivos. Nessa perspectiva, em face da falta de alternativas para dirimir os efeitos mais nocivos dos conflitos que permeiam o espaço da Secretaria de Saúde do Município de Palhoça, que afetam os diferentes profissionais faz-se necessária a investigação desses conflitos, bem como a estimulação ao debate de ideias, contribuindo para encontrar soluções criativas para os conflitos, ou os direcionando para que esses possam contribuir para a melhoria da instituição, no caso do conflito prejudicar o bom desempenho da organização.

1 GESTÃO DE ESTRATÉGIAS PÚBLICAS

A crescente demanda da população por melhores serviços gerou a necessidade de um novo modelo de gestão pública, a premência de matizar os procedimentos, técnicas modernas e contemporâneas referentes à gestão estratégica alicerçaram as formas de gestão pública que permitissem gerenciar estratégias para o Estado. Em consonância com as definições de estratégia, novos estudos procuraram preencher a lacuna criada pela insuficiência de instrumentos teóricos de análise para a gestão estratégica na administração pública, denominada NPA (*The New Public Administration*), a Nova Administração Pública.

Almeida (2004) afirma que o processo que permeia a Nova Administração Pública, que começa a germinar após a segunda guerra, perfaz seu caminho pelo Plano Salte, Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, até a reforma administrativa na década de 1990. O Estado brasileiro começa a pôr em prática as formas estratégicas de planejamento que visam a cenários futuros e de organização do processo de desenvolvimento econômico (ALMEIDA, 2004).

Segundo Ansoff et al. (1981, p. 117), a estratégia constitui-se no “conjunto de linhas de ação que objetivam empreender um relacionamento dinâmico à organização, preocupando-se com a maneira pela qual a empresa se relaciona com o meio ambiente novo e dinâmico, para garantir sua sobrevivência e crescimento”.

Essa perspectiva indica a ligação que a estratégia tem com o planejamento. Na formulação da estratégia, dois aspectos devem ser considerados: o planejamento, com as respectivas estratégias deliberadas, e a administração estratégica. Todo processo de planejamento deve estar alinhado à definição de estratégias. Além disso, é importante salientar que é durante o desenvolvimento do planejamento estratégico organizacional, utilizado como ferramenta de gestão, que se desdobram os processos e os fluxos de informações que possibilitam a decisão estratégica.

Em linhas gerais, o processo de planejamento estratégico estabelece as principais linhas de orientação em que assenta a estratégia da instituição. Assim sendo, o plano estratégico é abordado por meio do processo onde os gestores dos órgãos públicos demandam informações que respaldem as decisões relativas à estruturação desse plano estratégico organizacional. Do ponto de vista teórico/prático, o plano estratégico desenvolve os processos internos, o conhecimento e a dimensão financeira para o desenvolvimento de diagnósticos, a prospecção de cenários, e a definição de visão de futuro, objetivos, indicadores, metas e escolha de cursos de ação necessários ao alcance dos objetivos, fundamentados em informações provenientes dos ambientes interno e externo, das análises de cenário e de outras.

2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL – SECRETARIA DE SAÚDE DE PALHOÇA

A estrutura organizacional tem grande ligação com os processos organizacionais, sendo que é a partir dela que os processos são elaborados e decisões são tomadas.

Segundo Amitai Etzioni (apud CARREIRA, 2009, p.257), uma organização é uma unidade social intencionalmente constituída e reconstruída, a fim de atingir objetivos específicos. Quando esse agrupamento social é constituído por pessoas que são investidas em cargos, agrupadas e reagrupadas por meio de critérios de departamentalização e de relações de autoridade hierárquica, que permitem representá-lo graficamente a denominamos organização formal. Sendo assim, a estrutura organizacional constitui o elo entre as orientações estratégicas da organização e a sua forma de atuação. A relação entre estrutura organizacional e processos organizacionais é demasiadamente extensa, variando de acordo com a situação e o processo. Mas dentro desse tema, pode-se destacar que toda a estrutura organizacional é responsável pela realização dos processos, e a caracterização das organizações permite perceber como os processos se desencadeiam dentro da dinâmica estrutural.

Todas as organizações necessitam de uma estrutura organizacional para assegurar a coordenação e o controle das tarefas e atividades organizacionais. A definição da estrutura organizacional é o alicerce para a aplicação de ferramentas gerenciais que dependem da criação formal de autoridade e de setores para o suporte e implementação das ações planejadas.

A estratégia como determinante da estrutura corresponde à elaboração de um plano para atingir os objetivos definidos pela organização. À medida que a estratégia vai evoluindo, a estrutura organizacional deve mudar e adaptar-se à estratégia. Assim sendo, pode-se dizer que a chave de uma estrutura organizacional bem sucedida é seu ajuste ou a compatibilidade com a estratégia.

É importante destacar que a estrutura organizacional do sistema único de saúde - SUS é um processo de redistribuição real de poder e de responsabilidade entre as três esferas de governo. Elas são compostas pelo conjunto de eixos, justificados e detalhados em objetivos para cada esfera de governo, sendo sempre consolidadas e adaptadas em cada esfera de governo, comporão um processo de responsabilização progressiva. Essa responsabilidade é entre a Saúde – nacional, estaduais e municipais – deverão destacar e justificar os eixos prioritários de intervenção, os objetivos, os indicadores e as metas prioritárias da Política de Saúde em cada esfera de governo e em cada exercício anual. São resultantes de negociação e consenso entre os gestores, Conselhos de Saúde e Comissões Inter gestores. Nesse ínterim, é de competência da Secretaria Municipal de Palhoça:

- a) Coordenar e supervisionar as atividades do Sistema Único de Saúde - SUS no âmbito do Município;
- b) Elaborar e manter atualizado o plano municipal de saúde, em consonância com a realidade epidemiológica do Município; controlar e avaliar as ações e serviços de saúde em nível municipal;
- c) Participar, conjuntamente com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, da formulação e implantação das políticas e planos referentes ao saneamento básico e preservação do meio ambiente;
- d) Propor políticas de recursos humanos em saúde e coordenar sua implantação; compatibilizar e adequar a aplicação das normas técnicas do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde à realidade municipal;
- e) Prestar suporte técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Saúde;
- f) Administrar e gerir o Fundo Municipal de Saúde;
- g) Coordenar a execução de suas atividades administrativas e financeiras;
- h) Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Um ponto fundamental da estrutura organizacional dentro da gestão pública, levantado por Martelane (1991), é a presença de dois corpos funcionais com características nitidamente distintas: um permanente e outro não permanente. O corpo permanente é formado pelos funcionários de carreira, cujos objetivos e cultura foram formados no seio da organização, e o não permanente é composto por administradores políticos que seguem objetivos externos e mais amplos da organização.

Na estrutura organizacional o conflito surge entre eles devido a essas especificidades, sendo acentuado pela rotatividade do corpo não permanente, que muda a cada novo mandato.

3 CONFLITOS ORGANIZACIONAIS

Dentro dessas relações encontraram significativas entre as várias funções de gestão/chefia e os estilos de gestão de conflitos, as relações entre colaboradores de uma organização municipal de saúde, onde as dinâmicas gerais das relações de trabalho são permeadas por modelos de controle que os próprios trabalhadores internalizam como processos de trabalhos diários acabam por se tornar relações de trabalhos engessadas e indutoras de conflitos. A afiliação teórica sobre as teorias organizacionais se desenvolveu na sua maioria por meio das teorias sociológicas, as quais tratam do fenômeno conflito de maneiras divergentes. Conflito tem várias definições, dependendo da perspectiva teórica e/ou do uso prático-instrumental a ele atribuído.

De acordo com a afiliação teórica, apresentam-se diferentes conceitos. Para Chanlat (1996), o conflito tem seu início com o surgimento da interação social. Com ela nascem também os desacordos nas coletividades e as insatisfações diversas entre indivíduos. Certo caráter ambíguo dos conflitos, num corpo social, revela-se nas diferentes e divergentes maneiras dos sujeitos interpretá-los e enfrentá-los (BLAKE; MOUTON, 1986). Como dito, o conflito possui diferentes denominações, Likert (1979) enfatiza e classifica os conflitos do seguinte modo: i) substantivos, aqueles que relacionam à tarefa substância; e ii) afetivo, onde se relacionam os aspectos sociais e afetivos das relações interpessoais.

Vale destacar que os conflitos podem ser positivos ou negativos ou, ainda, de acordo com a conceituação de Robins (2002), conflitos podem ser construtivos e destrutivos – destrutivos ou “disfuncionais”, que prejudicam a organização afim da obtenção de determinado tipo de vantagem para quem causa o prejuízo, e construtivos ou “funcionais”, que produzem benefícios aos colaboradores e à organização –, e eles se dividem em: i) de tarefa, refere-se ao conteúdo do trabalho; ii) de relacionamento, refere-se às relações pessoais; e iii) de processo, diz respeito à maneira com que o trabalho é realizado.

Conforme Robbins (2005) há diferentes maneiras de se perceber os conflitos e essas estão ligadas às óticas assumidas. Estas, conforme Robbins, podem ser assim classificadas: i) **ótica racional**: uma das visões mais antigas, na qual os seus princípios defendem que o conflito é algo lesivo à organização, sendo assim é necessário evitá-lo; ii) **ótica de relações humanas**: esta abordagem argumenta que o conflito é uma consequência natural e inevitável em qualquer grupo, não sendo necessariamente ruim, podendo ter o potencial de ser uma força positiva na determinação do desempenho do grupo; e iii) **ótica interacionista**: trata o conflito como uma forma de contribuir positivamente para a mudança e inovação, ou seja, existe a necessidade de que os líderes mantenham o nível de conflito gerenciável, mantendo também o grupo de trabalho viável, autocrítico e criativo, não necessitando evitá-los.

Os conflitos tradicionalmente eram vistos como um problema a ser evitado de qualquer forma, portanto eram eliminados ao serem percebidos, na base da força se preciso fosse. Ao ser diagnosticado, o conflito em geral era visto como efeito colateral comportamental de indivíduos malquistas e que não se encaixavam na organização na qual estavam vinculados. Essa visão reducionista dos conflitos era identificada pela limitação de estudos sobre o tema. O desenvolvimento de pesquisas sobre o tema alterou essa percepção. Atualmente entende-se que a existência de conflitos pode ser útil para manter a vitalidade das organizações e dos grupos e para desenvolvimento das relações interpessoais.

Consoante às ideias de Almeida (1995) há circunstâncias fomentadoras de conflitos no interior da organização que as tornam suscetíveis como: a interdependência de funções (processo de trabalho pode afetar ou ser afetado por outros), dualidade de comando, regras mal definidas, indefinições (situações ambíguas, indefinição e falta de estruturação causam diversas interpretações e sobre as quais as partes envolvidas podem estar em desacordo), diferentes visões da cultura organizacional, e a mudança, pode trazer ansiedade e os indivíduos podem pensar que a sua segurança está abalada e que devem fazer um esforço suplementar para se adaptarem à nova realidade.

À medida que as secretarias de saúde são vistas também como um espaço organizacional, e neles há produção dos mais variados tipos de relações, o intrincado campo de forças, marcado pelo variado espectro de atores, amplia a complexidade dessas relações e tende a potencializar pequenas tensões e elevá-las a patamares de relações conflituosas. A chave da questão, como enfatiza Morgan (1996), está em descobrir os processos e padrões de controle que aprisionam as pessoas em modos insatisfatórios de existência e em descobrir maneiras de transformá-los.

4 METODOLOGIA

O estudo de caso foi desenvolvido tendo como *lócus* de análise da Secretaria de Saúde do município de Palhoça/ SC. A pesquisa é qualitativa, pois concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos atores sociais que interagem e atuam na realidade a fim de transformá-la e de serem transformados.

Quanto à coleta de dados, as fontes utilizadas têm natureza primária e secundária, ou seja, as informações utilizadas para a realização da pesquisa foram obtidas diretamente, por meio de questionários realizados com 5 pessoas que ocupam cargos estratégicos na Secretaria de Saúde do município de Palhoça. Os questionários foram aplicados a 46 dos 110 colaboradores, que atuam dentro da Secretaria de Saúde do município de Palhoça 51 respondentes do instrumento de coleta de dados.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise de resultados para melhor aproveitamento das discussões foram subdividido em:

(i) Descrição do ambiente da Secretaria de Saúde do município de Palhoça, suas Ações Estratégicas; (ii) Identificação das Relações Conflituosas e dos Hiatos na Gestão de Conflitos na Secretaria de Saúde do município de Palhoça, e (iii) Identificar as Ações Estratégicas de Gestão que reduzem os efeitos Nocivos dos Conflitos.

O estudo na Secretaria de Saúde de Palhoça foi realizada no mês de julho de 2016 e foi entregue 80 funcionários, entre eles servidores efetivos e funcionários contratados por meio de processo seletivo. Os questionários foram aplicados presencialmente aos colaboradores dos diversos setores que compõe que integram a equipe da Secretaria de Saúde de Palhoça tendo em vista, a meta da pesquisa que objetivou contemplar apenas os funcionários que trabalham na sede da Secretaria, em funções administrativas.

Por intermédio da análise das entrevistas por meio de questionários com cinco funcionários que ocupam espaços estratégicos na Secretaria de Saúde do Município de Palhoça, pode-se apontar que a escolha para ocupar o cargo tem como causa a experiência anterior, o que não se reflete na prática até então utilizada, onde a maioria dos cargos de direção e gerência ainda são atribuídos aos gestores políticos filiados ou costurados aos partidos atuantes empossados no mandato vigente.

Somente três dos entrevistados ingressaram no serviço público por meio do concurso, portanto todos os cargos de gestão não são atribuídos a funcionário efetivos, porém todos os empossados entrevistados foram admitidos nos cargos por indicação acarretando em alguns casos desvio de função. As ações nesses setores se desenvolvem por meio de políticas públicas, e

necessitam de repasses orçamentários para ser empreendidas. O crescente aumento da população demanda, cada vez mais, de maciços investimentos em estruturas de saúde. As estratégias desenvolvidas para o sistema têm como premissa básica aperfeiçoar o alcance dos resultados práticos que viabilizam melhores condições gerais aos moradores de Palhoça.

Contudo, não se pode esquecer que a formulação de estratégias não é suficiente para alcançar esse intento, para resolver as questões saúde, é preciso que as estratégias desenvolvidas sejam implementadas e isso requer o desenvolvimento de processos estratégicos, empenho e participação de todo o grupo de trabalho. Após os apontamentos de como se processa ou quais são as ações estratégicas utilizadas na Secretaria de Saúde do Município de Palhoça, buscou-se criar um quadro reducionista que indique quais efetivamente são as quais os mecanismos estratégicos de gestão que engendram a unidade de estudo.

Tabela - 1 Análise descritiva a partir das entrevistas da amostra das estratégias de gestão que são utilizadas na Secretaria de Saúde do Município de Palhoça

As ações nesses setores se desenvolvem por meio de políticas públicas.
Não há ações estratégicas definidas previamente como modelo.
As ações são tomadas baseadas nas condições e nas variáveis que dependem diretamente da dos orçamentos repassados.
As metas estratégicas estabelecidas são as vezes de tentativa e erro.
A gestão é feita de forma informal, pessoal e baseada nas concepções do gestor sobre a maneira com que as estratégias devem ser conduzidas.
As ações, a negociação se processa entre ofertas e contrapropostas de ofertas e concessões, onde as partes elegem as melhores contribuições dadas para a resolução do conflito.
O instrumento colaboração é ferramenta utilizada e eficaz na gestão de conflitos na Secretaria
Há o uso frequente do poder na unidade estudada. O poder diz respeito à capacidade que o indivíduo tem de influir e dominar outro indivíduo.
As estratégias também são oriundas da Secretaria de Saúde Estadual e Ministério da Saúde.
As boas práticas são utilizadas como ferramental estratégico, como forma de enfrentamento dos conflitos que refletem um trabalho de melhoria para os colaboradores.
O processo de planejamento estratégico que estabelece as linhas de orientação é obtido através de relatórios, e a partir deles se consegue saber quais as gerências ou quais os problemas mais pontuais dentro da secretaria.
Por meio desse diagnóstico solicitado pelo secretário se consegue dividir melhor as atividades administrativas e ações que serão empreendidas na Secretaria, com base nos números e nas avaliações se cria a diretriz de administração.
Manter os níveis de competências para permitir um desempenho eficaz de cada profissional, buscando alcançar metas e resultados levando em conta sempre as questões éticas e de relacionamento interno.
A estratégia da unidade estudada acontece formalmente e informalmente, pois as ações estratégicas são discutidas entre os principais gestores, como forma de estruturar o plano estratégico que vem das esferas governamentais seguindo sempre a hierarquia.

As estratégias vistas pelos colaboradores da secretaria são desconectadas ou não contextualizadas. Apesar desses colaboradores não identificarem as ações estratégicas empreendidas na unidade estudada são eles os praticantes e as pessoas responsáveis em exercer estas ações.

Há o uso do planejamento para analisar devidamente pontos nevrálgicos dos conflitos como o nível do conflito existente, a importância do conflito, o objetivo da intervenção e a imparcialidade, para que essa intervenção na gestão não corra o risco de imprimir um perfil pessoal.

Ações estratégicas de gestão sem aporte de nenhum mecanismo de resolução de conflitos definido, porém foi identificada uma gestão de conflitos inteiramente pessoal, baseada nos julgamentos do gestor sobre a maneira pela qual as situações conflituosas devem ser conduzidas e notabilizando, entretanto, um estilo de liderança.

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Pode-se perceber que o discurso dos entrevistados desde os superintendentes até os colaboradores que compõem os setores da Secretaria de Saúde do Município de Palhoça corroboram da visão de que as diretrizes estratégicas são definidas com foco para o melhoramento de todo o sistema municipal de saúde. Pode-se perceber que, na ótica dos superintendentes entrevistados dentro de cada gerência, resguardando as suas particularidades, é levado em consideração a multiplicidade de visões entre os funcionários, de maneira a assegurar decisões consistentes, que representem os interesses de todos os *stakeholder*. Agindo dessa forma o gerente tenta minimizar a ocorrência dos conflitos, e assim visa manter os níveis de competências para permitir um desempenho eficaz de cada profissional, buscando alcançar metas e resultados levando em conta sempre as questões éticas e de relacionamento interno. Contudo, são os que fazem o trabalho de delinear e executar as estratégias, de acordo com Mintzberg (2000) estratégia desconexa ou não conectada, ocorre quando os atores da base organizacional produzem ações próprias em falta ou contradição direta com as intenções da liderança central, formulando as estratégias.

A afiliação teórica sobre as teorias organizacionais se desenvolveu na sua maioria por meio das teorias sociológicas, as quais tratam do fenômeno conflito de maneiras divergentes, mas com ponderações que convergem entre si, como: probabilidades, causalidades, natureza. A tabela a seguir demonstra figuradamente a ocorrência de respostas dos superintendentes e colaboradores pelos tipos de respostas sobre os determinantes de quais variáveis são fomentadoras de conflitos, e de como esses analisam o conflito enquanto fenômeno de pesquisa.

Tabela – 2 Distribuição da ocorrência de respostas das variáveis que são fomentadoras de conflitos na Secretaria de Saúde do Município de Palhoça

Perguntas	Tipos de respostas	Superintendentes	Colaboradores
Como se Processam os	Divergência entre os objetivos individuais e os objetivos organizacionais.	1	-

Conflitos	Conflitos trazem em seu enredo o resultado da diversidade.	2	12
	Relações conflituosas nascem das relações dos sujeitos que atuam em diferentes papéis de acordo com o contexto social em que estão inseridos.	1	-
	A descontinuidade das equipes é originada porque ações e disciplinas são desconsideradas.	-	38
	O conflito de tarefa está relacionado aos objetivos do trabalho e ao conteúdo deste.	2	18
	O conflito de relacionamento diz respeito às relações interpessoais.	-	33
	A interdependência de funções (processo de trabalho pode afetar ou ser afetado por outros).	1	41
	O suporte, ou não, do conflito, possui uma variável em comum, a “percepção” de relações e dos significados atribuídos às mensagens, ou ações, dos outros.	2	28
	Estrutura de saúde é deficiente.	-	35
Elementos Constitutivos dos Conflitos	O processo de trabalho é disfuncional.	-	20
	A multidisciplinaridade que aponta para as diferenças entre as equipes de profissionais.	1	5
	O processo de rotatividade dos profissionais.	1	7
	Falta de conhecimento dos princípios balizadores da equipe.	-	10
	Falta de uma cultura organizacional e gestão prática de melhoramento dos processos gerenciais e de trabalho.	-	15
	A assimetria de informação é gradativa, apesar de se processar em um ambiente altamente normativo, esse descompasso na transmissão de informações e procedimentos de trabalho criam obstáculos ao bom andamento dos trabalhos.	-	37
	A falta de medicamentos básicos que resulta no comprometimento da saúde do detento.	1	18
	Dualidade de comando na secretaria	-	32
Relações entre Equipes de trabalho e Conflito	A interação do gestor com a equipe de trabalho.	-	47

Os funcionários, ao divergirem quanto à forma de tratamento que é dada, acabam por afetar o bom funcionamento dos grupos de colaboradores formado por equipes heterogêneas.	2	31
A falta de colaboração entre os servidores (realizações efetivas das atividades previstas), respeito às escalas de trabalho, motivação, o reconhecimento das necessidades e no trabalho do outro, o não reconhecimento da integralização dos processos de trabalho.	3	39
A visão de alguns colaboradores sobre a percepção do servidor estável (concursado), em contraste com os servidores com vínculos de trabalhos transitórios e temporário produzindo certa consequência hierárquica nos trabalhos entre estáveis e contratados.	2	30

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

A tabela 2 apresenta um desenho da amostra sobre os processos geradores de conflitos por meio das percepções dos gestores e dos colaboradores. Assim sendo, os principais apontamentos entre as relações verificadas neste trabalho no empreendimento da identificação dos conflitos são apresentas a partir dos resultados: i) a falta de colaboração entre os servidores (realizações efetivas das atividades previstas), respeito às escalas de trabalho, motivação, o reconhecimento das necessidades e no trabalho do outro, o não reconhecimento da integralização dos processos de trabalho, iii) a visão de alguns colaboradores sobre a percepção do servidor estável (concursado), em contraste, com os servidores com vínculos de trabalhos transitórios e temporário produzindo certa consequência hierárquica nos trabalhos entre estáveis e contratados, iii) a ausência, ou melhor, a presença ineficaz, do Estado e dos componentes que os compõe e iv) A estrutura física, material e organizacional apareceu em quase todas as narrativas extraídas tanto dos questionários feitos com os colaboradores e com os superintendentes como fomentador de conflitos. A estrutura é deficiente, tanto para os servidores como para os gestores.

Pode-se perceber que o discurso dos entrevistados identificado pelos colaboradores corrobora a visão de conflito defendida Quinn et al. (2003) de que a estrutura organizacional é uma das maiores fomentadoras de conflitos. Essas descontinuidades se apresentam devido à segmentação e ao isolamento dos setores, à escassez de recursos, à divisão das tarefas feitas de forma inadequada, à falta de comprometimento e à execução de interesses individuais em detrimento dos coletivos, percebidos e que são fatores determinantes na geração dos conflitos.

Ainda analisando o que foi respondido pelos colaboradores sobre quais seriam os mecanismos geradores de conflitos dentro da Secretaria de Saúde do Município de Palhoça,

consoante às ideias de Magin (1996), as relações conflituosas se originam das ideias conflitantes. Em linhas gerais, baseando-se no conceito do autor identificam-se algumas situações fomentadoras de conflitos, como: i) os objetivos e os sistemas de recompensas são diferentes para os colaboradores estimulando a divergência entre interesses próprios; ii) alguns colaboradores acham que têm maior utilidade para a organização, pois já internalizaram experiências e prática que outros não possuem; iii) colaboradores constantemente apresentam ideias que desafiam as decisões dos cargos de gerência; e iv) no trabalho alguns elementos constituintes estão embasados em credo, valores e culturas que são antagônicos ao grupo.

Outro ponto observado, a partir da visão dos colaboradores como são fomentadas as relações conflituosas. Dentro dos dados colhidos através dos questionários aponta-se que essas relações estão diretamente relacionadas com a assimetria da comunicação. De acordo com Quinn et al. (2003) e Robbins (2005), quando a comunicação organizacional é deficiente, pode haver certa dificuldade dos subordinados de reconhecer os objetivos a serem alcançados. Em linhas gerais, de acordo com os autores a intercomunicação entre os diversos setores pode ser prejudicada, o que gera dificuldade de integração e permite que se criem rivalidades.

As narrativas dos superintendentes da Secretaria de Saúde do Município de Palhoça, no que concernem às ações estratégicas nas suas gestões, trazem um exemplo claro de como os conflitos necessitam de mudanças individuais, coletivas e organizacionais, porque as mesmas fomentam a discussão de pontos de vistas e aumentam a contribuição no empenho da solução de problemas de formas criativas. Para os estruturalistas, segundo Motta (1998), os conflitos, embora nem todos desejáveis, são elementos geradores das mudanças e do desenvolvimento da organização. O conflito gera mudanças e provoca inovação à medida que as soluções são alcançadas. Contudo, essas soluções constituirão a base de novos conflitos que gerarão novas mudanças, as quais provocarão outras inovações, e assim sucessivamente.

Desse fato, ressalta a importância da gestão de conflitos, a qual deve ser efetuada de forma correta, de modo a proporcionar resultados construtivos nas organizações. Os autores identificam o conflito como propulsor do desenvolvimento social e seus efeitos positivos dependem diretamente da tomada de decisão. Assim, é a gestão do conflito que se revela necessária, podendo passar pela negociação ou por outras estratégias, e não necessariamente a sua eliminação (CARVALHO FERREIRA; NEVES; CAETANO, 2001; RAHIM, 2001).

Isso posto, na instituição estudada não foi verificado nessa gestão nenhum mecanismo de resolução de conflitos definido, porém foi identificada uma gestão de conflitos inteiramente pessoal, baseada nos julgamentos dos superintendentes sobre a maneira pela qual as situações conflituosas devem ser conduzidas e notabilizando, entretanto, um estilo de liderança a qual, de acordo com Robbins (2005, p. 137), é definida “como a capacidade de influenciar um grupo em direção ao

alcance de objetivos. A origem dessa influência pode ser formal, como a conferida por um alto cargo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão bibliográfica e com base na pesquisa feita em campo, foi possível inferir que os servidores da organização estudada consideram o conflito como um fenômeno constitutivo das relações humanas. E mais, concordam que alguns conflitos podem trazer prejuízos à organização, outros podem até mesmo gerar resultados positivos. Todavia, alguns servidores enfatizam os componentes positivos nos conflitos, enquanto outros ressaltam os efeitos nocivos à organização.

Primeiramente o conflito foi percebido como componente intrínseco do cotidiano da Secretaria de Saúde do Município de Palhoça manifestando-se nas relações entre os servidores dentro das categorias profissionais distintas. Foi possível perceber que os conflitos são manifestos a partir das relações pessoais e interpessoais, que são motivadas pelas relações sociais. Cabe enfatizar que apesar de os processos formais de comunicação que são empregados por meio das circulações internas, a interação do trabalho se processa por meio da comunicação informal, que muitas vezes são procedimentos construídos nas experiências subjetivas. Percebe-se que a assimetria de informação é gradativa, apesar de se processar em um ambiente altamente normativo, esse descompasso na transmissão de informações e procedimentos de trabalho criam obstáculos ao bom andamento da instituição estudada.

Ficam evidentes as relações assimétricas entre as categorias profissionais à medida que não é reconhecido pelo outro enquanto integrante da equipe de trabalho. Vale ressaltar que não foi observado o nível de tratamento diferenciado a nenhuma categoria pelos superintendentes, mas sim a divergências entre os próprios colaboradores.

Outro fator gerador de conflitos que manifesta seu lado negativo, parte da visão de alguns colaboradores sobre a percepção do servidor estável (concursado), em contraste com os colaboradores com vínculos de trabalhos transitórios e temporários produzindo certa consequência hierárquica nos trabalhos entre estáveis e contratados. Ou até mesmo entre os estáveis por não se comprometer eficientemente com o trabalho por ser funcionário público e desfrutar de estabilidade no trabalho. Na verdade, apesar da adoção da vertente gerencial, os servidores públicos estão sempre submetidos a modelos de gestão híbridos, que estão distanciados da teoria, mas intricados na prática. O cotidiano desses trabalhadores é atravessado por princípios tradicionais da administração pública engessada pela burocracia e por valores da administração pública gerencial. Portanto, como já foi dito, não existe modelo implantado de gestão conflitos. Contudo, à medida

que os conflitos vão aparecendo eles vão sendo resolvidos a partir do diálogo, de negociações ou com sanções procurando sempre o entendimento e a melhor solução para todas as partes. Porém, muitos conflitos cotidianos são encobertos, não chegando ao conhecimento da gerência, ficando dentro do círculo de trabalho dos servidores e fomentando outros conflitos.

Espera-se que o resultado desta pesquisa traga o incremento necessário para um maior conhecimento na área, auxiliando na execução e no aprimoramento dos trabalhos já existentes. A pesquisa pretende trazer uma contribuição relevante para que gestores de secretarias não somente no que concerne as secretarias de saúde mas também aqueles que gestam e criam as políticas para essa área adotem estratégias mais assertivas, ao proporcionar aos servidores melhores condições de trabalho, bem como uma maior eficiência no que concerne a um maior respaldo e melhores resultados organizacionais.

RELATIONSHIPS BETWEEN MANAGERS AND COLLABORATORS: CONFLICT MANAGEMENT AT THE SECRETARY OF HEALTH OF PALHOÇA / SC

ABSTRACT: The conflict is inherent to the human being, it exists from the beginning of humanity being part of its process of evolution. Therefore, it is necessary for the development and growth of any family, social, political and organizational system. This article deals with the management of interpersonal conflicts in the context of public organizations. The research was carried out through a case study, which fulfills the role of making feasible the analysis: (1) of how the conflicts between managers and work team in the Health Department of the Municipality of Palhoça / SC are configured "; And (2) strategic management actions aimed at reducing their most damaging effects.

KEYWORDS: Interpersonal conflicts. Strategic Actions. Management

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. C. **O problema dos problemas: os que se identificam, os que se descobrem e os (...) irresolúveis...** Psychologica, 30, p. 111-127, 1995.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. A Experiência Brasileira em Planejamento Econômico: Uma Síntese Histórica. In: GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (Org.). **Planejamento e Orçamento Governamental** – Coletânea. Brasília: Enap, 2004. v 1. p. 191-193.
- ANSOFF, H. I.; DECLERCK, R. P.; HAYES, R. L. **Do planejamento estratégico à administração estratégica.** São Paulo: Atlas, 1981
- BATESON, G. **Steps to an ecology of mind.** New York: Ballantine, 1972
- BLAKE, R.; MOUTON, J. **El aspecto humano de la productividad.** Bilbao: Deusto, 1986.
- CARREIRA, Dorival. **Organização, sistemas e métodos: ferramentas para racionalizar as rotinas de trabalho e a estrutura organizacional da empresa.** 2ºed. São Paulo: Saraiva, 2009.

- CARVALHO FERREIRA, J. M.; NEVES, J.; CAETANO, A. (Coord.). **Manual de psicossociologia das organizações**. Lisboa: McGraw-Hill, 2001.
- CHANLAT, J. F. **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas: A gestão de conflitos nas organizações. São Paulo: Atlas, 1996.
- CUNHA, P.; LEITÃO, S. **Manual de Gestão Construtiva de Conflitos**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2011.
- ETZIONI, A. **Organizações complexas**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1967.
- ETZIONI, A. **Organizações modernas**. 8 ed. São Paulo: Pioneira, 1989.
- LIKERT, Rensis. A Organização Humana. São Paulo: Atlas, 1975.
- MAGIN, M. D. **Eficiência no trabalho em equipe**: fazer parte de uma equipe eficiente tem impacto muito positivo na produtividade de cada um. São Paulo: Nobel, 1996.
- MARTELANE, R. **O Relacionamento entre os Corpos Permanentes e Não-Permanentes na Organização Pública - Um Modelo**. In: 150 ENANPAD. Anais... Salvador, vol. 7, p.37- 51, 1991.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. Trad. Cecília W. Bergamini e Roberto Coda. São Paulo: Atlas, 1996
- OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas, Organização e Métodos**: uma abordagem gerencial. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- PEREIRA, J.; GOMES, B. **Conflito – Gestão do Conflito**. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 2007.
- . Disponível em: <www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013.pdf>
- QUINN, R. E. et al. **Competências Gerenciais**: princípios e aplicações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- RAHIM, M. A. **Managing conflict in organizations**. 3rd ed. Westport, CO: Quorum Books, 2001
- ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional**. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- ROBBINS, S. P. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

O USO DE RECURSOS DIGITAIS EM SALA DE AULA E SEUS RESULTADOS NA GESTÃO PEDAGÓGICA

PICKLER, Leandro (FMP)
leandropickler@gmail.com

DELFINO, Denis Liberato (FMP)
denispalhoca@hotmail.com

RESUMO:

As Tecnologias de Informação e Comunicação estão cada vez mais presentes em todas as esferas e instituições sociais. Assim sendo, é importante compreender como utilizá-las e de como torná-las eficientes, nas diferentes práticas sociais. Considerando tais questões, o presente estudo tem como objetivo demonstrar que os recursos digitais são aliados aos processos de ensino e de aprendizagem e, assim, podem (e devem) ser utilizados em sala de aula, auxiliando o trabalho docente e a aquisição do conhecimento pelo aluno. Os avanços tecnológicos vêm crescendo diariamente e, muitas vezes, possibilitam a execução rápida de tarefas que, anteriormente, levavam muito tempo. O grande desafio é aliar a tecnologia à aprendizagem escolar, erradicando a resistência que insiste em evitar a utilização dos recursos digitais em sala de aula. É relevante, então, salientar que a tecnologia surge como aliada do professor, contribuindo, inclusive, para sanar dificuldades de aprendizagem. Nesse sentido, torna-se necessário incentivar o professor a incorporar as tecnologias em sua prática docente, em diferentes momentos e situações, integrando tais recursos à dinâmica escolar. Além de auxiliar os processos de ensino e de aprendizagem, propriamente ditos, a utilização de recursos digitais colabora na gestão pedagógica escolar, tornando-a mais ágil, democrática e acessível. Desse modo, é possível contribuir com a melhoria da qualidade de ensino.

PALAVRAS-CHAVE:

Tecnologia; Mídia Digital, Gestão

INTRODUÇÃO

Em uma sociedade cada vez mais globalizada, na qual a informação assume papel importante no desenvolvimento da ação humana, é cada vez mais recorrente o uso das tecnologias para auxiliar os processos socioeconômicos existentes. Seja para o trabalho, estudo e, até mesmo, para o lazer, a presença das tecnologias da informação e comunicação, doravante TIC's, tem sido uma necessidade. Assim sendo, é importante compreender o papel das TIC's e o espaço que elas vêm ocupando, especialmente, na educação.

A sociedade contemporânea pode ser caracterizada pelo aprendizado em rede, em que o professor se apresenta como importante mediador entre as informações, as tecnologias e o conhecimento. Através da informação é possível adquirir conhecimento e utilizá-lo como mecanismo para o desenvolvimento social e profissional.

Entende-se que os recursos digitais podem contribuir muito nos processos de ensino e de aprendizagem e, consequentemente, com a gestão pedagógica nas instituições de ensino. O uso das TIC's gera muitos benefícios em sala de aula, colaborando, inclusive com a implantação de novas metodologias de ensino e novos instrumentos de avaliação.

A escola precisa reaprender a ser uma organização efetivamente significativa, inovadora, empreendedora. Ela é previsível demais, burocrática demais, pouco estimulante para os bons professores e alunos. Não há receitas fáceis nem medidas simples. Mas essa escola está envelhecida em seus métodos, procedimentos, currículos. (MORAN, 2013, p. 12).

Dessa forma, a utilização da tecnologia deve ser incentivada, assim como o professor precisa ser capacitado para adequar sua prática às novas exigências pedagógicas. Sabe-se, no entanto, que alguns professores ainda encontram dificuldades para preparar sua ação docente a partir o uso das TIC's; muitas vezes, são desmotivados e, em outros momentos, falta-lhe a orientação sobre o uso e a aplicabilidade pedagógica das ferramentas.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo norteador demonstrar que os recursos digitais são aliados aos processos de ensino e de aprendizagem e, assim, podem (e devem) ser utilizados em sala de aula, auxiliando o trabalho docente e a aquisição do conhecimento pelo aluno. Pretende-se, também, investigar quais são as contribuições do trabalho com as TIC's na gestão pedagógica, haja vista que as novas ferramentas estão relacionadas à melhoria da qualidade de ensino.

Para compreender, então, como os recursos digitais são utilizados em sala de aula e como podem contribuir com a gestão pedagógica das instituições de ensino, realizou-se pesquisa em oito escolas básicas da Rede Municipal de Ensino de Palhoça/SC, utilizando, para tanto, entrevistas com professores e alunos e, ainda, observação, haja vista que o pesquisador atua na manutenção de computadores das Unidades Escolares de Palhoça/SC.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Vive-se, atualmente, em uma sociedade na qual a tecnologia se faz presente em todas as dimensões e no cotidiano das pessoas. Sua presença é cada vez mais constante e marcante em muitos setores sociais, sejam eles relacionados ao estudo, ao trabalho ou ao lazer. Lima Filho e Queluz (2005), discorrendo sobre a importância dos recursos digitais na sociedade, salientam que a tecnologia, ou aquilo que a representa, assume papel central na socialização, na produção e na disseminação da informação; a tecnologia existe dentro de um contexto social e cultural e, por essa razão, precisa de atenção, sobretudo nos espaços educacionais.

A escola deve integrar as tecnologias de informação e comunicação porque elas já estão presentes e influentes em todas as esferas da vida social, cabendo à escola, especialmente à escola pública, atuar no sentido de compensar as terríveis desigualdades sociais e regionais que o acesso desigual a estas máquinas está gerando. (BELLONI, 2001, p. 23).

O Brasil tem diferentes realidades educacionais e vários são os desafios para que os alunos aprendam e se formem sujeitos capazes de entender seu papel na sociedade. Não se pode negar que os recursos digitais trouxeram consigo novas possibilidades para os processos de ensino e de aprendizagem, auxiliando a prática pedagógica.

Novas maneiras de pensar e de conviver estão sendo elaboradas no mundo das telecomunicações e da informática. As relações entre os homens, o trabalho, a própria inteligência depende, na verdade, da metamorfose incessante de dispositivos informacionais de todos os tipos. Escrita, leitura, visão, audição, criação, aprendizagem são capturados por uma informática cada vez mais avançada. (LÉVY, 1999, p. 7).

O letramento digital, através de atividades escolares, é parece o caminho para o momento atual, no qual a Internet, cada vez com mais intensidade, ocupa um espaço social de destaque, seja como fonte de informação, como meio para produção e aquisição de conhecimentos, seja como espaço para manifestações culturais e interações sociais dos mais variados modos.

[...] as tecnologias no espaço escolar precisam transpor a ideia da presença dessas apenas como ferramentas de auxílio ao ensino, sendo [...] compreendidas e incorporadas pedagogicamente [o que] significa [...] respeitar as especificidades do ensino e da própria tecnologia para poder garantir que o uso, realmente, faça diferença. (KENSKI, 2007, p. 47).

Pensando em termos de educação, é importante que a escola esteja atenta para essas mudanças, de modo a explorar, de forma eficiente, os recursos que essa tecnologia oferece para a formação e educação crítica dos alunos, considerando as diferenças que caracterizam as condições materiais de trabalho que tipificam a escola brasileira (BRAGA, 2014).

A incorporação, em sala de aula, das tecnologias parece, no entanto, ser ainda dificultada. Existem muitos profissionais que, ainda, acreditam que os recursos digitais são representam um elemento capaz de fomentar um aprendizado expressivo. A tecnologia e os recursos trazidos a partir dela são, dessa forma, ferramentas que auxiliam o professor em sua prática (SCHNEIDER, 2015).

Do ponto de vista do aprendizado, as ferramentas devem colaborar para trabalhar conteúdos que muitas vezes nem poderiam ser ensinados sem elas.

Diante dos avanços tecnológicos que a sociedade vive atualmente, e mais especificamente a área da educação, é necessária a percepção pela escola e docentes de que as tecnologias e mudanças exigidas para compreensão de seu uso vão além da mera inserção de artefatos tecnológicos, precisam efetivamente passar por uma compreensão profunda sobre o papel das novas tecnologias e sua apropriação na prática docente. (MUZI; LUZ, 2014, p.128).

É importante salientar que os recursos digitais não devem ser usados sem que haja um planejamento prévio, pois se for usado desta forma não haverá uma utilização pedagógica em relação a estes recursos e os mesmos estarão desligados do contexto escolar.

2.1 BENEFÍCIOS DO USO DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

O uso das tecnologias, em sala de aula, quando bem planejado e com objetivos distintos, pode trazer inúmeros benefícios aos processos de ensino e de aprendizagem. Dentre as vantagens pedagógicas desses recursos, destacam-se aquelas relacionadas à linguagem.

O fácil acesso e definições de palavras, por exemplo, é um benefício, considerando os dicionários *online* existentes. Quando o aluno se depara com alguma palavra que não sabe o significado, ele pode, facilmente, procurar pela definição. Além disso, podem encontrar sinônimos, descobrir antônimos, enfim, ampliar o vocabulário.

Outro benefício está relacionado com o aprendizado de outros idiomas. Ter contato com outra língua, em diferentes momentos, contribui para que o aluno se familiarize e, consequentemente, aprenda com mais facilidade. Uma das ferramentas que pode ser usada, nesse caso, são os programas de linguagem, a partir dos quais os alunos aprendem a pronunciar palavras em diversos idiomas. O professor, nesse sentido, surge como um incentivador, estimulando o aluno a buscar palavras diversas e idiomas diferentes.

Os recursos e as interpretações visuais também são elementos beneficiados com o uso da tecnologia. Em aulas que exigem que o conteúdo seja mostrado visualmente, para ser compreendido com mais facilidade, os professores podem ajudar os alunos com imagens ou vídeos que expliquem de maneira visual, chamando sua atenção para o assunto e tornando a aula mais atrativa.

Para os alunos que têm alguma dificuldade ou algum tipo de deficiência, a tecnologia surge como adaptação às necessidades. Os recursos digitais, muitas vezes, trazem a alternativa de manipulação do tamanho da fonte do texto, facilitando a leitura para os alunos com baixa visão, assim como existem aplicativos que traduzem a fala para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), auxiliando a comunicação em sala de aula para os deficientes auditivos.

Da soma entre tecnologia e conteúdos curriculares nascem as diferentes oportunidades de ensino e as novas formas de aprendizagem. Para que essa relação tenha êxito, é necessário avaliar se é, de fato, significativa. Os recursos digitais, quando planejados e aplicados com objetivos bem definidos, cooperam para enfrentar desafios, dando acesso à informação, contribuindo para a produção e aquisição de novos conhecimentos.

No entendimento de Niskier (1993, p. 11), “as novas tecnologias precisam necessariamente ser um instrumento mediador entre o homem e o mundo, o homem e a educação, servindo de

mecanismo pelo qual o educando se apropria de um saber, redescobrindo e reconstruindo o conhecimento”. É um processo de interação contínuo e de transformação social.

A tecnologia tem um papel importante no desenvolvimento de habilidades para atuar no mundo atual. Em outros casos, porém, ela é dispensável, como por exemplo, ver o crescimento de uma semente de feijão no algodão – experimento amplamente realizado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Não há sentido em apresentar uma animação se é possível ter uma experiência real. Diante disso, entende-se que é importante ter equilíbrio e usar as tecnologias para otimizar o saber e usar as tecnologias porque fazem parte da nossa vida.

Moran (2013, p. 57) destaca que:

Diante de tantas possibilidades de busca, a própria navegação torna-se mais sedutora do que o necessário trabalho de interpretação. Alunos e professores tendem a dispersar-se diante de tantas conexões possíveis, de endereços dentro de outros endereços, de imagens, textos e mensagens, que se sucedem e se intercomunicam ininterruptamente nas múltiplas telas dos diversos recursos móveis que temos à disposição.

É importante salientar que na prática docente é fundamental o acesso à informação rapidamente, constantemente atualizada e de fontes éticas seguras. Para Carvalho (2000, p. 237), “informação é o conjunto de dados que, se forma e tempo adequados, melhora o conhecimento da pessoa que recebe, e a habilita a desenvolver melhor determinada atividade, ou a tomar decisões melhores”. A informação tem o poder de mudar culturalmente a vida de homens e mulheres, alunos e alunas, sendo responsabilidade pedagógica de professores pensar como utilizá-la em sala de aula para construção do conhecimento com mais qualidade.

Sendo um agente de mudanças, o professor, ao utilizar as TIC’s, favorece a interação e constrói conhecimentos que permitem a atuação produtiva na sociedade da informação. É relevante, então, dar espaço e acesso para que tal profissional consiga atingir esses objetivos e contribuir com a formação de seus alunos.

2.2 DICAS PARA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DIGITAIS EM SALA DE AULA

Adotar a tecnologia em sala de aula requer uma postura aberta, na qual as mudanças de hábitos fazem-se presentes e necessárias. Os benefícios desse movimento ficam evidenciados ao longo do processo pedagógico. É importante salientar, entretanto, que mudar hábitos requer acordo pedagógico, frequência de uso e acompanhamento.

Para incentivar e propor, ao professor, o uso dos recursos digitais em sala de aula, alguns pontos precisam ser considerados, tendo em vista o sucesso da prática docente e a aprendizagem pelo aluno.

Somente nessa dinâmica de aprendizagem que o professor aumenta a competência profissional que lhe permitirá enfrentar com êxito as diversas situações de aprendizagem. A formação garante a competência que por sua vez, leva à segurança e satisfação profissional. Uma porcentagem elevada das atitudes negativas em relação às mudanças na educação é explicada pela dificuldade que o professor encontrará para enfrentá-las. (MARCHESI; MARTINS, 2003, p. 103).

Inicialmente, para utilizar a tecnologia em sala de aula, o professor precisa investigar o potencial das ferramentas digitais. Para tanto, entre outras coisas, pode apoiar-se em experiências bem sucedidas de outros colegas. Muitos profissionais compartilham suas vivências e essas informações podem colaborar com o planejamento do professor.

Além disso, em relação ao currículo, no planejamento anual, o professor deve avaliar quais conteúdos podem ser melhor abordados com a tecnologia e quais são as necessidades e exigências atuais, aliando os recursos digitais com a melhor apropriação dos conteúdos curriculares. É importante, no entanto, que o uso da tecnologia deve ser discutido e planejado, de modo a não se tornar um problema pedagógico. Tardif e Lessard (2007, p. 268), sobre essa questão, destacam que as tecnologias:

Podem ser consideradas como inimigos ou como aliadas, de acordo com o ponto de vista adotado. Elas são inimigas quando sua incorporação à escola é mais globalmente os seus impactos sobre a educação e a aprendizagem, só obedecem às vontades da economia das comunicações, cujo desenvolvimento parece ser o exemplo mais impressionante daquilo que os teóricos da pós-modernidade chamam de aceleração da mudança. Elas são inimigas também quando só contribuem uma proliferação tal da informação que circula que ficamos ainda mais incapazes de estruturá-las e dominá-la. Aliá-las podem ser aliadas quando tornam acessíveis a todas as informações de qualidade, permitem a pesquisa, a criação e a interação.

É fundamental, ainda, que o professor se familiarize com as funções básicas do computador, da Internet e de outras TIC's. Conhecer processadores de texto, correio eletrônico, ferramentas de busca são questões mínimas para a inserção das tecnologias em sala de aula.

Assim como os elementos básicos, é importante conhecer funções específicas dos recursos digitais, de modo a torná-los ainda mais eficientes nos processos de ensino e de aprendizagem. Ter esse conhecimento torna o professor capaz de orientar com mais eficiência e tecer relações que podem contribuir com a aprendizagem do aluno.

Como não há incentivo recorrente em relação à capacitação do professor para a utilização das tecnologias em sala de aula, esse profissional precisa se mostrar autodidata e ir a busca de conhecimentos que possam auxiliá-lo. A Internet, com os diversos tutoriais que apresenta, pode

contribuir com essa formação. O professor precisa ser proativo e entender que as informações estão colocadas e ele precisa saber como e onde procurá-las.

A verdadeira integração do computador e da Internet na realidade da escola supõe uma nova organização escolar mais descentrada, um currículo mais flexível, a instauração de novos tempos escolares, menos rígidos e programados, mudanças no próprio espaço da sala de aula. E isso não acontece do dia para o outro: requer tempo, ajudas específicas, incentivos, toda uma estrutura de apoio. (FREITAS, 2006, p. 197).

Outro aspecto importante a ser considerado relaciona-se com a responsabilidade acerca do uso dos recursos digitais. Entre outras funções, o professor tem o papel de refletir, junto com os alunos, sobre o conteúdo de blogs e redes digitais, salientando que nem tudo é confiável. Deve, também, debater sobre os níveis de exposição, lembrando os alunos que cada um é responsável pelo que publica. É importante refletir, também, sobre as escolhas que realmente levam à aquisição do conhecimento e ao aprendizado.

Ensinar utilizando as tecnologias traz uma série de desafios cada vez mais complexos. De um lado, temos mais informação, variedade de materiais, canais, aplicativos, recursos. Essa variedade exige capacidade de escolha, avaliação e concentração. As TDICE, principalmente as redes sociais, podem nos ajudar ou nos atrapalhar. É muito fácil nos distrair, passear pelas telas, pelas imagens, sem que haja tempo para focar o essencial, para ler com atenção, para compreender em profundidade. O maior perigo de todos é navegar muito e conhecer pouco de verdade; distrair-nos muito e concentrar-nos pouco; saber um pouco de tudo e não compreender os fenômenos de verdade. (MORAN, 2013, p. 57).

Discutir precauções e segurança quanto ao uso da Internet é essencial, especialmente quando se fala em comunicação *online*. Para ajudar nessa questão, o professor pode levar à sala de aula textos que orientem para uma navegação segura e uma exposição que não comprometa ninguém.

Quando o professor sentir que não domina os recursos digitais ou, ainda, que tem dúvida sobre as tecnologias, vale recorrer aos alunos. A parceria não demonstra fraqueza; pelo contrário, demonstra que, tal qual seus alunos, o professor também é um ser em formação que, apesar de dominar o conteúdo de sua disciplina, ainda tem o que aprender.

Estimular que o professor incorpore as tecnologias no dia a dia, em diferentes momentos e situações, deixando sua utilização mais natural, facilita a integração desses recursos com a dinâmica escolar. Quando esse uso acontece dentro e fora da sala de aula, na própria rotina do docente, ele se sentirá mais confortável em fazer uso da tecnologia.

3 ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa foi realizada em oito escolas da Rede Municipal de Ensino de Palhoça/SC. Como o pesquisador desenvolve o trabalho de manutenção dos computadores das escolas da referida Rede de Ensino, foi possível coletar informações acerca do uso, dos equipamentos e das metodologias de

ensino que utilizam as ferramentas. Além disso, foi possível entender como a gestão pedagógica da escola lida com as TIC's.

A coleta de dados foi realizada ao longo de 10 meses no ano de 2016. As escolas pesquisadas atendem alunos do Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano). Para a coleta de informações, foi necessária a autorização da Secretaria Municipal de Educação de Palhoça/SC que, prontamente, atendeu ao solicitado.

Algumas escolas solicitaram agendamento para realização das entrevistas com alunos e professores. Em todas as escolas foram feitas coletas através do trabalho realizado cotidianamente. Todas as informações são do dia a dia de cada escola, ou seja, cada escola tinha suas dificuldades, mas todas com o mesmo intuito em tentar utilizar as tecnologias.

Das escolas pesquisadas, todas possuem Laboratório de Informática completo; com projetores instalados e possuem um computador para cada quatro alunos.

Em todas as unidades, existe um profissional – professor de informática – para desenvolver o trabalho com o uso das tecnologias nos processos de ensino e de aprendizagem.

Percebe-se, no entanto, que as escolas não têm recebido verbas para investir em tecnologia. Assim, os equipamentos estão ficando obsoletos e algumas ferramentas não são utilizadas. A falta de recursos inviabiliza a aquisição de novos equipamentos, além de dificultar a manutenção dos equipamentos existentes. Esse é um ponto que precisa ser melhorado na Rede Municipal, oportunizando o acesso a equipamentos de tecnologia moderna.

Outra questão a ser repensada na Rede Municipal está relacionada à metodologia de ensino. Os professores, na maioria dos casos, não habilitados para o exercício da função, mas, muitas vezes, não têm sincronismo de ensino. Isto é, cada escola segue uma linha pedagógica. Sugere-se, então, que se crie uma equipe que trabalhe, especificamente, com as tecnologias da informação e comunicação na educação e, assim, formule uma linha de ensino que contribua com o aprendizado dos alunos.

Após o levantamento acerca do uso das tecnologias nas escolas da Rede Municipal de Palhoça/SC, percebeu-se que nas escolas que estão localizadas em regiões periféricas e mais carentes as tecnologias são mais precárias ou em quantidade abaixo do necessário para o trabalho.

Em relação à formação profissional, todos os professores das escolas pesquisadas são graduados e habilitados para o trabalho na sala informatizada. É, assim, um aspecto positivo observada na Rede Municipal de Ensino de Palhoça/SC que se preocupa em manter, no seu quadro docente, profissionais capacitados para o uso das tecnologias e exercício nos Laboratórios de Informática.

Considerando que todas as informações foram obtidas da mesma forma, em todas as escolas, sendo localizadas em regiões de baixa renda ou não, percebeu-se que os próprios professores de

Informática eram os responsáveis pelo cronograma mensal, e até mesmo anual, das atividades no Laboratório de Informática.

É importante dizer que todas as escolas receberam bem a pesquisa e entendem a importância do uso das TIC's nos processos de ensino e de aprendizagem. Conhecem suas limitações e sabem da necessidade de se abrir mais espaço para capacitação e formação dos professores para a utilização dos recursos digitais.

ABSTRACT:

Information and Communication Technologies are increasingly present in all spheres and social institutions. Therefore, it is important to understand how to use them and how to make them efficient in different social practices. Considering these issues, this study aims to demonstrate that digital resources are allied to the teaching and learning processes and thus can (and should) be used in the classroom, helping the teaching work and the acquisition of knowledge through student. Technological advances are growing daily and often make it possible to carry out tasks that previously took a long time. The great challenge is to combine technology with school learning, eradicating the resistance that insists on avoiding the use of digital resources in the classroom. It is relevant, then, to emphasize that technology emerges as an ally of the teacher in the educational spaces, contributing, even, to cure learning difficulties. In this sense, it is necessary to encourage the teacher to incorporate the technologies in their teaching practice, in different moments and situations, integrating such resources to the school dynamics. In addition to helping teaching and learning processes, the use of digital resources contributes to the pedagogical management of the school, making it more agile, democratic and accessible. In this way, it is possible to contribute to improving the quality of teaching.

REFERÊNCIAS

- BELLONI, M. L. **O que é mídia-educação.** Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- BRAGA, D. B. **Ambientes digitais:** reflexões teóricas e práticas. São Paulo: Cortez, 2014.
- CARVALHO, M. S. **Conceitos Básicos de Sistemas de Informação Geográfica e Cartografia Aplicados à Saúde.** Organização Panamericana de Saúde, Ministério da Saúde, Brasília, 2000.
- KENSKI, V. M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** 3. Ed. São Paulo: Papirus, 2007.
- LÉVY, P. **As Tecnologias da Inteligência:** o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LIMA FILHO, D. L; QUELUZ, G. L. A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. **Revista Educação & Tecnologia**, v.10, n.1, p.19-28, Ed. jan/jun, Belo Horizonte, 2005.
- MARCHESI, A.; MARTINS, E. **Qualidade do Ensino em tempos de mudança.** Porto Alegre: Artmed, 2003.
- MORAN, J. M. Ensino e Aprendizagem inovadores com apoio de tecnologias. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.
- MUZI, A. C; LUZ, N. S. Tecnologias da informação e comunicação: a prática docente na educação profissional de jovens e adultos do Colégio Estadual Leônicio Correia, em Curitiba. **Interatividade**

nas TICs: a abordagens sobre mídias digitais e aprendizagem, São Paulo, p. 126-146, Pimenta Cultural, 2014.

NISKIER, A. **A tecnologia educacional:**uma visão política. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

SCHNEIDER, F. Otimização do espaço escolar por meio do modelo de ensino Hibrido. **Ensino Híbrido:** personalização e tecnologia na educação.Penso Editora, Porto Alegre, 2015.

TARDIF, M. LESSARD, C. **O ofício do Professor:**Histórias perspectivas e desafios internacionais. São Paulo: Vozes, 2007.

